UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Michele Rostichelli

**Entre a Terra e o Asfalto:
A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da
Agricultura Urbana
(Versão corrigida)**

SÃO PAULO
2013

Michele Rostichelli

**Entre a Terra e o Asfalto:
A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da
Agricultura Urbana**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Geografia para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia
Humana

Orientador(a): Valéria de Marcos

SÃO PAULO

2013

[...] As grandes transformações não começam acima nem como fatos monumentais e épicos, e sim, com movimentos pequenos em sua forma e que aparecem como irrelevantes para o político e analista de cima. A história não se transforma a partir de praças cheias ou multidões indignadas, e sim, como assinala Carlos Aguirre Rojas, a partir da consciência de grupos e coletivos que se conhecem e se reconhecem mutuamente, abaixo e à esquerda, e constituem outra política.¹

*Subcomandante Marcos
Exército Zapatista de Libertação Nacional*

¹ MARCOS, S. *Nem o centro e nem a periferia: Sobre cores, calendários e geografias*. Porto Alegre: Deriva, 2008.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são importantes neste momento porque demonstram que mais um objetivo que nos colocamos em alcançar, chegou.

Algo conquistado nunca é isolado. Muitas pessoas cruzam por nosso caminho, ajudando, apoiando, aconselhando, dando bronca, e isso nos garante ânimo para continuar seguindo.

Neste momento, o mais profundo carinho à minha família. Aos meus pais, que sempre me deram apoio, mesmo sem saber o que significa ao certo a pesquisa. Muitas das melhores coisas que um ser humano pode ser foi ensinado por eles, ao serem pessoas justas e boas. Amigas quando necessário, pais quando necessário. Assim, me ajudam a construir parte da pessoa que sou.

À minha querida orientadora, Valéria de Marcos, que tantas vezes me puxou a orelha e em muitos momentos acreditou e confiou em mim, mais do que eu mesma. Por meio de suas aulas sobre anarquismo e campesinato, veio minha vontade de pesquisar um aspecto atual da sociedade, a partir de um viés libertário.

Ao Marco, por ser meu companheiro e amigo, por ser tão animado e divertido me fazendo rir nos momentos de aflição. Por ter ouvido minhas lamentações de atrasos e prazos, e por ter se disposto sempre para me ajudar. E de fato me ajudou, trazendo calma e reflexão.

Aos meus companheiros e companheiras de grupo, pois com eles tenho passado 12 anos da minha vida buscando e tentando construir um mundo em que possamos ser quem queiramos ser. São anos a fio conversando, brigando, rindo, mas também agindo e lutando. Juntos aprendemos a enxergar o mundo tal como ele é, com suas desigualdades e opressões, mas também com suas práticas solidárias e comunitárias.

A todos os agricultores e agricultoras que entrevistamos por terem sido, em todos os momentos, tão receptivos, simpáticos e por terem me acolhido tão bem. Por serem solidários à

minha pesquisa, e por nunca me deixarem sair da horta sem uma sacola com verduras. São eles e elas: Sebastiana, Genival, Manoel, Telma, Terezinha, Lurdinha, Conceição, Dorindo, Paraná, Lucimara , Augusta, Claudinete, Regiane, Ana da Conceição, Cida, Atílio, João, Natal, Cacilda, Antônio, Cida (Capuava), Elza, Avair, Raimundo, Manoel, Luzia e José. Um agradecimento especial à Sra. Cida e Sr. Oscar, da horta do Marajoara, pois criamos um laço para além desta investigação. E também aos agricultores da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus, desejando que eles continuem caminhando com suas pernas, buscando apoio em outras pessoas e grupos.

Também agradeço aos responsáveis dos programas e projetos de agricultura urbana dos Municípios de Diadema, Osasco, Guarulhos, Mauá, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André e Embú. Aos diretores da AGDS.

Agradeço aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Ana Fani Alessandri Carlos, por aceitarem compôr minha banca de qualificação e terem contribuído com apontamentos mais críticos a respeito do que vínhamos escrevendo.

RESUMO

ROSTICHELLI, Michele. Entre a Terra e o Asfalto: **A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana**. 2013. 187 folhas. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A prática da agricultura é uma atividade que ganha cada vez mais visibilidade no espaço urbano. Entretanto, entendemos que nem todo cultivo em terra pode ser entendido como agricultura urbana. Os cultivos em pequenos recipientes ou em terraços mesmo que dentro do espaço urbano não é agricultura urbana. A prática da agricultura urbana envolve uma diversidade de sujeitos e um conjunto de técnicas para cultivar alimentos. Os alimentos que estes agricultores produzem são para venda e para o autoconsumo, mas todos consomem o que produzem. Nos municípios da Região do Grande ABC e em São Mateus, os agricultores urbanos são migrantes de outras Unidades Federativas e tem sua origem no espaço rural. São filhos de parceiros, trabalhadores do campo, sitiante, motivo pelo qual ao irem para os grandes centros urbanos, tentaram reproduzir parte daquela vida que tinham. Além da necessidade econômica, para eles, há certa importância em produzir seu próprio alimento. Nas experiências de agricultura urbana, podemos encontrar experiências fomentadas pelos governos e por agências internacionais, bem como experiências autônomas que mesclam a questão política com a produção de alimentos. As primeiras, geralmente são fomentadas pelos próprios governos que tentam responder à pobreza e à fome incentivando a agricultura urbana dentro da perspectiva de segurança alimentar. No Brasil, o Programa Fome Zero, que tem em um de seus eixos o Programa de Agricultura e Hortas Urbanas, foi criado justamente com o objetivo de eliminar a pobreza. Entretanto, sabemos que o problema da fome é estrutural e programas como este não incluem mudança na estrutura, e não pretendem transformar a realidade, mas sim, mantê-la. As experiências autônomas são práticas que buscam relativa autonomia frente ao Estado e ao Mercado ao buscarem um modo de vida mais comunitário. Nestas diferenças, a prática da agricultura urbana aparece como local que aglomera pessoas e que, portanto, pode se tornar o local de (re)criação de laços mais comunitários e solidários.

Palavras-chave: agricultura urbana, políticas públicas, urbanização e autonomia.

ABSTRACT

ROSTICHELLI, Michele. Entre a Terra e o Asfalto: **A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana**. 2013. 187 folhas. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The practice of agriculture is a new activity that gets more and more visibility in the urban space. However, not every planting can be understood as urban agriculture. Planting in small recipients or in the frontyard even inside the urban space isn't urban agriculture. The practice of urban agriculture involves a diversity of people and a set of techniques used on the land to plant food. The food is produced for selling and for selfconsume, but all of them consumes what they produce. In some cities in the Great ABC Region and in São Mateus, the urban agriculturists are migrant people from other National Units and whose origin is the rural space. They are partner's children, rural workers, small rural land owners. That's why by going to the great urban centers, they tried to reproduce part of that life they had before. For them, besides the economic need, there is certain importance on producing their own food. Among the urban agriculture experiences, we can find some of them supported by the government and international agencies, and also autonomous experiences that mix the political issues with the production of food. The political issues are usually supported by the same government that responds to poverty and hunger by supporting the urban agriculture in the perspective of food safety. In Brazil, the Programa Fome Zero (Zero Hunger Program) has a branch called Programa de Agricultura e Hortas Urbanas (Program of Agriculture and Urban Gardens) that was created with the only objective of eliminating poverty. However, we know that the problem of hunger is structural and programs like that are not supposed to change the structure, they don't intend to transform the reality into something new, on the contrary, they want to keep it the way it is. The autonomous experiences are some practices that seek relative autonomy from the State and Market by seeking a more communitarian lifestyle. In those differences, the practice of urban agriculture is shown as a place that gathers people and because of that, it can become a place for (re)creating more communitarian and solidary relations.

Key words: urban agriculture, public policies, urbanisation and autonomy.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Região Metropolitana de São Paulo e seus Municípios	61
Imagem 2: Localização da horta do Marajoara, Santo André	65
Imagem 3: Vista da rua da horta do Marajoara, Santo André	66
Imagem 4: Localização de algumas das hortas do Capuava, Santo André	69
Imagem 5: Localização da horta do Sr. Atílio, Marajoara, Santo André	70
Imagem 6: Vista da rua da horta do Sr. Atílio, Marajoara, Santo André	70
Imagem 7: Localização da horta do Sr. Manoel	71
Imagem 8: Vista da rua da horta do Sr. Manoel, Vila Assis Brasil, Mauá	72
Imagem 9: Localização das hortas do Parque São Vicente, Mauá	73
Imagem 10: Localização da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo ..	74
Imagem 11: Localização da horta do Takebe, Diadema	77
Imagem 12: Localização das hortas próximo a av. Mateo Bei, São Mateus, São Paulo ..	80
Imagem 13: Jardim Inamar, Diadema	129
Imagem 14: Rua dos Sindicalistas – Diadema	129
Imagem 15: Imagem 20: South Central Farm e arredores. A direita área industrial do Setor Centro Sul, a esquerda área residencial	145
Imagem 16: Terreno da South Central Farm em 1994	146
Imagem 17: South Central Farm após a reintegração de posse. O terreno encontra-se deste modo até os dias atuais	149
Imagem 18: Localização da Huerta Orgázmika no bairro de Caballito, Buenos Aires, Argentina	154
Imagem 19: Cartaz da Atividade de Mutirão Ecológico aberto ao público	165

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto1: Vista de dentro da horta do Marajoara para a rua	66
Foto 2: Hortas nos linhões de transmissão da Av. das Nações, Capuava, Santo André ...	68
Foto 3: Vista de dentro da horta do Capuava, Santo André	68
Foto 4: Vista de dentro da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo ...	75
Foto 5: Sr. Dorindo da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo	76
Foto 6: Vista de dentro da horta do Takebe, Diadema	78
Foto 7: Sr. José na horta da UBS Inamar, Diadema	79
Foto 8: Vista de dentro da horta da Sra. Terezinha	81
Foto 9: Feira da Agricultura Limpa da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus	82
Foto 10: Sra. Cida da horta do Marajoara, Santo André	86
Foto 11: Sr. “Paraná” da horta da AGDS, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo	87
Foto 12: Sr. Geraldo e Sra. Conceição da horta da AGDS, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo	87
Foto 13: Sra. Conceição e Sra. Regiane da horta do Takebe, Diadema	88
Foto 14: Sra. Elza e Sr. Avair da horta do Capuava, Santo André	89
Foto 15: Sr. Raimundo da horta do Capuava, Santo André	89
Foto 16: Sr. Genival e Sra. Sebastiana da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus, São Paulo	90
Foto 17: Sr. Atílio em sua horta, no Marajoara, Santo André	92
Foto 18: Horta do Sr. Atílio, no Marajoara, Santo André	93
Foto 19: Agricultora urbana em Cuba	136
Foto 20: Agricultora urbana em Cuba	137
Foto 21: Horta no Parque La Tablada, Rosário	139
Foto 22: Família de Agricultores urbanos de Rosário	140
Foto 23: Feira Livre no parque em Rosário	140
Foto 24: Terreno da South Central Farm em 2006	147
Foto 25: Visão mais ao solo da South Central Farm em 2006	148
Foto 26: Assembleia dos huerteros da South Central Farm	150

Foto 27: Huerta Orgázmika em atividade	156
Foto 28: Processo de reintegração de posse da Huerta Horgázmika	157
Foto 29: Processo de reintegração de posse da Huerta Orgázmika, onde ela foi toda destruída	157
Foto 30: Moradia de CanMasdeu, onde antigamente funcionava um hospital de leprosos	160
Foto 31: Horta Comunitária de CanMasdeu	162
Foto 32: Horta Comunitária de CanMasdeu	162
Foto 33: Fotos de mutirões e atividades abertas ao público na Casa da Lagartixa Preta ..	166
Foto 34: Horta da Casa da Lagartixa Preta	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro comparativo entre a agricultura urbana e a agricultura rural	45
Quadro 2: Respektivos nomes e idades dos agricultores, localização e tamanho do terreno onde estão, bem como o tempo	63
Quadro 3: Local de nascimento dos agricultores entrevistados por Unidade Federataiva . .	84
Quadro 4: Objetivo principal da horta por ordem de menção	94
Quadro 5: Hortaliças e cultivos produzidos pelos agricultores urbanos no período da entrevista	95
Quadro 6: Lista de ervas medicinais, espontâneas e temperos citadas pelos agricultores . .	98
Quadro 7: Experiências de agricultura urbana promovidas pelo Governo Federal, Prefeitura e Governo Estadual e Sociedade Civil e Setor Privado	119

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Questionário	184
Anexo 2: Reportagem do Diário do Grande ABC sobre a história agrícola na região . . .	186
Anexo 3: Reportagem do Diário do Grande ABC sobre a história agrícola na região . . .	187

LISTA DE SIGLAS

ABAST	Supervisão Geral de Abastecimento de São Paulo
AGDS	Associação Global de Desenvolvimento Sustentado
APO-SM	Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecológica
CAAUP	Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CGAAU	Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IPES	Promoción del Desarrollo Sostenible
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a propriedade territorial rural.
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NAU	Núcleo de Agricultura Urbana
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. AGRICULTURA URBANA	20
1.1. O urbano em foco	29
1.2. O conceito de agricultura urbana	38
CAPÍTULO 2. UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	51
2.1. Agricultura urbana na Grande São Paulo	59
2.2. Quadro dos agricultores urbanos entrevistados com respectiva localização dos terrenos	63
2.3. Localização e acesso a terra	64
2.4. Quem são os agricultores urbanos	83
2.5. A Produção	91
2.6. Trabalho	102
2.7. Comercialização	104
2.8. A agricultura urbana por eles próprios	107
CAPÍTULO 3. PRÁTICAS FOMENTADAS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	111
3.1. Agricultura urbana e políticas públicas	113
3.1.1. A agricultura urbana no Brasil	114
3.2. Agricultura urbana: Panorama brasileiro	118
3.3. Programas de agricultura urbana: as experiências dos Municípios de São Paulo e Diadema	124
3.3.1. São Paulo	125
3.3.2. Diadema	128
3.4. O Congresso metropolitana de agricultura arbana e periurbana de São Paulo ..	131
3.5. Agricultura urbana no mundo	132
3.5.1. Agricultura urbana em Cuba	133
3.5.2. Agricultura urbana em Rosário (Argentina)	137
CAPÍTULO 4. PRÁTICA AUTÔNOMAS EM AGRICULTURA URBANA	142
4.1. South Central Farm (Los Angeles, EUA)	144
4.2. Huerta Orgázmika (Buenos Aires, Argentina)	152
4.3. Can Masdeu (Barcelona, Espanha)	158
4.4. Casa da Lagartixa Preta	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
BIBLIOGRAFIA	174
ANEXOS	183

INTRODUÇÃO

Num primeiro momento, víamos nestas diversas experiências de agricultura urbana pela Região do Grande ABC Paulista² um caminho para a conquista da autonomia em meio ao espaço urbano. No entanto, o trabalho de campo possibilitou um entendimento sobre estas experiências a partir da própria prática. Ainda que tivéssemos encontrado, a partir da vivência concreta proporcionada pela pesquisa de campo, relações solidárias e de ajuda mútua que parecem estar perdendo-se em detrimento do modo de vida urbano, a pesquisa fez com que algumas ideias tidas a priori fossem desmitificadas e outras novas fossem construídas.

Assim, a agricultura no espaço urbano tem sua importância àqueles que a praticam, e enxergam possibilidades que nem todos veem. Sendo destinada para o autoconsumo ou para o sustento da família, muitos se dispõem a trabalhar com o cultivo de alimentos, todos os dias da semana, mais de seis horas por dia, em lugares que aparentemente existem diversas oportunidades e políticas assistencialistas de bolsas-salários. A questão financeira está colocada, mas existem agricultores que possuem uma outra fonte de renda e ainda persistem em permanecer na terra, plantando para seu próprio consumo. Neste sentido, nosso objetivo ao investigar o tema da agricultura urbana é analisar o que é a prática, quem são seus sujeitos, bem como a visão que estes tem da sua própria atividade, de onde vieram estes produtores, como fazem para comercializar aquilo que produzem, se sua produção é para autoconsumo ou para venda, e verificar por onde passa o envolvimento público, que exerce sua influência a partir de programas sociais.

A militância nos proporcionou conhecer práticas de agricultura urbana muito interessantes, que não circulam pelos meios de comunicação oficiais, como televisão, revistas, jornais. Tais práticas caminham e, algumas, ainda caminham para além da produção de alimentos no espaço urbano. São agricultores que conservam sua ação política através do cultivo de alimentos no espaço urbano, estabelecendo conflitos com a sociedade capitalista ao ocuparem propriedades particulares ou criarem modos de vida comunitários, tendo as hortas, neste caso, como local de organização da população do bairro, espaço de encontros e discussões sobre questões sociais e ambientais que ultrapassam o âmbito do local.

Deste modo, ao discutirmos as experiências de agricultura urbana, caminharemos discutindo as práticas locais fomentadas pelos governos e as não fomentadas, tanto quanto

2 Região localizada na periferia da Metrópole de São Paulo, que compõem as seguintes cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, sub-região localizada dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

qual é a discussão que está por trás deste fomento. Além disso, a discussão sobre algumas políticas públicas relacionadas diretamente à agricultura urbana se faz necessária para compreendermos quais são os interesses envolvidos.

Como poderemos verificar, o tema da agricultura urbana é um tema que perpassa a Geografia Urbana e a Geografia Agrária, justamente porque circula entre as duas áreas de conhecimento. Ela está no urbano, mas é uma atividade que se concentrou no espaço agrário e, na nossa investigação, também perpassa outras áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Sociologia, Economia, etc.

As disciplinas cursadas, como aluna regular e como aluna especial, possibilitaram maior formação teórica na discussão sobre questões específicas do espaço agrário e do espaço urbano, questões de nosso interesse que transitam pelo modo de vida camponês e o modo de vida urbano constituído concomitantemente ao estabelecimento do capitalismo.

Ao iniciarmos o levantamento bibliográfico, buscamos literatura sobre a urbanização e a agricultura urbana, além de documentos acerca das políticas públicas de governo sobre esta atividade. Realizamos uma pesquisa pela internet de espaços sob os linhões que mantinham possíveis hortas em conjunto com o levantamento das Prefeituras Municipais dentro da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)³ que, por sua vez, possuíam algum programa ou projeto com a temática da agricultura urbana.

A partir daí delimitamos nosso campo de investigação: a Região Metropolitana de São Paulo, com especial atenção para a Região do Grande ABC, a Zona Leste de São Paulo e São Mateus, que fazem divisa com alguns municípios desta sub-região. A primeira sondagem foi realizada no primeiro semestre de 2011, quando ainda estávamos realizando as disciplinas da pós-graduação. A partir de 2012, iniciaram-se as entrevistas com aquelas Prefeituras Municipais que mantinham algum programa ou projeto de agricultura urbana, dentre as quais estão Diadema, Embú das Artes, Embú-Guaçu, Guarulhos, Osasco, Mauá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano.

Nosso trabalho de campo se deu em algumas etapas. As entrevistas com os

3 Região estabelecida pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Fazem parte da Região Metropolitana de São Paulo os Municípios de Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

agricultores foi realizada entre novembro de 2012 e março de 2013, sendo a primeira sondagem e pré-campo feitos já em 2011. Foram ao total 26 entrevistas, mas não 26 entrevistados, já que em algumas entrevistas estavam presentes casais que realizam o trabalho na horta juntos. Com pré-campo, pudemos constatar que o trabalho na horta não ocorria de modo individual. Apesar de encontrarmos sujeitos que trabalhavam só, encontramos trabalho familiar, principalmente esposa e marido, como mencionado acima, e também, filhos e agregados. Portanto, em muitas entrevistas estavam presentes os dois, o que faz com que nosso número de entrevistados seja maior. O questionário, apesar de conter perguntas norteadoras, dava espaço para que os entrevistados pudessem responder às questões a partir deles próprios, de sua vivência.

Para nós, ainda, é importante realizar uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de urbano e de agricultura urbana hoje colocados, principalmente no que diz respeito à atividade da agricultura urbana. Estas teorias não diferem muito entre si. Muitas delas apenas reproduzem a ideia que é passada pelos órgãos oficiais e são levadas a cometer generalizações. A discussão sobre a produção agrícola no espaço urbano é tão atual, que vem estimulando diversas ações em torno de sua prática: a produção agrícola no espaço urbano tem engendrado experiências diversas: feira de produtores urbanos orgânicos (as feiras limpas)⁴, coletivos organizados para compras coletivas direto do produtor, o incentivo da produção sem agrotóxicos a partir da agroecologia, o contato direto entre produtor e consumidor (e o estreitamento dessas relações), a possibilidade de acesso, tanto para o produtor quanto para o consumidor, aos produtos saudáveis, sem uso de venenos, e, em tese, à preços menos extorsivos.

Desta maneira, os capítulos ficaram organizados da seguinte forma: o capítulo 1 trata da urbanização e do espaço urbano enquanto local de expressão da agricultura urbana. Além disso, procuramos trazer os diferentes entendimentos sobre esta atividade, já que pelo poder público, a prática agrícola no espaço urbano é entendida de determinada maneira, distante das experiências práticas. O capítulo 2 apresenta os casos estudados em pesquisa de campo, onde procuramos traçar um panorama dos agricultores pesquisados: de onde vem, se tem outra atividade remunerada, objetivo de ter uma horta, relatos dos próprios agricultores acerca de

4 Possuí este nome porque uma grande parte dos produtores urbanos não possuem o selo da agricultura orgânica, então este nome foi criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo para designar os produtos agrícolas que não passaram pela utilização de agrotóxicos, no entanto não obedecem todas as regras para ser um produto orgânico.

sua própria atividade. O capítulo 3 trata da atuação do poder público, bem como experiências de agricultura urbana fomentadas por governos no âmbito nacional e internacional. E, por fim, no capítulo 4, experiências autônomas em agricultura urbana que combinam ação política e atividade agrícola no espaço urbano.

1. AGRICULTURA URBANA

A prática da agricultura no espaço urbano cada vez mais torna-se campo de investigações. Sua importância se deve a diversos fatores, mas pensamos que a atenção e envolvimento dados por governos e agências internacionais a esta atividade têm contribuído para dar maior visibilidade à agricultura urbana. Entretanto, este fator não nega o fato de que a prática da produção de alimentos tenha convivido e se reproduzido dentro dos grandes centros urbanos e Metrópoles, tais como São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, João Pessoa-PB, Belo Horizonte-MG, e outros, há muito tempo. A contradição inerente ao processo de urbanização, que passa pela construção do espaço urbano de modo desigual, deixando “vazios” (pousios) urbanos, torna possível a existência de um espaço estritamente urbanizado com lugares em que há sujeitos praticando a agricultura.

Os artigos e trabalhos científicos atuais ajudaram a dar maior visibilidade a esta atividade que vem ganhando cada vez mais proporções, principalmente aquelas experiências institucionalizadas, em que o poder público, ONG's e agências internacionais estão envolvidas.

Para nós se faz importante entender como a agricultura se dá no espaço geográfico urbano, este entendimento nos leva a discutir o próprio conceito de urbano, diferentemente entendido pelos intelectuais e pelos órgãos públicos e agências internacionais. Entender o espaço geográfico urbano nos leva a uma melhor compreensão da produção de alimentos produzidos neste espaço. Neste sentido, realizar a pesquisa de campo nos possibilitou delimitar e compreender o que é a prática da agricultura no seu contexto urbano, bem como compreender quem são os sujeitos envolvidos e quais relações interpessoais aparecem ou são incentivadas a partir da prática da agricultura urbana.

O fato de ser moradora da Região do Grande ABC⁵ foi uma das motivações que nos levou a investigar a prática da agricultura urbana. Nesta região, é possível encontrar diversas práticas desta atividade. Algumas mais visíveis, pois ficam à beira de grandes avenidas, e outras mais escondidas bairro adentro, são hortas urbanas espalhadas por grande parte da extensão dos linhões de transmissão de energia. A curiosidade de saber o que motivava algumas pessoas dentro do espaço urbano a dedicar parte de seu tempo à agricultura, nos levou a querer compreender melhor esta prática.

A partir daí fomos colocando diversas questões em torno da prática da agricultura

5 Região que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

urbana. Alguns estudos disponibilizados em revistas⁶ apontam questões bem específicas e técnicas a respeito desta prática, tais como os benefícios da agricultura urbana – geração de renda, reuso da água, solo permeável, alimento para o autoconsumo –, sem, no entanto, trazer à luz quem são os sujeitos envolvidos nessa prática, o que de fato produzem, como produzem, o que os motiva, em que momento se envolveram com a agricultura, se diz respeito à principal atividade geradora de renda ou apenas complementação da renda, a quem pertence a propriedade da terra onde produz, entre outras questões. Para nós, foram justamente essas questões que nos incentivaram a investigar este tema.

Com a bibliografia levantada, pudemos constatar que a agricultura no espaço urbano foi ganhando maior visibilidade a partir da década de 1970, mas é a partir do final dos anos 1980 que esta atividade passa a ter maior destaque, em especial porque neste momento o caso de Cuba entra em evidência (daremos maior atenção a esta experiência no capítulo 3). Em linhas gerais, o governo cubano transformou a agricultura urbana numa política de Estado enquanto forma de evitar a fome generalizada da população após o embargo do governo estadunidense. Desde então, a agricultura no urbano passou a ser alvo de diversos estudos e fomentos por parte de governos e instituições internacionais⁷. É necessário apontar que neste trabalho não compactuaremos com a ideia de fenômeno ao tratarmos a agricultura urbana, pois vemos que esta prática já ocorria antes nas cidades, todavia com menor visibilidade.

A partir das leituras realizadas apareceram outras questões mais ligadas ao campo teórico em que se insere a discussão, entre as quais podemos indicar a diversidade de conceitos constitutivos da agricultura urbana, o papel e a compreensão do espaço urbano neste processo de produção agrícola, a localização destas práticas, a questão da propriedade da terra e da produção, as potencialidades da agricultura urbana quando pensamos numa outra possibilidade de (re)produção das/nas cidades.

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁸, por ser o *locus* da produção e

6 Como a revista Agricultura Urbana da LEISA e a revista Agriculturas, publicada pela AS-PT Agricultura Familiar e Agroecologia.

7 Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF), *Promoción del Desarrollo Sostenible* (IPES), *Swedish International Development Authority* (SIDA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *Internacional Development Research Central* (IRDC), são algumas delas.

8 Também conhecida como Grande São Paulo. Para facilitar a compreensão usaremos a concepção do IBGE a respeito das Regiões Metropolitanas, onde estabelece que “são constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, instituídas por legislação estadual, com vistas ao planejamento e execução de funções públicas e de interesse comum. As Regiões Metropolitanas definidas, até o presente (abril de 1999), são em número de 17”, entre elas São Paulo. Os municípios que compõem a esta região são: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim,

reprodução do urbano e de grande concentração demográfica (quase 50% da população do Estado de São Paulo, o que equivale a quase 20 milhões de habitantes), foi o local que escolhemos como recorte para tratar tanto da agricultura urbana, quanto problematizar o processo de urbanização neste espaço.

Como mencionado antes, apesar da agricultura urbana não ser algo novo, ela passa a ter maior visibilidade nos dias de hoje, a partir do momento em que passou a ser alvo de políticas públicas de governos progressistas, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e também quando passou a ser apresentada por instituições não-governamentais como possível solução para erradicar a fome e, por consequência, a extrema pobreza, bem como proposta para um desenvolvimento humano sustentável (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 11). Por isso, em diversos lugares a agricultura urbana passou a integrar as políticas públicas de diversos governos a nível internacional⁹, o que deu ainda maior evidência à esta prática. No Brasil, este processo não se diferenciou tanto. Na Região Metropolitana de São Paulo, existem nove prefeituras que mantêm algum projeto ou programa em agricultura urbana. São as Prefeituras Municipais de Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Guarulhos, Osasco, Mauá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano. Até 2012, todas prefeituras sob gestão do PT. Em entrevista realizada com alguns dos responsáveis pelos projetos, pudemos notar que a prática da agricultura urbana tem sido usada como maneira de diminuir a pobreza e erradicar a fome a partir do acesso aos alimentos, seguindo as diretrizes do governo federal e do Banco Mundial. Estes programas municipais geralmente estão vinculados ou à Secretaria de Segurança Alimentar, Supervisão de Abastecimento, Coordenação do Fundo Social de Solidariedade (economia solidária) ou Trabalho e Renda, mudando de acordo com a política de cada prefeitura e gestor.

A crença nas políticas públicas para a diminuição da pobreza nos mostra que também há um interesse por parte dos governos e de diversas instituições não governamentais de manter a sociedade tal como está. Nessa perspectiva, existe uma compreensão de que a pobreza poderia ser resolvida com políticas públicas que, em verdade, não tocam questões

Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embú, Embú-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santa do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande. Disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <www.ibge.gov.br>.

9 Podemos aqui citar Cuba, Rosário na Argentina, Santiago no Chile.

estruturais que sustentam esta desigualdade, como a existência do próprio Estado, defensor dos interesses da elite. Entretanto, é importante salientar que, de fato, ocorre em muitos casos, uma melhoria nas condições de acesso à alimentação, possibilitando uma maior folga nos gastos familiares, mas não refletindo na melhoria das condições de vida no geral, que tocam outros âmbitos da vida. Dessa forma, este sistema, que é econômico, social, cultural, etc, não visa de forma alguma a erradicação da pobreza, mas sim, inserir a população pobre dentro da lógica de consumo de mercadorias, apontando isso como diminuição da pobreza. Pouco toca-se na especulação imobiliária, e, portanto, no déficit habitacional, presente, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Neste sentido, a agricultura urbana, vem sendo utilizada pelos governos como forma de gerar renda para a classe mais pobre, fomentando e sugerindo, para esta atividade, o uso de espaços em que o solo está vazio, pois não podem ser utilizados para moradia (como é o caso da agricultura praticada sob os linhões da AES Eletropaulo).

No Brasil, mesmo com os governos municipais aparecendo como os maiores responsáveis por programas e projetos voltados para a promoção da agricultura urbana¹⁰, esta não aparece como única manifestação dessa prática. Há, também, experiências que não passam pela via institucional oficial. Tais experiências também estão no âmbito da produção de alimentos, porém com um posicionamento mais politizado, e crítico, como as experiências de caráter autônomo¹¹, que abordaremos com mais detalhes no capítulo 4. Entretanto, adiantamos que estes casos práticos se dão em conjunto com questionamentos em relação ao “desenvolvimento econômico” capitalista, ocupando espaços públicos e privados, colocando em xeque a questão da propriedade privada da terra, recuperando tradições de seus locais de origem (tais como produzir seu próprio remédio a partir das plantas, trocas de conhecimento, solidariedade, etc), trazendo à luz, a partir de suas práticas, diversos questionamentos a cerca do capitalismo bem como aproveitam esses espaços para “formar” politicamente os próprios agricultores e frequentadores destes espaços. São experiências pouco conhecidas, talvez por terem uma abrangência mais local, talvez por seu caráter crítico, que elencamos aqui: a *South Central Farm* (Los Angeles, E.U.A), *Huerta Orgázmika* (Buenos Aires, Argentina), *Can*

10 As Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Pará são alguns dos exemplos.

11 “A autonomia não é a clausura, mas a abertura: abertura ontológica, possibilidade de ultrapassar o enclausuramento informacional, cognitivo e organizacional que caracteriza os seres autoconstituintes porém *heterônomos*. [...] Ela aparece como possibilidade de pôr em questão – não de modo aleatório ou às cegas, mas sabendo o que se faz – suas próprias leis, sua própria instituição quando se trata da sociedade” (CASTORIADIS, 1987, p. 420). [grifo do autor]

Masdeu, (Barcelona, Espanha) e a *Casa da Lagartixa Preta* (Santo André, São Paulo).

A grosso modo, a ruralidade presente no urbano torna-se possível porque o processo de urbanização não se dá de maneira homogênea. Mesmo quando olhamos para a Grande São Paulo, é possível encontrar uma enorme quantidade de espaços “vazios” (também públicos), chamados por Orlando Valverde de *pousio social*, lugares que estão a espera da especulação, do loteamento, da chegada dos aparelhos urbanos para valorização dos terrenos, nos quais podemos encontrar a maior parte das experiências de agricultura urbana, como também o é nosso local de trabalho de campo, o Grande ABC Paulista. Terrenos localizados sob os linhões de distribuição de energia elétrica, ou em cima dos gasodutos da Petroquímica e que não são passíveis de construções para moradia, salvo exceções¹².

Para compreendermos como o urbano foi constituindo-se como tal, é preciso remetermo-nos a Revolução Industrial. A relação entre o urbano e o rural até aquele momento, era muito próxima, inclusive o crescimento das cidades durante muito foi pelo campo. Entretanto, a sociedade feudal avançou ao ponto de que o desenvolvimento da produção de mercadorias nas cidades não tinha mais a interferência dos interesses agrários, os centros urbanos apareciam com sua própria norma de vida (BOOKCHIN, 1974, p. 42).

Madaleno corrobora com tal ideia ao apontar que o urbano reservava pequenos lugares para atividades agrícolas. Assim cita que [...] alguns investigadores vêm enfatizando que, apesar de quase ausente das cidades após a Revolução Industrial, a agricultura prevaleceu dentro e na orla das mesmas desde tempos imemoriais (Mougeot *apud* MADALENO, 2002, p. 2)¹³.

Entretanto, o advento da Revolução Industrial transformou profundamente o espaço e as relações nele. No processo de sua consolidação, assinala Bookchin

A atividade econômica começou a subordinar a satisfação das necessidades humanas concretas aos objetivos abstratos da troca e da acumulação de capital. De fato, a produção se impôs como um fim em si mesma, marcando assim uma transformação fundamental em todos os valores da sociedade previamente existente, qualquer que fosse seu sistema de exploração (1974, p. 45).

O estabelecimento dessa transformação aparece com a fábrica. Ainda segundo

¹² É o caso de algumas favelas que se constituíram em baixo dos linhões, como a de Utinga em Santo André..

¹³ MOUGEOT, Luc J. A. Urban Food Production: A survey of evolution, official support and significance (with especial reference to Africa”, in HABITAT, September, p. 1-42.

Bookchin “A fábrica requer a separação do pequeno produtor independente dos meios de produção: a alienação do trabalho do produtor e a redução da sua força de trabalho a uma mera mercadoria” (1974, p. 51). Assim, a Revolução Industrial, na medida em que completava o círculo de estabelecimento do capitalismo, constituiu concomitantemente um outro modelo de cidade e de relações interpessoais: o urbano e o modo de vida urbano. Este outro urbano, engendrou o afastamento cada vez maior do campo em relação à cidade, sem, no entanto, fazer desaparecer por completo a produção de alimentos na cidade. Na medida em que a cidade crescia e se urbanizava, eliminava os espaços dedicados à agricultura, enquanto lógica inerente ao capitalismo.

Trazendo para nosso contexto, uma situação parecida pode ser vista no município de Santo André, onde até o final da década de 1970 era possível encontrar grandes sítios (Mato da Estrada) e fazendas (Fazenda da Juta) e chácaras de japoneses, como contam os moradores locais. A partir da vinda das grandes montadoras para o Grande ABC a região sofreu uma grande transformação em pouco tempo e o processo de urbanização se acelerou: formaram-se loteamentos em áreas antigamente ocupadas por sítios e fazendas, ocorrendo, também, um processo de ocupação irregular de áreas de mata. Chega nesta região grande quantidade de migrantes, em grande parte, vindos do interior do Estado de São Paulo e do Nordeste. Estes migrantes, fugindo das condições em que viviam em seus locais de origem, vêm para São Paulo tentar melhorar suas condições de vida, já que esta região constituía-se como o centro dos negócios, das indústrias, etc. Entretanto, o urbano não se dá de forma homogênea, os espaços vazios existem e ficam ali, em grande medida, a espera do momento de conveniência dos especuladores e capitalistas, em outros sendo utilizados para outras atividades. Estes espaços que ficam e que são impróprios para construção de moradias, como os terrenos por onde passam os linhões de transmissão da AES Eletropaulo ou os dutos da Sabesp e Petrobrás¹⁴, passaram a ser utilizados pela população do bairro para produzir alguns alimentos usados no dia a dia. Podemos encontrar esses apontamentos nas falas dos entrevistados. É preciso salientar que essa não é uma exclusividade da região do Grande ABC Paulista.

O urbano que se impõe é um urbano que se expande dentro das relações capitalistas de produção e de vida. Trata-se de um urbano com valores e formas próprias que se materializam

14 A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, empresa concessionária) e a Petrobrás também realizam concessão de seus terrenos para agricultura, essa concessão não é realizada diretamente para os agricultores, em primeiro lugar para as prefeituras, e estas repassam para os agricultores.

no espaço como constituição de uma sociedade urbana. Esta sociedade está em plena expansão, pretendendo homogeneizar, cada vez mais, espaços e relações. Ela se produz e se reproduz a partir das relações monetárias, que tem a finalidade de reproduzir o capital e romper com as relações mais próximas, de solidariedade, de vizinhança e de comunidade que se colocam na cidade. Nos trabalhos de campo realizados pudemos encontrar sujeitos sociais praticando a agricultura com um pensamento capitalista (do lucro, produzir cada vez mais para a venda, contratação de funcionários para o trabalho), como também pudemos encontrar sujeitos que, organizados em grupos ou não, praticam uma solidariedade vinda da cultura camponesa. Exemplos disso são a ajuda mútua, presente na ajuda com o trabalho excedente, ao levar para a venda na feira produtos de terceiros, em geral companheiros de quem podem atestar a qualidade e procedência dos produtos, no agricultor que divide o mesmo terreno, entre outras situações. Nesse grupo de agricultores foi possível verificar, também, discussões sobre a busca de iniciativas mais independentes, como, por exemplo, construir sementeira por conta própria, em mutirão, já que eles acabam comprando as mudas, ou ainda, a doação de alimentos produzidos para pessoas do bairro que não têm condições financeiras para adquiri-lo.

A produção de alimentos ocorre no urbano e paralela a essa produção surgem alternativas de circulação dessa produção. Seja pela via institucional apoiada pelas prefeituras municipais – como ocorre em São Paulo e Guarulhos com as Feiras Limpa e Orgânica, respectivamente¹⁵ – seja pelos grupos que incentivam a compra direta de produtos de produtores locais rurais ou urbanos (como o ComerAtivaMente, de São Paulo, o Consumo Consciente ABC, grupo da região do ABC, além da Associação Integração Campo-Cidade, que promovem a compra direta dos produtores). Além de incentivarem e organizarem a comercialização direta produtor-consumidor, fazem discussões sobre diversas questões sociais, politizando-as, como debates e encontros sobre a produção de orgânicos, culturas tradicionais, oficinas com os próprios produtores, apoio técnico, etc. São grupos importantes porque resultam numa relação de apoio à pequena produção familiar desses produtores do urbano e de produtores de municípios menores e próximos.

Apesar de estar inseridos num sistema hegemônico, o capitalismo, pudemos encontrar entre os tantos sujeitos praticantes da agricultura, relações de produção que se dão de maneira

¹⁵ Ocasão em que as Prefeituras sedem espaços, em geral praças públicas ou parques, para a realização de feiras para que os produtores urbanos possam comercializar seus produtos.

não-capitalista. Na maioria dos casos o trabalho é realizado pelos próprios agricultores, pois poucos podem contratar funcionários. Além disso, existe uma relação anterior destes agricultores com o trabalho na terra porque eles vieram de famílias do meio rural, que trabalhavam para grandes proprietários, eram parceiros ou tinham seu próprio sítio. Mesmo seu motivo de produção sendo majoritariamente a comercialização, o autoconsumo daquilo que se planta também é importantíssimo, pois acarreta numa economia da renda para outros gastos, tais como a compra dos alimentos que estes agricultores não produzem, tal como o acesso a alimentos saudáveis, sem ter que pagar um alto preço, no trabalho de campo, todos disseram produzir sem agrotóxico¹⁶.

É a diversidade das experiências e dos sujeitos envolvidos na agricultura urbana um dos motivos pelo qual é difícil estabelecer suas características e identificá-la através de um único conceito, são formas de produzir, de trabalho, do que produzir, de comercializar, de consumir, de trocar, que se diferem entre si. Desta maneira, nosso objetivo é contribuir para o entendimento dessa atividade, ainda pouco explorada pela academia e já definida pelos órgãos governamentais e não-governamentais. Pensar o conceito de agricultura urbana é tentar dar conta de uma atividade que envolve uma diversidade de sujeitos e práticas, desde aqueles que produzem uma grande variedade de hortaliças, em conjunto com algumas árvores frutíferas (principalmente banana e limão galego) e cultivos de longo período (milho, feijão, cana-de-açúcar, batata, abóbora) até aqueles que produzem apenas hortaliças, indo de uma grande à uma pequena variedade, dependendo do grau de especialização de cada um. O que há de se destacar é que existem uma maioria de agricultores urbanos que tem sua produção direcionada à venda, isto é, acabam produzindo aquilo que vendem mais, e acabam consumindo parte dela, mas a venda é maior que o consumo.

À agricultura urbana também são atribuídos, por alguns autores, diversos pontos positivos: geração de renda, segurança alimentar, além de impactos ecológicos positivos. Colabora com os microclimas, conserva os recursos hídricos (em alguns casos, pois pode degradá-lo em outros), e mantém áreas de superfície permeável no solo (NOLASCO, 2009, p.35). De acordo com Gonçalves

A dimensão ambiental que a prática da agricultura pode alcançar é mais uma

¹⁶ Mesmo os agricultores afirmando não usar agrotóxicos nas entrevistas realizadas, há agricultores que dizem saber que seu vizinho usa.

característica do caráter multifuncional que ela pode exercer dentro do meio urbano, neste caso o de adquirir novos usos e ocupações das áreas degradadas no espaço urbano, que é a produção de alimento (2010, p. 36).

Sendo assim, pensar a agricultura urbana, é pensar também a terra, ou melhor a propriedade privada da terra. Na medida em que a propriedade e o uso da terra são colocados em questão, no sentido de criar novas práticas e novas formas de organização comunitárias.

O fato de a sociedade urbana não se reproduzir de maneira uniforme, nem sem conflitos, possibilita a (re)criação de formas de produção não-capitalistas, com o potencial de promover e recuperar os vínculos de vizinhança e de comunidade, de pessoas que olham e se preocupam com os problemas alheios, que são (ou se tornam) solidárias com as outras (GONÇALVES, 2010, p. 38), tornando possível a construção e/ou existência de relações mais próximas e de questionamento frente às desigualdades engendradas pelo mundo urbano. Algumas experiências têm mostrado que é possível certa organização, também política, pelos envolvidos com a agricultura urbana. A experiência da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM) é um importante exemplo de grupo que organizou-se para permanecer na agricultura, colocando em questão e debatendo o uso de agrotóxicos, trocando conhecimentos, discutindo os problemas da dependência dos fomentos das prefeituras – quando mantém algum projeto/programa – e editais públicos do governo federal, conscientizando-se cada vez mais sobre a necessidade de tornarem-se menos dependentes e de cooperarem mais entre si. Para além desta experiência, já citamos algumas que preservam e tem como princípio a autonomia, onde daremos mais foco no capítulo 4.

1.1. O urbano em foco

Discutir a agricultura urbana, nos remete a discussão do urbano. As concepções definidas institucionalmente são o que normalmente vem definindo, em grande parte, o urbano nas pesquisas e trabalhos acerca da discussão sobre a produção de alimentos dentro deste espaço. São concepções que ficam restritas a uma definição legal de algum órgão público e, que, raramente tem por objetivo entender as relações que neste espaço se estabelecem. O que se concebe muitas vezes são concepções *a priori*, partindo de um aspecto, sem considerar as relações sociais, pois são elas as criadoras e transformadoras do espaço na medida em que também são transformadas por ele.

O urbano não é um espaço neutro, é um lugar de disputa, cheio de conflitos e contradições. Se antes da Revolução Industrial o urbano era espaço também da política, tudo se transforma com este processo. A sociedade e o espaço passam a constituir-se de outra forma e torna-se o local onde se aprofunda a desigualdade a partir das relações monetárias. O processo de industrialização é o marco de rompimento entre a antiga cidade – em seu sentido tradicional – e a cidade moderna ou burguesa¹⁷. Em decorrência deste processo, o que vimos foi uma resignificação da cidade e do urbano, o que antes era, a grosso modo, um urbano próximo à urbanidade enquanto significado de civilidade, no sentido da vida cotidiana e pública (LEFEBVRE, 1986, p. 159), foi transformado pelo processo industrial. Ana Fani Alessandri Carlos afirma que “com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo” (1994, p. 100). O Estado Moderno aparece para consolidar a propriedade privada da terra e a Revolução Industrial estabelece, de fato, a separação entre produção e comércio com o intuito de expandir, para onde fosse possível, o mundo mediado pelas relações mercantis¹⁸, transformando tudo na medida em que se expandia, o tempo, o espaço, as relações, tanto social quanto com a “natureza”. Nos aponta Carlos que “fora da fábrica” o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas, das mercadorias” (1994, p. 61). Sendo assim, a fábrica passa a ter o papel de dissociar o fazer do pensar, o lazer do trabalho, e a máquina o de despersonalizar o trabalho, especializar e concentrar o conhecimento e, neste sentido, cada vez mais foram sendo retirados das mãos das pessoas aquilo que as tornava autônomas. Desta maneira, para Carlos (1994, p. 59), o capitalismo não só criou um novo modo de produção, como também engendrou um novo ser humano. Afirma a autora que

O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho busca uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, derrubando fronteiras administrativas, colocando em cheque os limites definidos entre espaços, subjugando formas culturais, transformando valores e comportamentos na medida em que todas as pessoas entram ou têm possibilidade de entrar em contato com o mundo todo – uma vez que todos os pontos do planeta estão virtualmente interligados (CARLOS, 1994, p. 107).

17 A ideia de cidade moderna é usada por Ana Fani Alessandri Carlos (1994) e cidade burguesa usada por Murray Bookchin (1974), ainda que com nomes diferentes, se referem à cidade que aparece junto ao processo de industrialização.

18 O espaço também transforma-se em mercadoria, seja na cidade ou no campo.

Para Carlos, “nascida da industrialização, nossa sociedade se concebe enquanto a sociedade urbana, a partir da explosão, da transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida” (2004b, p. 28). As pessoas passam a não mais se identificar com sua comunidade ou seu bairro. Os lugares vão se tornando cada vez mais imensos e impessoais.

As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida (CARLOS, 2004b, p. 56).

A autora afirma ainda que a cidade, com a industrialização,

apresenta-se como um fenômeno concentrado e contraditório fundamentado numa complexa divisão do trabalho; numa aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada. (CARLOS, 1994, p. 51-52)

Encontramos também em Marta Inez Medeiros Marques (2002) apontamentos sobre o urbano no processo de industrialização. Para a referida autora, aquela cidade “tradicional” também entendida como centro político, pautada por valores comunitários, é engolida por esse novo modelo de cidade, urbanizada, onde é concebida a gestão do espaço. Desta forma, Marques (2002) afirma que “a desumanização da cidade pelo tempo da mercadoria e do capital financeiro nega a sua herança comunitária de lugar de encontro e de lutas (p. 107). A cidade torna-se centro privilegiado do consumo em detrimento de seu significado como lugar da política”. Ela também salienta, assim como o faz Carlos, a intervenção do Estado na constituição deste “novo” urbano, afirmando que

O Estado se erige como planejador e, cada vez mais associado às grandes empresas, tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. A cidade é

transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo. (MARQUES, 2002, p. 107)

O processo de urbanização generalizou o valor de troca ao levar para a escala mundial o mundo da mercadoria, estabelecendo de fato a terra/solo como propriedade privada, mercadoria a ser negociada, vendida e comprada, produzindo o urbano no âmbito da vida cotidiana e social. Assinala Carlos que a “cidade é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido” (1994, p. 84) que se expressa através do uso do solo, porque aqui a propriedade do solo (seja para algum setor de atividade industrial/comercial ou residencial), isto é, aquilo que é condição básica, tanto necessário à produção e reprodução do capital quanto para a reprodução da sociedade (CARLOS, 1994, p. 90), aparece como bem material, “consumida de acordo com as leis de reprodução do capital” (CARLOS, 1994, p. 85). Desta maneira, o uso do solo urbano está em constante disputa pelos vários segmentos da sociedade, orientado pelo mercado, “mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida” (CARLOS, 1994, p. 85). É importante assinalar que, segundo Carlos, o movimento de produção e reprodução do espaço urbano se dá em detrimento do espaço rural, constituindo novas formas e estabelecendo novas relações sociais.

A sociedade urbana que constitui-se a partir do processo de generalização do processo de urbanização (CARLOS, 2004b, p. 21) tende à homogeneização, à fragmentação do espaço e do indivíduo, bem como pelo esvaziamento das relações entre as pessoas no cotidiano, pelas quais passam a ser substituídas por relações institucionais ou profissionais (CARLOS, 2004b). Este processo não é dado sem uma maior normatização da vida cotidiana por parte do Estado, que cria mecanismos para o espraio do processo de urbanização e, por consequência, da sociedade urbana.

As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo

moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida (CARLOS, 2004b, p. 56).

O processo de "privatização da vida social", abordada acima por Carlos e também por Bookchin, centraliza no Estado as problemáticas da vida cotidiana e, também, da vida política, pois o Estado está para o controle da vida social e manutenção da ordem capitalista.

Ainda que o Estado tenha tentado retirar o protagonismo social dos sujeitos, diversas ações têm sido recriado em diversos momentos, quando um vizinho irriga a horta do outro, quando trocam sementes e conhecimentos, quando um ajuda o outro no manejo da horta, quando um vende o produto do outro sem tirar vantagem, quando aquela que produz dá o que produziu para vizinhos que não têm dinheiro para comprar; enfim, práticas reais e cotidianas de diversos agricultores e agricultoras urbanas que podemos encontrar na pesquisa de campo.

Apesar de entendermos o processo de urbanização e a constituição urbana desta forma, existem outros autores que fazem esta discussão a partir de outras perspectivas. Autores como Milton Santos (2008) e José Eli da Veiga (2002) veem o urbano a partir de outras concepções. Concepções que também partem de órgãos oficiais governamentais e agências internacionais.

Compreender essas diferenças é importante porque daí parte o entendimento sobre o conceito da agricultura. As diferentes concepções e definições sobre o urbano é o que irá delinear o campo de ação dos programas e projetos institucionais na agricultura urbana. Por isso, também, é importante entender as concepções dadas ao espaço urbano pelo Estado a partir dos órgãos públicos, como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como pelos órgãos não-governamentais e agências internacionais, como a ONU por exemplo.

Vemos que o maior problema está em idealizar um urbano e uma agricultura urbana sem olhar para o contexto concreto. Isso pode produzir equívocos teóricos que passam a ser repetidos inclusive nas pesquisas acadêmicas. Dentro da bibliografia lida encontramos a prática da agricultura urbana dividida em agricultura urbana familiar e agricultura urbana comercial, a inclusão do paisagismo enquanto prática da agricultura urbana, o plantios em vasos e garrafas pet também, etc.

Olhar para a realidade concreta para assim pensar o conceito caminha no movimento contrário do que fazem os órgãos governamentais e, muitas vezes, os não-governamentais. É só a partir da prática, das experiências reais na agricultura urbana e das relações construídas

pelos envolvidos neste processo é que podemos refletir criticamente e, portanto, contribuir para uma ideia científica a respeito da agricultura na cidade. Desta maneira, compreender o urbano se faz importante, bem como problematizá-lo. A forma com que se apresenta hoje, ainda mais quando pensamos a Metrópole de São Paulo, impulsionado pelo momento de ascensão do setor imobiliário e de construção civil, devido aos programas sociais governamentais e aos diversos eventos de massa que ocorrerão no país, exerce cada vez mais pressão sobre os terrenos vazios. O rápido espraiamento rumo aos limites entre o campo e a cidade, bem como a verticalização de diversos bairros, são processos que aceleram a produção do espaço urbanizado, que por consequência limitam as áreas que poderiam servir para plantio. A redefinição do uso do solo e do processo de ocupação da área metropolitana (terrenos antes vendidos por hectare, agora por metro²) têm como produto cada vez mais a redução do espaço dedicado às possibilidades de prática da agricultura.

Compreender o que engendra as diferentes transformações – em particular e em relação – no espaço urbano e no rural no Brasil é entender que não se trata de dois Brasis diferentes, nem de novo e velho, como assim tratam Milton Santos (2003) e José Eli da Veiga (2002) respectivamente, mas de compreender as transformações no espaço e na sociedade a partir de um pensamento dialético, que enxerga a dinamicidade das relações humanas e com o espaço. Compreender que o rural e o urbano se apresentam como espaços diferentes porque constituem relações sociais diferentes.

Algumas dissertações de mestrado, ao seguirem as linhas de teóricas destes autores também reproduzem suas falhas.

A dissertação de mestrado de Cristiane Cardoso Pessôa (2005) sobre agricultura urbana, ao se basear nas ideias de urbanização do campo expressas por José Graziano da Silva no artigo “O Novo Rural Brasileiro” (1997)¹⁹, usa a sua lógica ao dizer que “nas áreas rurais, a tendência são os empregos 'não-agrícolas' e nas áreas urbanas e periurbanas, a alternativa passa a ser o cultivo agrícola” (PESSÔA, 2005, p. 5). Ainda afirma que “cada vez mais as fronteiras que separam o rural do urbano estão menos nítidas, causando uma 'urbanização' do rural e uma ruralização do urbano” (PESSÔA, 2005, p. 5), baseando-se nas ideias de José Graziano da Silva que aponta que se torna cada vez menos importante a discussão sobre a

19 Neste artigo José Graziano da Silva aponta para um novo rural urbanizado. Assim diz “o meio rural se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço, que tradicionalmente era definido como rural” (p. 1).

diferença entre o rural e o urbano pois “as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária” (p. 1). Certo que as ideias de Graziano da Silva não se limitam ao que se citou anteriormente, mas como este estudo tem sido base para investigações acadêmicas, nele focamos.

José Eli da Veiga em “*Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*” (2002) critica a conceituação que até hoje o IBGE faz sobre o urbano, estabelecida pelo Estado Novo, onde reconhece como áreas urbanas as sedes dos municípios e dos distritos, e como cidades, as sedes municipais. Considerando que o método de definição do que seria o urbano não dá conta da realidade, pois o reconhecimento é legal/institucional, Veiga propõe outro modo de identificar as áreas urbanas ao “combinar o critério de tamanho populacional do município com pelos menos outros dois: sua densidade demográfica (critério decisivo) e sua localização” (2002, p. 33). Para Veiga, a paisagem (imagem estática) é o fator determinante “nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles” (VEIGA, 2002, p. 33).

Pelo método proposto por Veiga, dos 5052 municípios (dados de 2000), apenas 455 deles seriam urbanos; 4.485 municípios seriam vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários seriam, na verdade, vilas. Desta maneira, este autor se limita a quantidade e aparência da análise e não ao seu conteúdo. Também faz uso das concepções criadas por órgãos institucionais, como a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), criando graus de diferenciação dos espaços geográficos, o faz ao dizer que as áreas atualmente são essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas (2002, p. 97), para Veiga “os três tipos de regiões são todos compostas de espaços rurais e concentrações urbanas, mas em proporções diferentes” (2002, p. 97). Neste sentido, é difícil partir de tal ideia para a compreensão do espaço urbano pois a constituição e o que é o urbano se dá pela essência, isto é, pelas relações que se produzem e reproduzem, que definem e são, também, construtoras e modificadoras do espaço.

Ana Fani Alessandri Carlos (2004b) em seu artigo “*Seria o Brasil menos urbano?*” e “*O conceito de espaço rural em questão*” de Marta Inez Medeiros Marques (2002) evidenciam diversas contradições neste artigo publicado por Veiga. Marques o critica chamando nossa atenção para o fato de que os critérios utilizados por ele – o tamanho

populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização – são majoritariamente estatísticos e que não dão conta da complexidade de relações que abarcam estes dois espaços e, ao assim fazê-lo, “não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo” (p. 99). Para Carlos, a análise e o conceito do urbano e do rural deve ir além de dados estatísticos, porque os dados não dizem nada sobre seu conteúdo. Segundo a autora, “as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e, neste sentido, a análise do espaço revela um processo de produção/reprodução da sociedade em sua totalidade” (CARLOS, 2004b, p. 105). Para Carlos (2004b), “cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações contidas” (p. 104).

A conceituação de urbano e rural a partir de fatores que levam em consideração apenas a “paisagem”, não olhando para as relações sociais como um todo, isto é, para os conflitos e contradições que se dão nestes espaços, também está presente em Milton Santos (2008), em obra “*A Urbanização Brasileira*”. Este autor justifica que o território brasileiro se encontra dividido em dois grandes subtipos, que denomina de espaços agrícolas e espaços urbanos, mas reemprega o conceito de região para designar estes espaços como regiões agrícolas e regiões urbanas (SANTOS, 2008, p. 73). Segundo Santos, “Haveria, então, um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural”²⁰ (2008, p. 75). Entendemos que Santos, ao criar a divisão entre regiões agrícolas e regiões urbanas, está tentando compreender as transformações atuais no espaço rural e no espaço urbano, no entanto, da maneira com que vem trazendo a discussão, parece limitar-se a uma análise essencialmente econômica das relações, não assinalando e problematizando as questões para além das relações econômicas, pois vemos que as transformações são possíveis porque os outros âmbitos da vida (cultural, político, social, etc) também se transformam.

Nas entrevistas realizadas em campo pudemos verificar que grande parte dos envolvidos na agricultura urbana têm nesta atividade um complemento da renda familiar (direta e indireta); muitos dizem economizar, como já assinalado, de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 por semana ao deixarem de comprar os alimentos que produzem. Alguns dos entrevistados vivem apenas daquilo que plantam, ou seja, toda sua renda advém da agricultura, seu aluguel e todo o restante dos alimentos que necessitam só podem ser comprados porque existe o excedente

20 Grifo do autor.

produzido.

Desta maneira, refletir sobre o urbano sem pensar a relação deste com os problemas sociais e espaciais (que envolvem o espaço e o lugar enquanto mercadoria) é não trazer para a discussão a problemática da sociedade urbana, que reproduz não só um espaço urbano determinado, mas também cria um modo de vida urbano, um novo ser humano. Onde lugares se tornam imensos e impessoais, não há mais identificação com o lugar, nem com a vizinhança que é a base para a comunidade e para a solidariedade. O urbano se torna o lugar onde as pessoas se veem, mas não se enxergam, andam apressadas, com sentimentos embrutecidos e indiferentes (CARLOS, 1994, p. 58). A sociedade urbana passa a não designar mais a vida na cidade, mas com sua explosão (a da cidade), esta aparece como deterioração da vida urbana (CARLOS, 2004b, p. 30).

No urbano, as relações mundiais se impõem às relações locais. Em meio à metrópole a relação entre as pessoas tendem a esvaziar-se frente à fragmentação e homogeneização/hierarquização do espaço (CARLOS, 2004b, p. 70), pois “deste modo, o mundo e o processo de mundialização da sociedade se revelam no plano do lugar, no cotidiano enquanto condição do processo de reprodução da sociedade atual” (CARLOS, 2004b, p. 42). A separação entre produção-consumidor possibilita a criação de um cem número de mediadores, e por sua vez cria instituições legais reguladoras destas relações, retirando cada vez mais a autonomia da pessoa e da comunidade.

Ainda que as grandes aglomerações, como é o caso da Metrópole de São Paulo, tenham se constituído de modo a produzir e a reproduzir a urbanização com um modo de vida próprio, onde a tendência à homogeneização, fragmentação do espaço e das relações entre as pessoas são algumas de suas características, há diversas tentativas de grupos e pessoas em contrapor este urbano. Reforça Carlos, a “Metrópole cortada por vias de trânsito rápido (pontes, viadutos) representa o vazio no cheio [...] caracterizado pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida” (2004b, p. 10). Além disso, esse processo – o da metropolização – “apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos”, que geram o estranhamento “como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos” (CARLOS, 2004b, p. 9). O rural ainda presente nas histórias pessoais podem trazer a tona, a partir da prática da agricultura urbana, relações de vizinhança mais próximas, quando recuperados os laços e vínculos que fazem as pessoas se identificarem

umas com as outras. A criação e imposição, pelo Estado e pelo mercado, de um espaço urbano para a produção e reprodução do capital cria a metrópole que tem presente em seu interior formas (re)criadas e práticas tradicionais de reprodução da vida, que não passam necessariamente, nem diretamente, pela reprodução do capital: a posse da terra coletiva e o trabalho coletivo, a doação de alimentos, as trocas de sementes e produtos, podemos em algumas experiências de agricultura urbana.

Por isso, para nós, se queremos entender a prática da agricultura urbana é preciso pensar e discutir o urbano, pois este, enquanto local da produção e reprodução do capital, que se impõe no espaço e no modo de vida, não é uniforme e não se impõe sem gerar resistências. Estas resistências estão presentes nos diversos movimentos sociais, mas, também, na vida cotidiana de muitos sujeitos. E, assim, a prática da agricultura urbana aparece enquanto processo que pode potencializar estas resistências. Ao dizer isto, estamos olhando para a prática da agricultura em si, olhamos para os sujeitos envolvidos e para as diversas relações com o espaço local e com os vizinhos que puderam aparecer por meio da agricultura urbana. Experiências e resistências que não se pretende generalizadoras, mas nem por isso, são menos importantes. Se dissemos que pensar e discutir o urbano é preciso, o mesmo vale para as ideias que encontramos sobre a prática da agricultura urbana, sobretudo porque não há um consenso entre o que pudemos ver no trabalho de campo e algumas das leituras que realizamos a respeito deste tema.

1. 2. O conceito de agricultura urbana

Ao levantarmos a bibliografia acerca das definições dadas à agricultura urbana, pudemos encontrar uma variedade de concepções, dependendo do autor e da instituição. Essa variação decorre também do autor usado como referência para a definição e compreensão do urbano. Assim sendo, um conceito de agricultura urbana que abarque a gama diversificada das manifestações encontradas em campo está ainda em construção. O que pudemos encontrar de dado comum é que a agricultura urbana se define pela produção agrícola no espaço urbano, porém, algumas atividades como criação de galinhas ou patos, pequenas hortas em varandas de apartamentos, vasos no corredor das casa, estão sendo inseridas dentro da prática da

agricultura urbana, por isso, para nós, é importante saber que produção é essa e se é realmente possível chamar tudo de agricultura urbana.

Por isso, pretendemos contribuir para uma compreensão mais completa a respeito da prática da agricultura no urbano olhando para a prática em si, isto é, olhando para as experiências encontradas no trabalho de campo e experiências que pudemos tomar conhecimento a partir de nossa militância pessoal.

Para além disso, cabe salientar que muitos autores e órgãos institucionais²¹ – inclusive nós mesmos – ao formarem uma concepção determinada sobre a agricultura urbana ou rural, o fazem a partir de contextos e visões de mundo distintas entre si. O que nos faz ter certo cuidado, e, até mesmo, questionamentos acerca de suas teorias. Entramos nesta discussão porque as concepções sobre a agricultura urbana, criadas pelos órgãos governamentais, agências internacionais e até mesmo por alguns pesquisadores e autores, são, em certa medida, limitadas, pois olham o urbano e a prática da agricultura urbana a partir de uma definição que não remete ao contexto real, do campo da prática. Além disso, há que se compreender que esta atividade, mesmo dentro do espaço urbano, podem se dar de maneiras distintas.

Uma das concepções mais usadas pelos órgãos governamentais, acerca da definição de agricultura urbana é aquela elaborada pela FAO²², Organização das Nações Unidas reconhecida internacionalmente. Em sua concepção, a FAO através do PNUD²³ aponta que

La expresión agricultura "urbana", tal como se utiliza en el presente documento, se refiere a pequeñas superficies (por ejemplo, solares, huertos, márgenes, terrazas, recipientes) situadas dentro de una ciudad y destinadas a la producción de cultivos y la cría de ganado menor o vacas lecheras para el consumo propio o para la venta en mercados de la vecindad. La expresión agricultura "periurbana", tal como se utiliza en el presente documento, se refiere a unidades agrícolas cercanas a una ciudad que explotan intensivamente granjas comerciales o semicomerciales para cultivar hortalizas y otros productos hortícolas, criar pollos y otros animales y producir leche y huevos. [...]
[...] La agricultura urbana y periurbana se desarrolla dentro de los límites o en

21 Órgãos governamentais e públicos, organizações não-governamentais, agências internacionais, etc.

22 Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO (em inglês Food and Agriculture Organization da Organização of the United Nations). A FAO, a partir das considerações apontadas no Segundo Colóquio Internacional de Alcaldes, sobre crescimento sustentável e da equidade, realizado em Nova Iorque no ano de 1997 lança um relatório intitulado “A agricultura urbana e periurbana”, sintetizado pelo Comitê de Agricultura.

23 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

los alrededores de las ciudades de todo el mundo e incluye los productos de las actividades agropecuarios, pesqueras y forestales que se desarrollan en zonas urbanas y periurbanas. También incluye los productos forestales no madereros, así como los servicios ecológicos que proporcionan la agricultura, la pesca y la silvicultura. Con frecuencia, en una sola ciudad y cerca de ella existen múltiples sistemas agrícolas y hortícolas.

[...] El territorio comprendido dentro de los límites oficiales de una ciudad varía enormemente entre países y puede estar más o menos edificado; del mismo modo, las zonas "periurbanas" en torno a las ciudades abarcan desde las de alta densidad de población hasta las poco pobladas. La distinción entre zonas "urbanas" y "periurbanas" depende de la densidad, los tipos y las modalidades de uso de la tierra, que determinan las limitaciones y oportunidades para la agricultura (FAO, 1999).²⁴

Esta ideia de considerar cultivos em pequenas superfícies, como terraços e pequenos recipientes, delimita a prática da agricultura urbana a tudo, ou seja, todo tipo de cultivo que está nos “marcos legais da cidade”. E esta ideia é a que tem servido de base para a compreensão da agricultura por diversos autores e pesquisadores, bem como órgãos públicos, ONG's e agências internacionais, em diversos lugares do mundo. Ao olharmos para o campo, podemos ver que terrenos de 200 m², pode ter agricultura ou não, ou seja, pode ser um terreno com flores diversas ou pode ser um terreno em que há algumas hortaliças, assim como terrenos com hortas. Mas será tudo agricultura urbana? Para nós, é um equívoco apontar que o plantio de ervas aromáticas e medicinais em pequenos recipientes seja agricultura urbana. Já que estamos discutindo a agricultura urbana a partir da produção de alimentos em hortas com pessoas específicas envolvidas, onde produzem algumas hortaliças, presente em todos os casos pesquisados, e outros se dedicam a outras produções como mandioca, feijão, milho, banana, limão, maracujá, entre outros cultivos.

Há também uma falta de clareza sobre o urbano e o rural, ao considerar que a agricultura periurbana "se refere a unidades agrícolas próximas a uma cidade que explora intensivamente chácaras comerciais ou semi-comerciais", pois não colocam em conta as relações sociais ali estabelecidas.

Com igual imprecisão a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) define a agricultura urbana e periurbana, ao assinalar que

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os

24 Informações disponíveis em <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acesso em 06/04/2012.

espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios (Figura 3). A área periurbana é mais complexa quanto à definição de sua localização. Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km, dependendo do desenvolvimento da infra-estrutura de estradas e dos custos de transporte. A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem (EMBRAPA, 2002, p. 11-12).

Na concepção da EMBRAPA, a agricultura urbana é definida pela distância em que ela está em relação a cidade, podendo ser intra-urbana ou periurbana e chegar à distância limite de até 90 km. É possível ir de São Paulo até Campinas com esta distância²⁵, onde é factível encontrar espaços urbanizados, densamente povoados, como espaços rurais, onde as casas estão bem espaçadas umas das outras. Ao tentar criar uma concepção sobre a agricultura urbana olhando para o espaço de modo tão generalizante, não se analisa os conteúdos contidos no espaço urbano e rural, nem para as relações ali constituídas. As ideias acerca da agricultura urbana pela concepção da EMBRAPA torna-se vaga se partimos da compreensão de que o urbano e o rural constituem-se a partir dos sujeitos e do espaço, dialeticamente. Além disso, há a ideia de “áreas ociosas” que tão pouco concordamos, as áreas no espaço urbano podem estar desocupadas ou vazias, mas isso não quer dizer que o capital não esteja presente, nem que ele não exerça qualquer pressão nestas áreas.

É necessário assinalar que no trabalho de campo dificilmente nos deparamos com práticas de agricultura urbana em terrenos vazios, que a EMBRAPA aqui chama de terrenos ociosos. A maioria dos terrenos utilizados são privados, de empresas que prestam serviço público (como a AES Eletropaulo, que distribui energia elétrica para alguns municípios da RMSP) e terrenos públicos, como os da SABESP ou da Petrobrás, bem como praças públicas ou terrenos do Município. As experiências em terrenos particulares, são muito pequenas, a não ser que seja terreno da própria residência.

Como não poderia ser diferente, a ideia de agricultura urbana adotada pelos órgãos governamentais no Brasil, no foge daquilo que vem sendo dito a respeito, tendo por base a concepção da FAO, como pudemos ver a da EMBRAPA. Desde 2004, o governo brasileiro

²⁵ Segundo dados retirados da ferramenta GoogleMaps, o trajeto de São Paulo até Campinas, parte pela rodovia dos Bandeirantes, parte pela rodovia Anhanguera, é de 93,9 km.

vem incentivando, através do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) e do Programa Fome Zero, editais públicos visando a expansão da agricultura no espaço urbano através do *Programa de Agricultura Urbana e Periurbana*, cujo qual abordaremos com mais detalhes no capítulo 3. Neste programa a agricultura é entendida como

[...] um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SESAN/MDS, 2007, p. 6-7).

Esta concepção a respeito da agricultura urbana, disponível nos editais públicos do MDS é um tanto abrangente, traz diversos itens cujo qual não aprofunda diversos aspectos, tais como a “prestação de serviços”, a geração de produtos agrícolas como plantas ornamentais, o reaproveitamento sustentável do solo, água, mão-de-obra, etc. Contudo, o MDS, bem como outros órgãos governamentais e internacionais, passam uma visão parecida sobre a ideia de agricultura urbana onde abrangem demais a atividade sem, no entanto, explorar seu conteúdo.

Alguns autores, também, teorizaram a respeito da agricultura urbana, Luc Mougeot é uma referência muito utilizada. Outra autora utilizada nas pesquisas em agricultura urbana é Isabel Maria Madaleno, que discutiremos logo abaixo.

Isabel Maria Madaleno, produtora do estudo “*A cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará*” (2002), traz sua contribuição a cerca da agricultura urbana ao pesquisar o caso do Pará. A autora, não diferencia agricultura urbana da periurbana pois diz que não há como diferenciar a agricultura praticada dentro da cidade daquela praticada nas periferias da cidade, uma vez que esta última segue constituindo como parte integrante do urbano.

Embora alguns autores segreguem os espaços cultivados apodando de periurbana a agricultura praticada na periferia das cidades e de urbana a

desenvolvida nos espaços interiores não-construídos, a verdade é que se gerou um consenso entre as duas tendências generalizando-se a expressão *urbana* a ambos os espaços (MADALENO, 2002, p. 3). [grifo da autora]

A visão de Madaleno sobre agricultura urbana remete às atividades nela constituídas. Assim explica que agricultura urbana é

a soma de tarefas capazes de transformar o meio natural no sentido de produzir matérias vegetais e de criar animais úteis ao homem. Nesta conformidade, a agricultura urbana denomina o conjunto de atividades de produção animal e vegetal exercidas em meio urbano, visto como espaço abrangente que inclui áreas intersticiais não-construídas e superfícies periurbanas (2002, p. 07).

Entretanto, Madaleno, ao elencar as formas de exploração agrícola no espaço urbano, assinala que a agricultura urbana pode se dar com o cultivo intensivo dos quintais, plantio em estradas e caminhos, em lotes urbanos vazios, cultivo em vasos e recipientes em varandas, pátios e terraços, a hidroponia, e, também, a criação de animais (2002, p. 3). Além disso, Madaleno afirma que a agricultura urbana é um meio possível de resolver a pobreza (MADALENO, 2002, p. 1) ao oferecer um caminho à melhoria das condições de vida, tendo em vista à multiplicação da população urbana, que coloca a prova o sistema de produção e distribuição alimentar, principalmente em momentos de instabilidade política (MADALENO, 2002, p. 13). Ao argumentar desta forma, a autora volta o problema da pobreza à falta de alimentação, e aponta a agricultura urbana como atividade solução deste problema. Claro está que, a partir daquilo que vimos em campo, a prática da agricultura urbana possibilita a melhoria do acesso à alimentação, e, conseqüentemente, uma certa melhoria das condições de vida, mas não resolve a pobreza. O capitalismo, a partir da divisão da sociedade em classes, tem nesta divisão, uma suas sustentações. Desta forma, acabar com a pobreza, nos remete à outro tipo de sociedade, que não a capitalista.

Luc Mougeot assinala que a agricultura urbana se define por algumas determinantes, são elas: tipos de atividade econômica; localização intra-urbana ou periurbana; tipos de áreas onde ela é praticada; sua escala e sistema de produção; as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentício) e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização (2005, p. 3). Mougeot também traz a luz a dificuldade de definição do urbano e afirma

Com certeza, o elemento mais comumente citado nas definições do que seja a agricultura urbana é o local onde ela é praticada: as cidades e seus arredores imediatos; porém mesmo esse elemento tem sido causa de um importante conflito conceitual. Poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou, se o fazem, usam critérios muito variados.

Para Mougeot agricultura urbana é

[...] a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (2002, p. 7).

A definição deste autor, amplia a prática da agricultura urbana, pois incorpora a transformação (processamento) do produto. Madaleno também o faz ao indicar que esta prática inclui também o processamento e a comercialização como parte da agricultura urbana (MADALENO, 2004).

Encontramos, também, a tentativa de definição da prática de agricultura urbana em algumas pesquisas acadêmicas – dissertações de mestrado e artigos em revistas científicas.

Juliana Arruda em sua dissertação de mestrado (2006) afirma que a prática da agricultura urbana cada vez mais faz parte da gestão dos municípios. Assinala também que a agricultura urbana tem uma perspectiva social ao trazer a melhoria da qualidade de vida dos praticantes dessa atividade em direção a um desenvolvimento social (ARRUDA, 2006, p. 9). Esta visão, parecida com a de Madaleno, remete-nos a uma visão limitada de análise social, pois o acesso à alimentação, não garante desenvolvimento social (condução a preservação e elevação do bem estar social, buscando maior equidade) (ARRUDA, 2006, p. 9), nem eliminação da pobreza, já que o que sustenta a pobreza não é a falta de acesso à alimentação.

Juliana Arruda ainda esclarece que algumas tentativas de conceituar a agricultura urbana partiam da diferenciação entre a agricultura praticada no espaço urbano e no rural. Com esta afirmação Arruda nos remete à um quadro comparativo (quadro 1) dos dois tipos de agricultura (acima citados) realizando algumas pequenas ressalvas à ele. Arruda afirma que o quadro está descontextualizado em alguns pontos ao fazer a comparação entre agricultura urbana e agricultura rural, como os da agricultura como meio de vida, identidade do agricultor,

uso da terra e calendário de cultivos (2006, p. 12-13), afirmando que os pontos relativos ao incentivo de pesquisas para o seu melhor desenvolvimento, o investimento governamental em qualificação dos produtores e aos profissionais da área, os cuidados sanitários na produção e o processamento, são pontos importantes para ambos os tipos de agricultura. Talvez o fato desta autora ser da Engenharia Agrícola, tenha limitado seu campo de análise para poder realizar as devidas críticas, ao usar um quadro que generaliza o urbano e o rural a partir da agricultura.

Quadro 1: Quadro comparativo entre a agricultura urbana e a agricultura rural

Quadro 2. Comparação entre as características da agricultura rural e urbana/peri-urbana.

CARACTERÍSTICAS	AGRICULTURA RURAL	AGRICULTURA URBANA/PERI-URBANA
Tipo de exploração agrícola	Convencional, normalmente extensiva	Diferente da convencional, móvel e transitória; parcialmente sobre a terra ou sem a posse da terra, normalmente intensiva
A agricultura como forma de vida	Agricultura é o principal modo de vida, participam de tempo integral	A agricultura é freqüentemente uma atividade secundária, envolvidos parcialmente
Identidade do agricultor	Usualmente já nascem agricultores	‘Principiantes’, agricultores de tempo parcial, em parte migrantes de zonas rurais, gente dedicada por passa-tempo
Perfil da comunidade	A maioria dos membros da comunidade participa na agricultura	A porcentagem de membros da comunidade que participa na agricultura é muito variável
Ponto de vista dos participantes a respeito da importância da agricultura	Geralmente a apoiam	Pontos de vistas diversos
Contexto político, social, econômico e cultural	Mais homogêneo	Mais heterogêneo
Uso da terra	Geralmente estável para agricultura	Competem no uso da terra (agrícola e não-agrícola)
Calendário de cultivos	Segundo a estação	Cultivos todo o ano
Segurança da disponibilidade de terra para cultivar	Relativamente alta	Relativamente baixa
Terrenos onde se produz	Próprios, de extensão média a grandes	Baldios, cedidos ou domicílio próprio
Custo de mão de obra	Relativamente baixo	Relativamente alto
Acesso a mercados/insumos	Geralmente longe dos mercados	Perto dos mercados, favorável para cultivos/produtos perecíveis
Destino dos produtos	Para exportação	Autoconsumo ou regional
Disponibilidade de serviços de investigação e extensão	Bastante prováveis	Pouco prováveis
Apoio político	Alta prioridade na agenda política	Misto, com freqüência políticas vagas ou inexistentes
Intervenção municipal	Baixa ou nula	Alta

Fonte: Baseada em CAMPILAN et al. (2002) e TERRILE et al. (2000).

Autor: CAMPILAN et al (2002) e TERRILE et. al. (2000)

Fonte: Arruda, 2006, p. 11-12.

Esse quadro estabelece padrões, regras e limites para a agricultura urbana e rural como se o espaço onde estas atividades se desenvolvem fossem imutáveis e não estivessem inseridos num movimento de mudança e transformação dialético, social e espacial. A agricultura rural, para além do espaço onde se é praticado, também deve ser analisada no contexto das classes sociais, e, portanto, ao modo como é praticada, isto é, se é praticada por um capitalista ou por um camponês, porque este item também é definidor da forma com que a agricultura é realizada. Enfim, não existem “agricultores” no geral, mas uma diversidade de sujeitos sociais que constituem o campo: o camponês, latifundiários, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, com interesses distintos e em muitas vezes opostos.

Se discutíssemos a agricultura urbana a partir deste quadro, estaríamos cometendo um grave erro, pois existem vários itens mencionados que são generalizantes, olham para a agricultura urbana e rural sem olhar para aqueles que realmente estão envolvidos com sua prática. Esses equívocos são geralmente cometidos quando se tem como base autores que produzem seus estudos a partir de um outro contexto geral, não se tendo o cuidado de olhar para o contexto local. Desta forma, tenta-se adaptar a teoria à realidade e não produzir a teoria a partir da realidade. Por exemplo, ao discutir a identidade do agricultor urbano, esse quadro coloca todos os agricultores urbanos como "principiantes" e "gente dedicada por passatempo", o que olhando para o campo, não o é, grande parte deles já vem de família camponesa ou de pequenos agricultores familiares. De fato, podemos encontrar diferentes motivações que levam as pessoas a tornarem-se produtores agrícolas no espaço urbano. Durante nosso trabalho de campo realizado com experiências na Região do Grande ABC Paulista e São Mateus, São Paulo, pudemos encontrar desde pessoas que têm uma horta por passatempo até outros que têm na agricultura sua única fonte de renda. Mas a maioria já teve contato com agricultura antes de vir para São Paulo, os que não se dedicam completamente ao trabalho agrícola, estão presentes ao menos 4 vezes por semana na horta.

No item **custo da mão de obra** afirmam ainda que a mão de obra utilizada na agricultura, quando no espaço urbano, é de alto custo. No trabalho de campo pudemos verificar que o trabalho é, na maior parte dos casos, familiar ou individual. Há aqueles que contratam alguém para ajudá-los, já que não conseguem realizar todo o trabalho sozinhos. Na maioria das vezes são diaristas, trabalham duas vezes por semana ou quando é necessário formar os canteiros. Já no campo, o trabalho vai depender das relações de produção que se

estabelecem, se as relações de produção são capitalistas é uma forma, se as relações de produção são não-capitalistas é de outra, e ainda assim, naqueles lugares onde os laços comunitários ainda estão presentes, o mutirão é utilizado. Não há uma homogeneidade na produção no campo. O capitalismo também está presente ali, explorando e (re)produzindo-se, ainda que sob a resistência de relações não-capitalistas de produção e de vida. Na agricultura urbana, as relações de produção se dão na maior parte dos casos de modo não-capitalista, apesar de encontrarmos também produtores com a forma de produção capitalista.

O **apoio político** dado para a agricultura familiar e camponesa é bem pequeno. No Brasil, as políticas de apoio à agricultura rural são focadas para o crédito – como o Pronaf-crédito por exemplo –, ou seja, para o endividamento destes pequenos agricultores, diferente do que ocorre para as monoculturas dentro da produção capitalista. As prefeituras e Ong's que mantêm algum projeto ou programa para a agricultura urbana, chegam a dar algum apoio a estes produtores, seja na assistência técnica, seja com sementes, ou mesmo com a isenção no gasto da água, dependendo do órgão. Por isso, é difícil afirmar que a **intervenção municipal** é alta na agricultura urbana, já que ela só ocorre, de fato, onde existe alguma proposta por parte do Município, e esta intervenção pode se dar de diversas formas: na disponibilidade da terra, no incentivo à comercialização, como a criação das feiras²⁶, são alguns exemplos.

Quando se trata do **calendário de cultivos**, podemos encontrar culturas que são cultivadas o ano todo, enquanto outras só são cultivadas quando é sua época, como maracujá, brócolis, jiló, mostarda, etc.

Como dissemos anteriormente, é preciso compreender a agricultura praticada nos dois espaços, rural e urbano. A agricultura urbana tem algumas características que se diferenciam da rural, apesar da atividade ser a mesma, elas se dão de modos diferentes. Há que se colocar em análise, não só o espaço em que a agricultura existe na prática, mas quem são os que, de fato, a desenvolvem, de que forma ela acontece, quais são as relações que estão postas. Por isso compreendemos que criar um quadro, como o acima citado, é criar limites e formas, porque superficializa o debate acerca da agricultura, em geral, e da urbana em particular. É um quadro, e uma modo de análise sem contradições, não dialético.

Outra dissertação de mestrado referente à agricultura urbana é o de Camille Lanza

²⁶ As Prefeituras Municipais de São Paulo e Guarulhos mantêm feiras limpas e orgânicas em seus municípios para ajudar no escoamento da produção destes produtores urbanos.

Nolasco, que define agricultura urbana como

toda prática agrícola realizada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos, não importando que sejam pequenas localidades, cidades ou megalópolis. A AU compreende o cultivo, a produção, a criação, o processamento e a distribuição de uma variedade de produtos alimentícios ou não, tanto para o auto consumo quanto para a comercialização. Pode englobar o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, plantas frutíferas, flores, criação de animais de pequeno porte e piscicultura (2009, p. 26).

Nolasco reafirma a ideia de diferenciação entre urbano e periurbano e inclui, ainda, o plantio de árvores e flores, assim como a revitalização de praças públicas, como agricultura, bem como o cultivo em locais pequenos, como vasos. Ao mencionar que existe a ocorrência da agricultura urbana até em arborização urbana e composição de praças, além de vasos, varandas e terraços (2009, p. 31), Nolasco corrobora com nossa afirmação acima.

Seguro está que a arborização do espaço urbano é algo importante para o ambiente e para a salubridade das pessoas, bem como o plantio de ervas medicinais e chás, como podemos encontrar em diversas residências e apartamentos, principalmente por parte daqueles que tem certa preocupação com o que comem, ativistas ambientais, etc; mas a questão novamente se coloca, será que podemos apontar essas ocorrências como agricultura? O que vemos muitas vezes é uma confusão no que diz respeito a prática da agricultura urbana. Esta confusão está diretamente relacionada ao entendimento que estes autores têm sobre a própria atividade da agricultura. Se partirmos do pressuposto que a agricultura é uma atividade produtiva com uso de técnicas para o cultivo de alimentos (hortaliças, leguminosas, frutas, etc) para o ser humano, pequenos cultivos em vasos ou em terraço, não dão conta desta produção.

O uso do quadro acima exposto, limita qualquer entendimento a cerca da agricultura nos dois espaços. Da mesma maneira que elimina qualquer tentativa de análise a partir de uma sociedade de classes, em que há distintos e divergentes interesses, e, em decorrência disto, diversos conflitos eclodem.

Há ainda outros autores, como Louiza Boukharaeva, Gustavo Chiança e Marcel Marloide, que dividem a agricultura urbana em: agricultura urbana profissional (AUP) e agricultura urbana familiar (AUF). Na primeira, argumentam que o

[...] produto é destinado essencialmente à venda, desenvolvida por agricultores em pequenas áreas com fins lucrativos, assim como cooperativas agrícolas, empresas públicas e privadas ligadas ao agronegócio e jardineiros que se transformam em empresas e produzem para o mercado” (Ranasinghe *apud* BOUKHARAEVA, 2007, p. 13).²⁷

Já a segunda é

caracterizada como uma atividade fundamentalmente não comercial, praticada por pessoas e famílias que trabalham em jardins, em tempo livre ou parcial, nos fins de semana ou feriados, e que pode envolver trabalhadores aposentados, desempregados ou em situação de subemprego, cuja produção é, em grande parte, destinada ao próprio consumo, além de se constituir como elemento de identidade social (BOUKHARAEVA, 2007, p. 13).

A divisão adotada por estes autores nos parece problemática, haja vista que comumente o tamanho da área dedicada à agricultura na cidade não é de grandes dimensões²⁸, sua produção sempre será limitada pela área. Seja nos terrenos situados abaixo dos linhões de eletricidade cedidos pela AES Eletropaulo, terrenos da Sabesp ou Petrobrás²⁹, com menor incidência em terrenos, o próprio espaço urbano constituído delimita as áreas que podem ser utilizadas para plantio, ao deixar disponíveis apenas os espaços inviáveis para qualquer edificação, como são os terrenos dos linhões de energia da AES Eletropaulo ou os dutos da Sabesp e Petrobrás.

Além disso, mesmo que existam agricultores urbanos que produzam principalmente para a comercialização, todos acabam consumindo alguma parte daquilo que plantam, mesmo que pequena, comprando a outra parte que não produzem. O pensamento destes agricultores que focam a comercialização está em plantar aquilo que é mais fácil de ser vendido, por isso, acabam tendo pouca variedade. Nas entrevistas realizadas em campo todos os entrevistados afirmaram produzir alface e coentro, que são as culturas mais procuradas pelos consumidores. Até mesmo os agricultores que plantam somente para o próprio consumo, que foram poucos nos casos por nós estudados, em muitas ocasiões, acabam vendendo seu produto para os vizinhos, mesmo que por valores abaixo do de mercado ou realizando doações para pessoas do bairro ou mais pobres.

27 RANASINGHE, T. T. A novel living concept in urban communities: family business garden. *Internacional Journal of Sustainable Development and World Ecology*, vol. 10, nº 3, p. 239-245.

28 Nas pesquisadas de campo encontramos terrenos de no máximo 6000 m², portanto menos de um hectare.

29 AES Eletropaulo, empresa privada de distribuição de energia que atua em diversos municípios da Grande São Paulo, a outra empresa é a Bandeirante Energias. Sabesp e Petrobrás, explicadas em nota anterior.

Para nós, compreender que a prática da agricultura urbana tem um papel importante para uma parcela da população, em diversos momentos mencionados nos trabalhos acadêmicos e pelos órgãos governamentais e internacionais, não pode significar a justificação da manutenção da sociedade vigente. Pensar na diminuição da extrema pobreza, ao possibilitar com que pessoas possam ter acesso a alimentos e de qualidade para consumirem, tal como pensar em cidades menos cinzas e mais ecológicas com a reutilização dos dejetos sólidos e líquidos, reciclagem de lixo, produção de composto e reutilização das águas, são algumas das possibilidades de relativa melhoria de vida para a camada mais pobre da população. Entretanto, não se deve acreditar que a agricultura é um fim em si mesma, pois pobreza e riqueza, falta de espaços verdes ou locais para serem destinados à agricultura não é característica do espaço urbano isolado, mas consequência de uma forma urbana de espaço construída e constituída por um sistema que se pretende hegemônico e totalizante e que todavia encontra resistências, as vezes mais ou menos politizadas e, que no fim, aparecem como exemplos de possibilidades de um outro mundo possível.

2. UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Analisar as experiências de produção agrícola no espaço urbano é uma tarefa que, em nosso modo de entender, deve ir além de compreendê-las especificamente pela atividade produtiva, como o fazem diversos artigos de revistas sobre a temática³⁰. Para nós, só é possível compreendê-la em sua completude se olharmos para o cotidiano daqueles que a praticam, bem como para a produção e reprodução do espaço em que se encontram, já que através dela perpassa uma nova forma de apropriação e uso do solo. Assim, nossa análise encontra como ponto principal a produção e reprodução destes pequenos espaços de agricultura que constituem-se em meio ao urbano. Esse cultivo agrícola traz para o contexto urbano uma atividade característica do espaço rural, num lugar em que a agricultura deixou de ser a atividade principal e onde a sociedade e o espaço são produzidos visando a reprodução do capital e não a vida das pessoas.

Muitas indagações nos colocamos no decorrer do trabalho, mas algo para nós, hoje, encontra-se mais claro: a sociedade urbana por mais que hegemônica, não poderá se constituir em sua completude, pois movimentos de resistência à lógica social, econômica e política do capitalismo se fazem presentes; da mesma forma que encontramos no trabalho de campo muitas ações de solidariedade, surgidas a partir da convivência na horta e que pouco a pouco se transformou em relações entre vizinhos que se ajudam e se apoiam mutuamente, recuperando trocas e tradições características de suas vidas no meio rural. Henri Lefebvre (1999) em “A Revolução Urbana” defende tal hipótese. Afirma que

Partiremos de uma hipótese: *a urbanização completa da sociedade*. Hipótese que posteriormente será sustentada por argumentos, apoiada em fatos. Esta hipótese implica uma definição. Denominaremos “sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real (LEFEBVRE, 1999, p. 13). [grifo do autor]

Para nós, o conceito de sociedade urbana é pertinente quando nos referimos a este urbano nascido com a Revolução Industrial, com aspectos sociais, culturais e econômicos bem particulares e que se pretende hegemônico. Apesar de Henri Lefebvre tecer diversos argumentos para defender sua hipótese – a da urbanização completa da sociedade – pensamos que o capitalismo, cheio de contradições, ainda hoje encontra resistências em sociedades – e grupos sociais – em que se busca um modo de vida, que tenta diminuir a pressão com que o

30 Revista Agricultura Urbana, da Fundação RUAF (Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas), disponível em <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista.html>>. Revista Agriculturas, da AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), entre outras.

capital se impõe, tentando afirmar um modo de vida tradicional ou autônomo – como indígenas, camponeses e outras que pouco conhecemos –, bem como em movimentos populares e sociais que são ou se aproximam do anticapitalismo. Os indígenas-camponeses zapatistas³¹ são uma prova do que citamos acima, eles não apenas negam o capitalismo, como também recriam seu modo de vida tradicional, tornando-se uma resistência e um entrave à ampliação da reprodução do capital. Dizer que os diversos movimentos e sociedades ou grupos sociais não-capitalistas existem porque o capitalismo deixa existir é diminuir o poder de resistência deles. Estes movimentos, recriam possibilidades de relações com o espaço e com os seres humanos a partir de valores como “para todos tudo” e “um mundo onde caibam outros mundos”³². Neste sentido, estudar o urbano e o rural, não apenas em seu âmbito teórico, mas também naquele das experiências concretas, em suas mais diferentes formas e lugares, nos faz questionar esta urbanização completa da sociedade, defendida por Lefebvre. A produção e (re)criação de diversas experiências não-capitalistas no campo significam a impossibilidade de mundialização desta sociedade urbana. É negação do modo de vida urbano enquanto resistência, apoiados em modos de vida mais tradicionais, baseados nos laços tradicionais (familiares, comunitários, de reciprocidade), com um modo de produzir que não é o capitalista, ainda que o capitalismo esteja se fazendo presente.

Este urbano que impõe novos modelos culturais e de comportamento, invadidos pelo mundo da mercadoria, que quer homogeneizar, isolar e controlar, também recria e reafirma outras possibilidades. São diversos movimentos urbanos reivindicatórios e que trazem outras alternativas que (re)surgem neste espaço. Aparecem grupos de consumo crítico, pensando e focando sua ação na compra de alimentos sem agrotóxicos diretamente de produtores, tanto da cidade quanto do campo, eliminando o atravessador. O Consumo Consciente, na Região do ABC, o ComerAtivaMente e o Associação Integração Campo-Cidade (MICC)³³ em São Paulo

31 O movimento zapatista é um movimento indígena-camponês que luta por terra e por manter seu modo de vida tradicional, concentrado no Estado de Chiapas, sul do México, tendo seu braço militar no EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Levantou-se contra o Estado e o NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1º de janeiro de 1994, com a expropriação de grandes propriedades de terra e a criação de um território “liberado”. Dentro dos territórios liberados, os indígenas-camponeses zapatistas se organizam em municípios autônomos, assembleias e, seu modo de produção é de autossuficiência, e não subsistência.

32 Trechos de frases ditas pelo Sub-comandante Marcos, lirança do EZLN.

33 O MICC tem uma aliança há mais de vinte anos com uma associação de produtores de Ibiúna, estes produtores usam agroquímicos em algumas culturas, como o tomate por exemplo. Porém, neste momento, está surgindo uma discussão entre eles – MICC e Associação de Produtores – sobre a necessidade de mudança de plantio, do modo convencional para o plantio sem nenhum tipo de agrotóxico.

são alguns destes grupos, todos eles com visões bem críticas a respeito da relação rural-urbano, criaram alternativas de reaproximar o produtor do consumidor. O grupo Consumo Consciente ABC faz encontros periódicos entre consumidores e produtores, é um momento em que a conversa e o conhecimento do outro, se dá de forma direta. No entanto, e, apesar destas experiências serem importantes, se pretendemos construir novas relações sociais e espaciais, para além do capitalismo, outras questões devem ser incorporadas.

Esta pesquisa irá focar a prática da agricultura urbana entendendo que ela pode ser a possibilidade da (re)criação de relações sociais concretas baseadas em vínculos comunitários e ações de solidariedade. No espaço urbano brasileiro temos pouco conhecimento a respeito de experiências de produção de alimentos que ultrapassam a própria produção. Algumas destas experiências tem colocado em xeque a problemática do modelo de urbano capitalista e, portanto, da propriedade e monopólio do solo e da especulação imobiliária. Colocam a sociedade capitalista em questão, principalmente em momentos de crise, onde estas experiências surgem como alternativas políticas de vida que deixam de reivindicar a intervenção do Estado e o modo de vida capitalista. Levantam as condições em que os imigrantes dos países do Terceiro Mundo são pressionados a viver nos países do Primeiro Mundo. Exemplos disso, são e foram as experiências da *Huerta Orgásmika*, do *South Central Farm* e da *Can Masdeu*, cujo qual falaremos mais adiante. Não obstante, é significativo ressaltar que não é a agricultura urbana a atividade capaz de transformar a sociedade, tanto porque no trabalho de campo podemos encontrar tanto agricultores imersos no modo capitalista de pensar e, em certa medida, de produzir – pois o espaço reduzido limita a expansão dos negócios –, quanto experiências de agricultura urbana em que as pessoas se relacionam com valores de solidariedade, de ajuda mútua. Os espaços de convivência possibilitados pela agricultura urbana podem reacender as relações e laços de vizinhança mais próximos. Contudo, temos claro que esse processo não acontece de forma linear, e portanto, não é uma regra e tampouco pode ser generalizado para todos os casos, tanto porque existem outros aspectos que podem influenciar diretamente o campo das possibilidades, como a origem (camponesa ou urbana), o local onde vivem, a classe social que pertencem. Mas o que podemos constatar é que ter um conteúdo político mais claro e estar pautado por eles, propicia convivências, práticas e lutas no sentido de apontar as problemáticas do capitalismo.

Isso posto, é necessário enfatizar e aprofundar a questão da industrialização na

constituição desta outra sociedade urbana, modificando radicalmente espaço e sociedade. O primeiro apropriado por uma parcela da população, transformado em mercadoria e, a segunda, dentro da lógica capitalista, tem suas relações sociais mediadas pela moeda e pelo mercado. O capitalismo territorializa-se na medida em que quebra os vínculos próximos (tradicionais, comunitários ou de vizinhança), constituindo, assim, a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999; CARLOS, 2004ab; BOOKCHIN, 2010). Como afirma Bookchin “a revolução urbana desempenhou um papel de criar uma 'humanidade universal', retirando as limitações do desenvolvimento capitalista, quebrando com os vínculos de parentesco e costumes” (1974, p. 58). Uma vez que as tradições de vida coletiva vão perdendo esse caráter, convertendo-se em relações simplesmente monetárias, o indivíduo é despojado de toda responsabilidade frente à sociedade e aos outros indivíduos (BOOKCHIN, 1974, p. 57). Esta sociedade, que se estrutura com o capitalismo, transformou-se numa sociedade que perdeu seus sistemas de apoio “assegurados pelas redes familiares, pela comunidade, pelo empenho na ajuda mútua” (BOOKCHIN, 2010, p. 102). Neste urbano, a vida social adquire dimensões alheias à escala e ao controle humanos (BOOKCHIN, 1974, p. 58), pois o poder, a economia, a construção do espaço urbano passa, cada vez mais, para o controle do Estado e dos capitalistas, fazendo com que o espaço seja, desta forma, produzido enquanto mercadoria, atraindo ainda mais capitais.

Ana Fani Alessandri Carlos é outra autora que aponta a sociedade urbana, não somente a partir do modo de produção, mas também a partir das transformações no cotidiano e modo de vida. Afirma Carlos que atualmente, no processo de produção e reprodução do urbano, nas metrópoles, as pessoas não só se sentem sozinhas, como também se isolam (CARLOS, 1994, p. 58). Este isolamento traz como consequência o sentimento de solidão, presente na modernidade metropolitana (CARLOS, 2004b, p. 43), que torna possível a “destruição dos referenciais que sustentam a vida cotidiana” (CARLOS, 2004b, p. 53). As grandes avenidas, rodovias, construção de metrô e trens, revitalizações urbanas, construção de shoppings e grandes áreas comerciais, novos prédios construídos em bairros residenciais, tudo transforma as relações, pois estas transformações no espaço são realizadas para facilitar e aumentar a produção e reprodução do capital. Assinala Carlos “[...] a passagem do processo de consumo no espaço ao consumo do espaço revela a tendência à destruição das condições de realização da sociabilidade pela tendência à eliminação do encontro, submetido cada vez mais à mercadoria” (2004b, p. 11).

A urbanização, assim sendo, serve para a reprodução do capital, direta ou indiretamente, financiando obras para facilitar a circulação de mercadorias. Entretanto, é necessário compreender que o capitalismo não alicerça-se apenas no modo de produção, mas engendra uma ideologia de um determinado modo de vida. Para que possa continuar reproduzindo-se, a ideia da propriedade privada, do uso privado das coisas, do consumismo, do emprego e do dinheiro como única forma de “vencer na vida”, devem aparecer como valores sociais. Deste modo, o anseio desta sociedade urbana, que se pretende mundializar-se, passa a aparecer no plano do lugar e da vida cotidiana. Escreve Carlos, assim como o faz Bookchin em citação acima, que, neste urbano, há certo esvaziamento das relações entre as pessoas no cotidiano, substituídas por relações meramente institucionais ou profissionais (2004b, p. 26). Este esvaziamento se dá pela redução da prática sócio-espacial, onde existe o controle por parte do Estado, do setor financeiro ou industrial nessas relações, que não se dá no lugar das relações cotidianas, de vizinhança ou comunitárias, mas se restringe ao ambiente da casa e do consumo no lugar.

Para Carlos

As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida (CARLOS, 2004b, p. 56).

A sociedade urbana apresenta-se como o mundo das

cisões da identidade abstrata, da indiferença da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens; na propriedade privada; na importância da instituição e do mercado; do poder repressivo que induz a passividade pelo desaparecimento das particularidades; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo (CARLOS, 2004, p. 150).

Desta maneira, é na prática sócio-espacial que a vida se transforma, tanto quando o

Estado se impõem sobre os indivíduos, normatizando os usos (CARLOS, 2004b, p. 31), como também criando e recriando resistências.

As experiências autônomas que mesclam a ação política à prática da produção de alimentos podem se transformar em alternativas estruturais de economia e política descentralizados do âmbito do Estado. Bookchin afirma que

A resistência e a recolonização da sociedade devem surgir da lógica de um conflito baseado claramente entre a sociedade e o Estado centralizado, e não [apenas] de esforços singulares que estão incorporados em esforços comunitários e pessoais. Todas as revoluções têm sido isso mesmo: um conflito entre a sociedade e o Estado. [...] No terreno gerado pelo crescimento de uma economia centralizada e cartelizada, o grito para a redescoberta da comunidade, da autonomia, de autossuficiência, autoconfiança e democracia direta, tornou-se o último reduto de resistência social à crescente autoridade do Estado (1999, p. 31).

As afirmações de Bookchin apontam para uma descentralização econômica, política e social, além da recuperação das relações próximas, frente ao crescente controle do Estado. As experiências autônomas de agricultura no espaço urbano, mantém estas características. Mesmo as práticas que conhecemos no trabalho de campo, também podem ser ter o germen dessa descentralização ao vermos a aproximação dos vizinhos, produtor-consumidor, formação de associações de produtores, para melhor organizarem-se, etc.

Desta forma, esta sociedade que não se produz e reproduz sem contradições e conflitos, cria resistências. A negação da vida comunitária e pública no urbano, planejado para ser assim, torna possível, também, a busca por outras formas de recriar e restabelecer estes mesmos laços. A revolta afeta em princípio a vida cotidiana, antes de afetar a vida social (BOOKCHIN, 1999).

Apesar de o processo de urbanização eliminar cada vez mais a possibilidade da produção direta de alimentos, afastando-a para longe, ainda podemos encontrar no espaço urbanizado da Região Metropolitana de São Paulo sujeitos que, tendo um histórico familiar rural, criam pequenos espaços que recuperam alguns aspectos de sua vida a partir do cultivo de alimentos nas cidades, a partir da agricultura e das hortas. Podemos conferir no trabalho de campo que as motivações são diversas, contudo, a origem da maioria deles – o espaço rural –, foi essencial para seu envolvimento na agricultura no espaço urbano. Vemos que existe certa necessidade de reproduzir um pedacinho daquele modo de vida que ficou para

trás, e o fazem a partir do cultivo em hortas.

Até meados dos anos 1930, São Paulo apesar de constituir-se como uma cidade dos negócios, preservava sua produção agrícola local, a comercialização era realizada, em grande parte, pelos próprios produtores das chácaras e sítios, através das feiras locais (OLIVEIRA, 2010), até a centralização da comercialização pela criação do Mercado Central em 1933 (OLIVEIRA, 2010). Na medida em que o Município de São Paulo crescia, a produção agrícola ia afastando-se cada vez mais.

A região do Grande ABC não diferencia-se desta São Paulo descrita acima. Na história da região é possível encontrar diversas chácaras produtivas, posteriormente loteadas. Encontramos notícias de grande produção agrícola até meados dos anos 1970³⁴ e, ainda hoje, nas áreas mais distantes dos centros de cada município desta região é possível encontrar chácaras e hortas residenciais. A crescente e acelerada migração para a região causada pela grande absorção de mão-de-obra nas indústrias, principalmente as de automóveis, fez com que de um lado ocorresse a ocupação desordenada (incluindo espaços próximos ou à beira da represa, bem como a ocupação dos morros de mata) e, de outro, loteamentos de antigas chácaras e fazendas. Por ser particularmente moradora desta região, algumas destas transformações puderam ser acompanhadas localmente, diversas chácaras pertencentes à famílias de japoneses foram vendidas por seus filhos, locais onde hoje estão construídos conjuntos residenciais fechados, entre edifícios e casas para a classe média. Ainda que existisse a possibilidade de permanência destas chácaras, a questão do imposto recolhido pelas prefeituras é muito alto, inviabilizando esta permanência. A definição “legal” do que é urbano realizada pelos órgãos públicos municipais torna cada vez mais difícil a existência de chácaras ou terrenos para a produção agrícola nos municípios, haja visto a constante valorização do metro² nos lugares em que a urbanização vem constituindo-se, em detrimento destes espaços dedicados a atividades agrícolas.

Se por um lado o capitalismo desarraiga diversas pessoas e populações da terra pela pressão que exerce no campo, por outro, engendra formas de ocupação agrícola no espaço urbano. Neste contexto é que foi possível encontrar diversos sujeitos ocupando o espaço urbano de uma outra forma, com a atividade agrícola.

Pudemos encontrar desde pessoas utilizando terrenos de órgãos públicos como aqueles

34 Informações disponíveis no anexo 2 e 3. Retirados do acervo do Museu Municipal de Santo André Doutor Octaviano em 22/01/2013.

pertencentes às companhias de distribuição de energia – a AES Eletropaulo e a Bandeirante Energias, da Sabesp e da Petrobras, até terrenos particulares (em menor quantidade) ou públicos cedidos, como por exemplo as praças públicas, os terrenos localizados nas Unidades Básicas de Saúde, nas escolas municipais e estaduais. É possível encontrar também cultivos menores, no quintal de casa, em jardineiras e garrafas pet, no entanto, para nós, estas experiências não podem ser apontadas como prática de agricultura urbana.

Pensando em todas as questões acima apontadas e partir do pesquisa em campo, abordaremos algumas das questões levantadas neste e no capítulo anterior, não somente a respeito da atividade da agricultura urbana, mas principalmente daqueles e daquelas que desenvolvem esta atividade.

Além da agricultura urbana também tivemos conhecimento de pessoas que, motivadas por construir outra relação entre o rural e o urbano, constituíram grupos de consumo crítico, já citados, que entram em contato com camponeses e produtores rurais e urbanos para realizar a compra direta, esses grupos não funcionam como atravessadores, pois são, eles próprios, também consumidores. Conhecemos também um grupo que se organizou através das redes sociais para promover trocas de sementes entre diversas pessoas que se interessam pelo tema da agricultura, são os Hortelões Urbanos. É realizado um encontro por estação do ano, resultando em quatro encontros anuais. Estes encontros são realizados no parque da Luz, no Município de São Paulo, e além da troca de sementes há um piquenique com espaço para troca de conhecimentos e conversas. A partir deste grupo virtual, diversas pessoas se animaram para fazerem hortas em seus bairros, neste processo três hortas surgiram: horta da Praça do Ciclista (av, Paulista), horta das Corujas (Vila Madalena) e horta da Pompéia (na Pompéia). As primeiras tem um caráter mais pedagógico e a última é realizada para consumo dos moradores do bairro.

2.1. Agricultura urbana na Grande São Paulo

Sabe-se que as hortas sempre existiram, no campo e na cidade, para atender algumas necessidades familiares. A aceleração do processo de urbanização a partir de 1960, em decorrência do crescimento das indústrias na região Sudeste – concentrando-se principalmente em São Paulo –, da mecanização e crescente expulsão da população rural,

gerou um grande deslocamento e aglomeração de pessoas no espaço urbano, em nosso caso, na metrópole de São Paulo. Por outro lado, a produção do espaço urbano, mesmo com a crescente possibilidade da escassez do espaço, não se dá de forma homogênea, isto é, o fato de vivermos no espaço urbano e termos nossas relações mediadas pelo mercado, não faz com que o fato físico do urbano (prédios, construções, avenidas, etc) se constitua de modo uniforme e homogêneo em todos os lugares. Isto justifica o fato de existir, em pela região metropolitana, espaços em que o modo de vida urbano não logra realizar-se plenamente.

Como já ressaltamos, a expansão do espaço urbano não eliminou por completo outras formas de ocupação do solo. As hortas urbanas, a forma mais encontrada de agricultura praticada no urbano, são facilmente encontradas na Região Metropolitana de São Paulo. São um sem números destes espaços constitutivos do espaço urbano que não estão reduzidas à produção agrícola, mas ultrapassam esta atividade para recriar laços de reciprocidade.

No pré-campo realizamos um levantamento de agricultores urbanos em diversos municípios desta região, tanto de experiências independentes quanto de experiências fomentadas pelo poder público e terceiro setor. A realização de um levantamento mais completo demandaria mais tempo e, em especial, para nossa discussão, as experiências visitadas e as entrevistas realizadas dão conta de representar a agricultura urbana na Grande São Paulo. Desta forma, realizamos entrevistas com os responsáveis pelos projetos/programas nas respectivas prefeituras e com ONG's, que também mantém algum projeto nesta área, bem como entrevistamos os próprios agricultores em seus terrenos de plantio. O fato de encontrar facilmente experiências de agricultura urbana no Grande ABC, além de certo histórico familiar, foi o que nos motivou a realizar essa investigação e escolher alguns municípios para o trabalho de campo. Assim, escolhemos alguns agricultores em Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema e no subdistrito de de São Mateus em São Paulo (imagem 1).

Mas então, como é a agricultura praticada no espaço urbano, quem são estes agricultores?

Imagem 1: Região Metropolitana de São Paulo e seus Municípios

Fonte: Website Em Sampa³⁵
 Autor: Desconhecido

A existência de espaços vazios urbanos públicos também é um outro fator que incentiva sua ocupação para a produção de alimentos.³⁶ Sabemos que este vazio urbano não corresponde a não-propriedade, pois a propriedade da terra ainda vigora nestes terrenos. A recriação de parte do modo de vida rural por parte dos migrantes, que agora tem sua vida em São Paulo, é o modo que eles acabaram encontrando para (re)aproximar e (re)criar seu modo de vida anterior. A periferia da metrópole, ainda não densamente povoada, permite a existência de casas com quintais e cultivo agrícola, terrenos vazios que passam a ser ocupados para a atividade agrícola. No entanto, são os terrenos de empresas prestadoras de serviços públicos, que vemos a maioria das experiências de agricultura urbana. Como indagado anteriormente, será que podemos chamar tudo de agricultura urbana? Será que as relações sociais na agricultura urbana estão dentro da lógica de reprodução da sociedade capitalista?

Algumas experiências de agricultura urbana que pudemos conhecer, nos mostrou que as relações de vizinhança também podem ser modificadas. A convivência estimulada a partir

³⁵ Disponível em <<http://www.emsampa.com.br/page3.htm>>. Acesso em 14/05/2013.

³⁶ Esses espaços também são ocupados irregularmente para construção de moradias.

da produção de alimentos proporcionou a aproximação dos laços, refletidos na ajuda mútua e na solidariedade entre esses agricultores. No processo de “privatização da vida social” caracterizado pela vida no urbano, as pessoas que passaram a se organizar em torno da prática da agricultura urbana aparecem para devolver à vida social seu lado reivindicatório. Quando organizadas, as pessoas que estão envolvidas com a agricultura tem a possibilidade de estabelecerem, também, práticas políticas, seja ao optar pela produção agrícola sem agrotóxicos, porque compreender que os agrotóxicos fazem mal a saúde e a terra que plantam, seja a própria organização em grupos e associações para gerar um sentimento de segurança frente ao mundo, pela reciprocidade, já que apoiam entre si, ao se ajudarem na comercialização, no cuidado com a horta do outro, ao compartilharem conhecimentos, ao sentarem para discutir a melhor solução para algum problema, etc.

2.2. Quadro dos agricultores entrevistados com respectiva localização dos terrenos

Quadro 2: Respectivos nomes e idades dos agricultores, localização e tamanho do terreno onde estão, bem como o tempo.

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Cidade onde planta</i>	<i>Tamanho do terreno (aproximado)</i>	<i>Quanto tempo no mesmo terreno</i>
Sebastiana e Genival	62 e 63 anos	Rua Professor José Décio Machado Gaia, 28, São Mateus/SP	6000 m ²	
Manoel	67 anos	Rua Professor José Décio Machado Gaia, 28, São Mateus/SP	3700 m ²	2 anos
Telma	52 anos	Rua Professor José Décio Machado Gaia, 28, São Mateus/SP	Não sabe	3 anos e 8 meses
Terezinha	46 anos	rua Serafim Dias Machado, nº 88, São Mateus/SP	6000 m ²	5 meses
Lurdinha	65 anos	Av. Vivaldi, Rudge Ramos/São Bernardo do Campo	Não sabe	Desde 1984
Conceição	60 anos	Av. Vivaldi, Rudge Ramos/São Bernardo do Campo	Não sabe	3 anos
Dorindo	59 anos	Av. Vivaldi, Rudge Ramos/São Bernardo do Campo	Não sabe	4 anos
Paraná	60 anos	Av. Vivaldi, Rudge Ramos/São Bernardo do Campo	mais ou menos 1000m ²	3 anos
Lucimara	41 anos	Travessa Novo Horizonte, Vila Olinda/Diadema	Não sabe	1 ano
Augusta		Rua Santa Bernadete, Takebe/Diadema	3 canteiros de 2x0,60	pouco mais de 1 ano
Claudinete	52 anos	Travessa Novo Horizonte, Vila Olinda/Diadema	Não sabe	6 meses
Regiane	48 anos	Rua Santa Bernadete, Takebe/Diadema	8 canteiros 2mX0,60	1 ano e 6 meses
Ana da Conceição	61 anos	Rua Santa Bernadete, Takebe/Diadema	5 canteiros 2mX0,60	6 meses
Cida	47 anos	Rua Paulo Sérgio, Marajoara/Santo André	1000 m ²	10 anos (ela a 6 anos)
Atílio	68 anos	Rua Vitória Peña Giorgi, Marajoara/Santo André	500 m ²	27 anos
João	53 anos	Rua Paulo Sérgio, Marajoara/Santo André	1000 m ²	5 anos
Natal	72 anos	Rua Paulo Sérgio, Marajoara/Santo André	6000 m ²	4 anos
Cacilda	80 anos	Rua Diadema, Santo André/ Marajoara	5X25 m ²	15 anos
Antônio	82 anos	Av. das Nações, Capuava/Santo André	1000 m ²	mais de 30 anos
Cida (Capuava)	54 anos	Rua Patagônia, Capuava/Santo André	600 m ²	35 anos
Elza	64 anos	Rua Patagônia, Capuava/Santo André	600 m ²	35 anos
Avair	62 anos	Rua Patagônia, Capuava/Santo André	600 m ²	3 anos
Raimundo	57 anos	Rua Patagônia, Capuava/Santo André	600 m ²	2 anos
Manoel	78 anos	Av. Assis Brasil, Vila Assis Brasil/Mauá	400 m ² (não sabe exatamente)	2 anos
Luzia	58 anos	Rua Vegas, Inamar/Diadema	200 m ²	20 anos
José	82 anos	Rua Vegas, Inamar/Diadema	200 m ²	20 anos

Fonte: Trabalho de Campo / Nov. 2012-Mar. 2013

Autor: Michele Rostichelli

2.3. Localização e acesso à terra

As experiências de agricultura investigadas nesta pesquisa estão localizadas em lugares em que o processo de urbanização está consolidado, todas elas na periferia da Metrópole de São Paulo. Lugares em que a urbanização ocorreu de maneira mais tardia e lenta em relação ao centro desta Metrópole. A Região do ABC, por exemplo, passou pela aceleração do processo de urbanização a partir da década de 1950, com a chegada de diversas fábricas. Este fato gerou a vinda de muitos migrantes, tanto do interior do Estado de São Paulo, quanto de outros Estados, principalmente os da Região Nordeste. Estes migrantes vieram em busca de oportunidades de emprego e de melhores condições de vida, e a proximidade com a capital foi um dos aspectos determinantes no que diz respeito a ocupação da região do Grande ABC. Sobre a região do ABC afirma Moraes “os bairros do ABC, desde sua formação, apresentaram muitos problemas, como a falta de condições básicas: sistema de esgotos, água encanada, pavimentação, transporte público, entre outros” (s/d., p. 145). Desta forma, a questão do acesso aos alimentos também era uma questão colocada, verificamos que alguns dos agricultores entrevistados estão em seus terrenos há quase 30 anos, estes migrantes buscaram condições para melhorar sua condição de vida, frente a carestia, e isso foi sendo realizado com a ocupação de áreas vazias, como praças públicas, áreas localizadas em baixo dos linhões de distribuição de energia. Desta maneira, pudemos constatar que estas áreas em baixo dos linhões de distribuição de energia são aquelas onde estão localizados a maioria dos agricultores. No entanto, terrenos da Petrobras, Sabesp, escolas estaduais, unidades de saúde (UBS), terrenos das prefeituras e particulares (em menor quantidade) são locais usados por estes agricultores para o cultivo de alimentos.

Uma das hortas estudadas é a horta do Marajoara, em Santo André, localiza-se na rua Paulo Sérgio, entre a Avenida Giovani Batista Pirelli, em baixo de um dos quatro linhões de transmissão de energia da AES Eletropaulo e vai até o final do quarteirão, na rua Vitória Peña Giorgi (imagem 2), sendo toda a sua extensão utilizada para a produção de alimentos. Ela está dividida em sete lotes individuais com cercas e portões para indicar onde começa e onde termina o terreno de cada um dos agricultores que ali cultivam (imagem 2 e 3, foto 1). Esta horta surgiu de um projeto de hortas comunitárias – não oficial³⁷ - desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santo André. De acordo com informações obtidas em campo este

37 Isto quer dizer que o programa não está oficializado por lei e decreto.

Imagem 3: Vista da rua da horta do Marajoara, Santo André

Fonte: Ferramenta GoogleMaps
Acesso em: 02/05/2013.

Foto 1: Vista de dentro da horta do Marajoara para a rua

Autor: Michele Rostichelli, Novembro de 2012.

O bairro do Capuava em Santo André, é um dos bairros que concentram um grande número de terrenos para produção de alimentos. Um desses terrenos é a horta do Capuava (foto 2 e 3), também situada entre a avenida das Nações e a rua Patagônia, também embaixo dos linhões, próximo à Petroquímica e à favela do Capuava, onde há grande circulação de caminhões e de pessoas. Este terreno segue a mesma linha de divisão da anterior, entre alguns deles não existem cercas. Esta área está ocupada com plantio há mais de 25 anos. Sra. Elza foi uma das primeiras moradoras do bairro a usar o terreno da AES Eletropaulo para plantarem em 1978. Usava-o para cultivar algumas plantas que usava no seu dia-a-dia, Sra. Elza também plantou árvores de limão e manga. Posteriormente, com este incentivo a propagação de hortas comunitárias pela Prefeitura Municipal de Santo André, foram incorporadas outras pessoas do bairro, que não se mantiveram no terreno e então Sra. Elza nos disse que o capim foi crescendo até meados de 2011, quando ela convidou Sr. Avair para retomar a horta e a partir daí chegaram mais pessoas do bairro, e se mantem até hoje. Atualmente esta horta conta com 8 lotes com um único ingresso e que, como moram no mesmo bairro e são vizinhos há algum tempo, mantém certa proximidade. Além das hortas embaixo dos linhões de transmissão, em Santo André também existem terrenos públicos e particulares cedidos para alguns moradores para a produção de alimentos. Sr. Antônio, que tem 82 anos, e Sra. Isa, estão nestes terrenos cedidos pela prefeitura há mais de 30 anos, são terrenos diferentes, mas na mesma avenida – avenida das Nações – cada um deles com área de 1000m² (imagem 4). Além de laranjeira e bananeira, Sr. Antônio planta hortaliças e faz mudas de plantas medicinais e temperos para venda.

Foto 2: Hortas nos linhões de transmissão da Av. das Nações, Capuava, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, janeiro de 2013.

Foto 3: Vista de dentro da horta do Capuava, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, janeiro de 2013.

Imagem 4: Localização de algumas das hortas do Capuava, Santo André

Fonte: Ferramenta GoogleMaps
Acesso em: 02/05/2013.

Sr. Atílio, que também está em terreno cedido pela prefeitura há 27 anos numa praça pública no bairro do Marajoara, tem diversos tipos de árvores frutíferas (acerola, amora, atemoia, banana, caqui, jabuticaba, laranja, limão, manga, pitanga, mexerica, seriguela, etc), além de 30 tipos de orquídeas e hortaliças, principalmente verduras (imagens 5 e 6). Seu terreno fica entre as ruas Vitória Peña Giorgi e Ilza adeira Assanuma, é todo cercado para evitar furtos. Sr. Atílio não trabalha sozinho neste terreno, seu irmão também o ajuda, ao menos três vezes por semana.

Imagem 5: Localização da horta do Sr. Atílio, Marajoara, Santo André

Fonte: Ferramenta GoogleMaps

Acesso em: 02/05/2013.

Imagem 6: Vista da rua da horta do Sr. Atílio, Marajoara, Santo André

Fonte: Ferramenta GoogleMaps

Acesso em: 02/05/2013.

No caso do Município de Santo André, a concessão é responsabilidade da prefeitura. Em alguns casos a AES Eletropaulo terceiriza a concessão dos terrenos, Prefeituras ou Ong's interessadas passam a ficar responsáveis pela concessão dos terrenos às pessoas interessadas, ficam responsáveis também pelo controle e autuação por parte da empresa de distribuição de energia, que mantém a fiscalização dos terrenos. Isso pode ocorrer em alguns outros casos, nos Municípios de Diadema e São Paulo. Em conversa com os responsáveis do setor de concessão da AES Eletropaulo, foi afirmado por eles que esta parceria Prefeitura-AES Eletropaulo é a mais interessante, porque as prefeituras passam a ser as responsáveis por todo o trâmite da concessão, bem como de sua fiscalização³⁸.

No município de Mauá também podemos encontrar diversas hortas na extensão dos linhões da AES Eletropaulo. Sr. Manoel, que está em terreno em frente à sua casa há 2 anos, na avenida Assis Brasil, já tinha horta antes em seu quintal. Esta horta está localizada no bairro Vila Assis Brasil (imagens 7 e 8).

Imagem 7: Localização da horta do Sr. Manoel, Vila Assis Brasil, Mauá

Fonte: Ferramenta GoogleMaps

Acesso em: 02/05/2013.

³⁸ Percebemos que este setor da empresa vem passando por constantes modificações, ao ser solicitados dados dos agricultores e concessões da região da Grande São Paulo, disseram que estavam verificando todos os contratos, pois haviam contratos vencidos há mais de 5 anos. Vimos solicitando tais dados desde o início de 2011 e até o fechamento da dissertação eles não possuíam as informações atualizadas.

Imagem 8: Vista da rua da horta do Sr. Manoel, Vila Assis Brasil, Mauá

Fonte: Ferramenta GoogleMaps
Acesso em: 02/05/2013.

Além disso, no Parque São Vicente, também no município de Mauá, há muitos agricultores em toda a extensão dos linhões de distribuição da Eletropaulo deste bairro, todos os terrenos paralelos a av. João Ramalho (imagem 9).

Imagem 10: Localização da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo

Fonte: Ferramenta GoogleMaps

Acesso em: 04/05/2013.

Segundo entrevistas realizadas com alguns membros da diretoria da ONG, Inácia e Nelson Pedroso, o projeto foi implementado em duas partes: a primeira parte do projeto foi a concessão dos terrenos com a AES Eletropaulo e depois a limpeza do terreno, instalação da água, etc, e a segunda, com o chamado do bairro para a participação na horta. A AGDS administra 6 hortas no bairro do Rudge Ramos, com 60 pessoas envolvidas, a maioria homens aposentados. Ocorrem assembleias entre os agricultores quando existe alguma demanda, esta assembleia normalmente é convocada pela própria direção da ONG, para decisões e resolução de problemas coletivos. A horta que fomos conhecer e realizamos as entrevistas é a localizada em um dos quarteirões da avenida Vivaldi. O terreno das hortas é dividido em lotes que medem em média 200m²⁴⁰, mas cada um possui seu lote e suas ferramentas (foto 4), o limite entre um lote e outro é feito com cercas vivas baixas. Apesar de aparecer como horta comunitária, cada qual tem sua área e suas ferramentas. Porém existem diversos fatores interessantes, para além do acesso à um terreno, ao estar em um terreno da AGDS, eles dividem o gasto de água, entre todos de forma igual, quando a ADGS consegue esterco, o uso também é de todos, a ONG também possui um corpo jurídico para auxiliar os agricultores nos

40 Alguns lotes são um pouco maiores e alguns agricultores possuem mais de um lote.

problemas relacionados à própria horta.⁴¹ Para ter acesso aos terrenos sob a administração da AGDS é necessário que o agricultor esteja de acordo com as regras de convivência.

Foto 4: Vista de dentro da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Estas regras, segundo membros da diretoria da ONG, Inácia e Nelson Pedroso, estão voltadas à desenvolver a melhoria da convivência entre as pessoas, pensando a resolução de conflitos a partir da conversa e não da punição.

Verificamos algumas práticas de ajuda mútua entre os agricultores da AGDS. Sr.

⁴¹ Como já ocorreu com o problema da água. Durante um período a empresa de saneamento e esgoto cobrava do terreno dos agricultores o valor comercial do uso da água, a AGDS conseguiu um convênio entre Prefeitura e Companhia de Água e Esgoto de São Bernardo, e a taxa foi reduzida para a tarifa social.

Dorindo (foto 5) já é aposentado e pegou um terreno nesta horta para não ficar em casa e é um dos que costuma oferecer ajuda aos seus outros amigos de horta sempre que vê que eles estão precisando. Ele mesmo faz algumas de suas ferramentas, tais como enxadinha e enxada e faz questão de plantar algumas culturas diferentes (pouco produzidas por outros agricultores) para vender. O contexto é bastante diverso nesta horta. Existem outros agricultores aposentados e também agricultores que têm como principal fonte de renda o que sai da sua atividade na agricultura, complementando-a, algumas vezes, com bicos. Já Sr. Raul que está em um terreno e é independente, tem um terreno maior em concessão direta com a AES Eletropaulo, contrata funcionários e sua renda direta em alguns meses já chegou a três mil reais.

Foto 5: Sr. Dorindo da horta da AGDS no Rudge Ramos, São Bernardo do Campo

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Em nosso campo em Diadema, pudemos encontrar uma quantidade ainda maior de agricultores e de formas diferentes de divisão da terra. Existem experiências mais independentes e experiências criadas pela e com a ajuda da Prefeitura Municipal de Diadema, cujo qual falaremos com mais detalhes no capítulo 3. Em linhas gerais o programa visa oferecer uma fonte de renda a população de baixa ou nenhuma renda. No pré-campo realizamos uma breve conversa com Sra. Holanda, que tem uma horta no terreno da AES Eletropaulo há mais de 20 anos. Ela foi uma das poucas agricultoras que pudemos conhecer

Foto 6: Vista de dentro da horta do Takebe, Diadema

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Foto 7: Sr. José na horta da UBS Inamar, Diadema

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Outra experiência, para nós, bem importante é a da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), bairro periférico do município de São Paulo. Estão em terrenos sob os linhões bem como em terrenos vazios onde passam tubulações da Sabesp⁴³. Uma das hortas que visitamos está localizada há uma quadra da Av. Mateo Bei, umas das principais avenidas comerciais de São Mateus (imagem 12), uma outra está localizada no interior do bairro, na rua Serafim Dias Machado, nº 88, bairro do Sônia Maria, divisa com o Município de Mauá (foto 8). A associação conta com aproximadamente 40 famílias associadas, destas, 10 estão efetivamente envolvidas com o funcionamento da APO-SM e as demais possuem diversos graus de envolvimento. Apesar de possuírem um estatuto para seu

43 Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo .

funcionamento jurídico, nem tudo obedece às regras do estatuto, existe o cargo de presidente, mas na relação cotidiana entre os produtores, isso não é motivo de hierarquização entre eles. As funções são rotativas e a mais importante delas é a de tesouraria, pois cuida de receber a cotização dos associados, pagar gastos, etc. Os agricultores realizam assembleias mensalmente. Esses encontros servem para discutir questões da associação e dos agricultores (como a necessidade da estufa para produção das próprias mudas), questões financeiras e da contabilidade, trocas de conhecimentos e conversas sobre o cotidiano e discussões mais políticas.

Imagem 12: Localização das hortas próximo a av. Mateo Bei, São Mateus, São Paulo

Fonte: Ferramenta GoogleMaps

Acesso em: 22/10/2013.

Foto 8: Vista de dentro da horta da Sra. Terezinha

Autor: Michele Rostichelli, março de 2013.

Estivemos presente em três assembleias, onde num deles vimos o documentário “O veneno está na mesa” e se discutiu a respeito do uso deles, noutra houve uma oficina de uso de ervas medicinais, e noutra se discutiu o problema da estufa (como conseguir verba, etc). A questão da estufa foi bem polêmica, pois discutia-se um possível financiamento para uma estufa pelo Banco do Brasil, para a produção de suas próprias mudas, o banco estava demorando em dar um posicionamento, existiam mulheres agricultoras que defendiam que a Associação deveria pensar uma forma de realizar a estufa por eles mesmos, e outros queriam esperar esse financiamento e não entendiam porque demorava. Uma das associadas, Sra. Terezinha, até propôs de aumentar o valor da cotização para que eles fossem juntando o dinheiro da estufa, mas o impasse já estava colocado, então não foi aprovado. A APO-SM também recebe auxílio técnico da prefeitura de São Paulo que mantém um programa de incentivo a agricultura urbana, o PROAURP⁴⁴, os técnicos também acompanham a maioria

⁴⁴ O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo (PROAURP) é de âmbito municipal, criado pela Lei 13.727/04 e regulamentado através do Decreto 51.801/10, que tem por objetivo incentivar e apoiar a produção agroecológica e a comercialização na cidade de São Paulo. Texto integral disponível em <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L%20137270000>. Acesso em 20/04/2013.

das assembleias e em diversos momentos tem liberdade para intervirem na resolução dos conflitos colocados.

Se por um lado há agricultores que mantêm relações mais próximas e de amizade entre si – principalmente estes agricultores que estão mais envolvidos com o funcionamento da associação –, por outro, a reprodução do individualismo capitalista também se faz presente. Pudemos acompanhar, nestas assembleias, agricultores que estão mais preocupados com aquilo que podem ganhar de vantagem individual na Associação do que com as questões coletivas, com aquilo que podem realizar em conjunto. A APO-SM conseguiu, com ajuda dos técnicos da prefeitura, montar uma Feira da Agricultura Limpa⁴⁵ no Parque do Carmo (foto 9), todos os sábados,⁴⁶

Foto 9: Feira da Agricultura Limpa da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus

Fonte: Acervo Particular da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus
Autor: Desconhecido

45 Feira da Agricultura Limpa é um certificado criado pela prefeitura de São Paulo para certificar que os alimentos produzidos pelos agricultores não recebem agrotóxicos. Muitos não podem ter o selo do alimento orgânico e, muitos outros, de fato, não possuem uma plantação orgânica, já que o alimento orgânico deve cumprir diversos itens que estão longe da realidade destes agricultores. Os agricultores que estão na associação não usam agrotóxicos nem fertilizantes químicos, mas sua água é a tratada pela Sabesp e também usam e compram sementes e mudas já tratadas.

46 A princípio a feira era realizada na Av. Mateo Bei, como não havia muita procura, conseguiram, através dos técnicos da Prefeitura a transferência da feira o parque do Carmo em janeiro de 2013.

Apesar de investigarmos apenas algumas experiências, é possível encontrar muitas mais, a maioria delas não organizadas em grupos e fruto de ocupações “não legais” do espaço vazio frequentemente usado para descarte de entulhos e usuários de substâncias químicas.

Nenhum dos agricultores entrevistados é proprietário ou tem a posse legal das terras que cultivam, o que nos leva a compreender que a agricultura urbana só pode se tornar uma realidade, nas proporções que tem tomado, devido a existência destes terrenos, pertencentes ao poder público ou ao setor privado, dentro do urbano, os quais não podendo ser utilizados, legalmente para moradia, não sofrem a pressão da especulação capitalista, sendo possível serem destinados a outros usos.

É de nosso conhecimento diversas experiências que colocam a propriedade privada em xeque, questionando sua própria existência, isso é feito ao ocuparem terras privadas para uso coletivo, questionando a especulação e o fundamento da propriedade privada. Tratam-se, por exemplo, dos casos da CanMasdeu e da Huerta Orgázmika, que ocuparam propriedades particulares vazias, enquanto forma de questionamento à própria lógica da propriedade privada, ao dizer que a moradia, enquanto umas das necessidades fundamentais da vida humana, não deveriam ser mercadoria.

Mesmo que destituído daquele modo de vida camponês, não podemos negar que para alguns agricultores a terra passa a constituir-se como elemento essencial para a reprodução da vida. A terra é a terra de trabalho e de reprodução da família (de onde sai a renda principal para o aluguel e as outras contas, também podem garantir o acesso à uma diversidade maior de alimentos).

2.4. Quem são os agricultores urbanos

Quando nos referimos aos agricultores, descobrimos, a partir das entrevistas realizadas, que estávamos tratando de sujeitos que tiveram uma vida no meio rural. Pudemos verificar que todos esses agricultores vieram de famílias de camponeses ou pequenos agricultores familiares. Suas famílias ou eram meeiras/parceiras, ou trabalhavam para grandes proprietários de terras, e o grande proprietário disponibilizava uma parcela de terra para que o agricultor plantasse para si, ou então, tinham seu próprio sítio, pertencente a família. Assim afirma Sra. Conceição quando perguntada se já tinha tido contato com a agricultura antes,

Sim, lá em Minas onde eu morava. A gente fazia uma horta bem grande, só de alho. Minha família era meeira (planta, metade é minha metade é sua [fazendeiro]). Trabalhava na roça, plantava arroz, feijão, essas coisas e fazia a horta para consumo familiar. Tinha galinha, porco, cabrito. (Trecho da entrevista com Sra. Conceição da horta do Takebe, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013)

Sr. Antônio, que tem sua horta há quase trinta anos em um terreno da prefeitura em Santo André, afirma que sempre trabalhou com cultivo, tendo trabalhado em uma fazenda, com muitos animais. Plantava algodão, milho, café, arroz, formava o eucalipto e podia plantar entre eles até que crescessem.

A maioria dos entrevistados são migrantes, muitos dos estados do Nordeste, principalmente Bahia e Pernambuco, poucos de Minas Gerais e Paraná e, outros, do interior de São Paulo, conforme pode ser visto no quadro (quadro 3) abaixo:

Quadro 3: Local de nascimento dos agricultores entrevistados por Unidade Federativa

<i>Estado de nascimento dos agricultores</i>			
		Total por Região	
Bahia	7	Nordeste	14
Pernambuco	5		
Rio Grande do Norte	1		
Maranhão	1		
Minas Gerais	3	Sudeste	11
Interior de São Paulo	5		
Grande São Paulo	3		
Paraná	1	Sul	1
Fora do Brasil	1		1

Fonte: Trabalho de Campo/mes e ano.

Autor: Michele Rostichelli

Saber que esses agricultores têm um passado familiar no meio rural, é um aspecto importante para compreender porque na Região Metropolitana de São Paulo ainda existe tal cultivo. Cabe salientar que essa agricultura não deixou de fazer parte da vida destes sujeitos que, sonhadores de uma vida melhor na Metrópole, saíram do campo e tentaram, no espaço

urbanizado, recriar aspectos de suas vidas que deixaram para trás.

Apesar de alguns pesquisadores e órgãos institucionais públicos e privados apontarem a produção de alimentos em vasos ou terraços como prática de agricultura urbana, para nós a compreensão da agricultura urbana deve se direcionar não apenas para as técnicas e local da produção propriamente ditas, mas também para quem a realiza, isto é, os agricultores. Assim sendo, entender a agricultura no espaço urbano deve passar não somente pela atividade da produção, mas também pela compreensão de quem são os sujeitos envolvidos e as relações sociais a partir daí constituídas. A produção agrícola destes agricultores não são, em geral, os cultivos de ciclo longo (como milho, feijão, mandioca, etc), nem a comercialização é apenas a da produção excedente, como podemos verificar na agricultura camponesa. Da mesma forma que, entre os tantos agricultores pudemos encontrar pessoas que dedicam apenas parte do seu dia para a produção de alimentos, pois exercem outra atividade remunerada, e outros que têm como fonte de renda principal a agricultura no espaço urbano.

No espaço urbano se tornou cada vez mais difícil utilizar grandes áreas para agricultura, esta foi sendo deslocada cada vez mais para as periferias da Metrópole ou para o interior do Estado, dada a especulação direcionada à reprodução do capital, entretanto, os espaços que ainda permanecem sem uso dentro das cidades tem sido utilizados e ocupados pelas populações dos bairros para a produção agrícola. Neste sentido, entendemos que a agricultura familiar ou camponesa foi sendo deslocada para fora dos grandes centros urbanos. Entretanto, estes espaços que ficam sem utilização são os locais onde a prática da agricultura urbana aparece e se expande.

Atualmente, a agricultura urbana não assegura que este agricultor garanta toda sua fonte de renda através desta atividade. Diversos fatores contribuem para isso, em campo verificamos que o tamanho do terreno é a principal delas. Desta forma, verificamos que muitos dos agricultores entrevistados acabam dedicando apenas parte do tempo à produção de alimentos. Aqueles que se dedicam integralmente é porque sua renda, direta e indireta, vem, essencialmente, do que produzem nas hortas. Por exemplo, a Sra. Cida (foto 10), da horta do Marajoara, dedica-se em tempo integral à horta: ela chega às 6h da manhã, sai às 11h para preparar o almoço e levar as filhas para a escola, retorna por volta das 14h ou 15h – dependendo do sol – indo até o pôr-do-sol. Seu marido, Sr. Oscar, que também é carpinteiro autônomo, foi quem começou na horta. Atualmente ele dedica a maior parte do tempo aos

serviços com carpintaria, ajuda sua esposa na horta aos finais de semana e no verão, onde o trabalho também é maior, já que chove muito e o capim e plantas espontâneas crescem mais e a saída das hortaliças de folhas é maior. Outro agricultor que se dedica em tempo integral à hora é o Sr. “Paraná” (foto 11), da horta do Rudge Ramos, sua companheira é diarista e, como também tem os afazeres domésticos, dificilmente fica na horta. Assim como Sra. Conceição e Sr. Geraldo (foto 12), que se dedicam em tempo integral a horta e o toda sua renda vem dali. Além destes exemplos, há agricultores que contam, no cultivo, com a participação de membros da família como filho, companheiro, neto, etc, sendo mais recorrente ouvirmos por parte do agricultor que são seus ou suas companheiras que compartilham os afazeres da produção.

Foto 10: Sra. Cida da horta do Marajoara, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, novembro de 2012.

Foto 11: Sr. “Paraná” da horta da AGDS, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Foto 12: Sr. Geraldo e Sra. Conceição da horta da AGDS, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2012.

Existem agricultores e agricultoras que trabalham nas hortas sozinhas, como é o caso da Sra. Regiane e da Sra. Conceição, da horta do Takebe, em Diadema (foto 13); do Sr. Avair, da Sra. Elza (foto 14), da Sra. Cida e do Sr. Raimundo (foto 15) da horta do Capuava em Santo André. Encontramos também o trabalho familiar, como o da Sra. Sebastiana e Sr. Genival (foto 16) da APO-SM e da Sra. Conceição e Sr. Geraldo da horta do Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo. Além disso, pudemos ver filhos pequenos e mais velhos ajudarem seus pais no trabalho agrícola, todavia em poucos momentos. Em muitos casos a ajuda dos filhos é financeira, seja para a compra de sementes, mudas ou esterco, seja ajudando com as contas mensais da casa (como água, luz, telefone, etc). A Sra. Terezinha, da APO-SM, leva seu filho de 12 anos algumas vezes no seu terreno e na Feira da Agricultura Limpa no Parque do Carmo para que desde cedo ele aprenda a gostar do trabalho na terra. Muitos deles dizem que os jovens não querem saber do trabalho na terra.

Foto 13: Sra. Conceição e Sra. Regiane da horta do Takebe, Diadema

Autor: Michele Rostichelli, fevereiro de 2013.

Foto 14: Sra. Elza e Sr. Avair da horta do Capuava, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, janeiro de 2013.

Foto 15: Sr. Raimundo da horta do Capuava, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, janeiro de 2013.

Foto 16: Sr. Genival e Sra. Sebastiana da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus, São Paulo

Autor: Michele Rostichelli, março de 2013.

Salientamos também que a produção destes agricultores é de hortaliças em geral, e de verduras em particular. Existem alguns agricultores que cultivam leguminosas (feijão e milho), mandioca e abóbora, ou seja, a agricultura urbana, não está restrita apenas a produção de hortaliças folhosas, como alface, coentro e coentro. No entanto é preciso dizer que diversos agricultores se especializaram no plantio de verduras, já que constituem as culturas com maior procura. Quanto mais inserido na lógica capitalista, maior sua especialização e sua renda. É o caso do Sr. Raul, de uma hortas do Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo, que tem concessão do terreno diretamente com a AES Eletropaulo e já informou que em alguns meses conseguiu chegar a renda direta de três mil reais e do Sr. Natal, da horta do Marajoara, em Santo André, que tem renda média de dois mil reais, além de sua aposentadoria. Ambos se especializaram em verduras folhosas, principalmente alface – de diversos tipos (crespa, americana, lisa, roxa, mimosa), coentro, salsinha e cebolinha. ambos possuem um funcionário que trabalha oito horas por dia, com uma folga na semana. Seu objetivo principal é a produção para a venda comercial, é produzir mais, para vender mais e aumentar cada vez mais sua renda, pois depende pouco do que planta para ter diversidade de alimentos, já que podem

e acabam comprando. Diferentemente de outros agricultores que dependem do que plantam para ter acesso a qualidade e diversidade de alimentos. Visto que se não plantassem, consumiriam uma quantidade muito inferior do que consomem plantando.

Alguns agricultores disseram economizar em média R\$ 40,00 (cinquenta reais) por semana ao consumirem os alimentos que eles próprios cultivam, dizem comprar arroz, “batatinha”, tomate e frutas pois, em geral, não produzem, além do feijão, que poucos produzem.

Apesar de muitos agricultores estarem aposentados, a agricultura não é apenas uma complementação da renda, haja vista o que já pontuamos sobre suas origens. A ideia de não ter ordens de um chefe, isto é, trabalhar para si, é uma das motivações que levaram alguns deles a dedicarem-se mais a esta atividade. A motivação para quase todos é a disponibilidade da terra, próximo de suas casas para poderem plantar, bem como seu histórico familiar no meio rural. O Sr. Genival e a Sra. Sebastiana, o Sr. Manoel, o marido da Sra. Claudinete, antes mesmo de terem o terreno em que cultivam atualmente, já plantavam em suas casas, em cima laje, no quintal, ou mesmo em frente ao rio que passava em frente à sua casa, como é o caso do Sr. Genival.

Sr. Paraná nos relata que a motivação foi a necessidade:

O interesse foi por necessidade mesmo. A gente ficou desempregado e eu, opção que tava era essa aqui. Porque a gente já sabe mexer com isso aí e eu gosto também. Então comecei a mexer e estou até hoje. (Trecho da entrevista com Sr. Paraná, da horta do Rugde Ramos. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013)

2.5. Produção

O tipo de produção dos agricultores depende do tamanho do terreno que possuem, mas podemos enfatizar que majoritariamente cultivam hortaliças. Alguns poucos, como a Sra. Terezinha da APO-SM, mantém uma roça com plantio de feijão, milho e mandioca, ou ainda como o Sr. Atílio que tem mais de 15 tipos de árvores frutíferas em seu terreno (fotos 17 e 18), além de mais de 30 espécies diferentes de orquídeas, que diz ser sua paixão. A particularidade da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus é que internamente,

entre seus produtores, é incentivada a diversidade de cultivo, o fato de manterem uma feira com seus produtos é a razão disso, já que os consumidores buscam certa diversidade de produtos quando vão às feiras ou sacolões.

Foto 17: Sr. Atílio em sua horta, no Marajoara, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, novembro de 2012.

Foto 18: Horta do Sr. Atílio, no Marajoara, Santo André

Autor: Michele Rostichelli, novembro de 2012.

Nas experiências visitadas encontramos diferentes sistemas de plantio. Um dos sistemas que costumam utilizar é a rotação de culturas, um outro, é o plantio sempre da mesma cultura no canteiro, com uso intensivo do solo. Com este último sistema de plantio, acabam tendo que utilizar uma quantidade cada vez maior de esterco e adubos, que em geral, são comprados, inclusive, dependendo da horta, costumam comprar terra para montagem dos canteiros. Os agricultores que estão inseridos em algum programa ou projeto de agricultura urbana, em diversos momentos, acabam recebendo esterco, os outros agricultores acabam comprando com o dinheiro que sai da venda da sua produção. A exceção está entre os agricultores de Diadema que recebem da respectiva prefeitura esterco já curtido, isto é, decomposto, sementes, e algumas vezes até mudas para o plantio.

Ao serem questionados sobre o motivo principal de trabalharem na agricultura: se produzem para o consumo ou para a comercialização, nos pareceu bem interessante as respostas dadas. Mais da metade dos agricultores responderam que sua prioridade na horta é a comercialização (quadro 4). Outros agricultores apontaram que a prioridade é o consumo,

entretanto vendem o que plantam. É fato que todos os agricultores acabam vendendo o que plantam, mesmo aqueles que produzem em poucos canteiros, como são os produtores da horta do Takebe, em Diadema, vendem um alimento ou outro quando algum vizinho lhes pede para vender.

Quadro 4: Objetivo principal da horta por ordem de menção

<i>Qual é o objetivo principal da produção agrícola?</i>	
Venda	14
Consumo	8
Não responderam	3

Fonte: Trabalho de Campo/Nov. 2012-Mar. 2013

Autor: Michele Rostichelli

Apesar de todos os agricultores venderem, mesmo sendo uma mínima parte do que plantam, é importante para nós termos esta informação, porque aqueles agricultores que responderam que seu objetivo prioritário da horta era seu consumo, são os agricultores que plantam uma diversidade maior de alimentos e, em parte, se baseiam nisso ao escolherem parte do que vão plantar. Grande parte dos agricultores que disseram que o motivo principal de manter a horta é a comercialização, são aqueles mais especializados nas culturas que vendem mais, principalmente verduras. Compreendemos que a produção destes agricultores está subordinada à comercialização, por isso se especializam.

Para que possam vender aquilo que produzem, estes agricultores especializaram-se nos cultivos que têm mais procura, como alface (de todos os tipos) e coentro. Estas são as culturas que podemos encontrar em todos os terrenos, sem exceção, o ano todo. Além disso, também podemos encontrar cultivos de época como maracujá e quiabo nos primeiros meses do ano, outros tipos de verduras como cebolinha, salsinha, almeirão, couve, escarola, brócolis, alho-poró, xuxu e, em menor quantidade, rúcula, cenoura, tomate, espinafre, acelga, etc (quadro 5).

Quadro 5: Hortaliças e cultivos produzidos pelos agricultores urbanos no período da entrevista.

<i>Hortaliças citadas</i>	<i>Qtde. de agricultores que produzem</i>	<i>Hortaliças citadas</i>	<i>Qtde. de agricultores que produzem</i>
Abóbora	4	Couve	13
Abobrinha	4	Couve-flor	2
Alface (crespa, lisa, americana, mimosa)	25	Escarola	9
Alho de cabeça	2	Espinafre	4
Alho poró	2	Feijão	4
Almeirão (azedo, amargo, roxo)	14	Jiló	2
Arroz	1	Mandioca	1
Batata	2	Maracujá	2
Batata-doce	2	Maxixe	1
Berinjela	1	Milho	3
Beterraba	6	Mostarda	1
Brócolis	4	Pepino	3
Bucha	1	Pimenta	5
Café	1	Pimentão	2
Cana	2	Quiabo	9
Catalônia	2	Repolho	3
Cebola	1	Rúcula	8
Cebolinha	21	Salsão	1
Cenoura	2	Salsinha	8
Chicória	1	Tomate	2
Chuchu	8	Tomate japonês	2
Coentro	22		

Fonte: Trabalho de Campo/Nov. 2012-Mar. 2013
 Autor: Michele Rostichelli

A produção de alimentos é vista, por alguns agricultores, como mercadoria para o sustento familiar. Enfatizamos que este sustento não é apenas direto, monetário, mas também indireto, ao economizarem não gastando em mercados ou sacolões, uma vez que consomem aquilo que plantam e plantam muito mais do que conseguem consumir na família. A Sra. Cida, da horta do Marajoara, aponta que

A gente tem produtos diversos, de tudo um pouco. Jiló, beterraba, alface, repolho. O Alface é o carro chefe, você tem de ter qualidade. É o carro chefe, você não pode ficar sem. Mas de tudo um pouco. Hortaliças [folhagens] e alguns legumes. (Trecho da entrevista com Sra. Cida, da horta do Marajoara em Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em novembro de 2012)

No trabalho de campo, pudemos encontrar agricultores que fazem questão de apontar a importância de produzirem seu próprio alimento. A Sra. Lucimara, da horta da Vila Olinda, Diadema, nos disse que ao pensar no que vai plantar, pensa na venda e no que vai comer, pensa no que gosta de comer, porque tem ali na horta fresco. Então ela pensa mais no que gosta de comer, do que na venda. E quando os outros indicam alguma hortaliça eles também pensam em plantar.

A Sra. Regiane, da horta do Takebe em Diadema, prioriza o que usa e o que gosta de comer, mais que a comercialização. Afirma

Eu penso assim, eu sei que eu consumo muita cebolinha e coentro e alface, tudo que eu planto [...] Tem salsão, eu gosto, eu plantei porque eu gosto, e se alguém quer comprar eu vendo também. Porque eu penso assim, que eu como de tudo e de tudo eu planto. Aquele almeirão lá, é aquele que não amarga, o roxo [...] (Entrevista realizada com Sra. Regiane da horta do Takebe, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013)

A Sra. Terezinha, da APO-SM, corrobora com tal pensamento ao dizer que a razão principal de plantar é alimentar-se. Desta maneira afirma que planta para

Consumo e venda. Pra consumo primeiro, eu planto porque eu como. Porque eu ia na feira e ia comprar um produto e pensava: eu vou comer esse produto cheio de química. Eu vou é plantar. (Entrevista realizada com Sra. Terezinha da APO-SM. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2013)

A Sra. Telma, além de dizer que pensa tanto no consumo quanto na venda, porque diz que os clientes querem variedade, pensa nas coisas que planta porque são coisas que usa no dia dia e que costuma comer. A Sra. Telma e o seu marido, que cultivam de forma agroecológica, consorciando diversas culturas, plantam direto de sementes ou mudas que ela e

seu marido mesmo fazem. Ela tem um conhecimento enorme, herdado de sua mãe, sobre plantas medicinais e seus usos, sabe fazer remédios caseiros para cólicas, corrimentos, dores de cabeça, inflamação na garganta:

Couve mesmo, eu vim conhecer praga de couve aqui, pulgão, lá não tem. A minha mãe tem as couves dela no quintal, e ela sempre plantou na roça quiabo, um negócio que ela sempre faz, lá a gente chama maiada (malhada) né! Que é a gente tem um quintal grande e planta de tudo, aí a gente planta cebolinha, coentro, faz as lera lá e vai plantando para gente usar, os vizinhos, essa ervas medicinais, eu conheço um bocado de coisas, por causa da minha mãe. Minha mãe é sergipana né, mas ela é filha de índio, né. Então aí já vem de uma coisa assim, que tudo que tem lá em casa curava gripe, com chá de pitanga, alho, xarope caseiro, né. Isso tudo assim a gente já conhece de casa, porque a mãe já fazia, sabugueira, bananeira, né. Coração de banana, xarope, tudo isso. Para curar [disse um nome de alguma enfermidade que não entendi] a gente curava lá em casa, curava com a banana né. Faz o chá, o banho e oração, e aí pronto, por aí a gente vai. A gente já tem uma base e a gente está aqui por causa disso. Porque quando a gente já tem uma raiz de lá de traz, a gente já traz no sangue né. (Trecho da entrevista com Sra. Telma da horta da APO-SM. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2013)

A maioria dos agricultores entrevistados mantém em seu terreno ervas medicinais e temperos, e algumas plantas espontâneas⁴⁷, limpam todo o canteiro especialmente quando não conhecem o uso das plantas (quadro 6). Muitos não fazem menção a estas ervas e plantas porque não as usam para vender, já que a procura também é baixa, mas as mantêm para consumo familiar. O que acabam fazendo muitas vezes é dar quando alguém pede.

⁴⁷ Plantas que nascem “naturalmente” sem serem cultivadas nos mais diferentes locais, conhecida também como “ervas daninhas”, muitas delas possuem propriedades medicinais e uso terapêutico.

Quadro 6: Lista de ervas medicinais, espontâneas e temperos citadas pelos agricultores

<i>Ervas medicinais, temperos e espontâneas</i>	<i>Número de agricultores que citaram</i>
Abrama	2
Alecrim	6
Alfavaca	2
Arruda	3
Bálsamo	3
Bezetaçil	1
Boldo	1
Capim Santo	4
Capuchinha	1
Erva de santa maria	1
Erva doce	1
Guaco	4
Hortelã	7
Hortelã grosso	2
Lambari	1
Losna	4
Malva da folha grossa	1
Malva do reino	1
Manjerição	7
Melissa	3
Poejo	4
Quebra-pedra	1
Romã	1
Sálvia	2
Vick vaporube (<i>Tetradenia riparia</i>)	1

Fonte: Trabalho de Campo/Nov. 2012-Mar. 2013
Autor: Michele Rostichelli

É importante salientar que ao tratarmos o tema do uso de agroquímicos nas plantações, não há um entre os entrevistados que afirmaram usar⁴⁸. Ao contrário, aqueles que vieram do meio rural, de família camponesa, não usavam, era tudo tratado com as próprias plantas, tanto “a doença de gente quanto a doença da plantação”, mantendo em sua prática agrícola no espaço urbano a mesma forma de cultivo, isto é, sem uso de agrotóxicos. Contudo, quando a muda é comprada já são “tratadas”⁴⁹, por isso existe interesse da APO-SM e de outros agricultores de criarem sua própria estufa, para produzirem mudas. Apesar disso, ouvimos comentários de agricultores dizendo que seu vizinho as vezes utiliza fertilizante químico, mas agrotóxicos não. Os programas de agricultura urbana promovidos pelas prefeituras de São Paulo e Diadema incentivam a produção agroecológica. A agroecologia e o cultivo sem veneno aparece como questão econômica e de preocupação com a própria saúde.

Frisamos que para alguns a opção pelo plantio sem agrotóxicos é também uma opção política de não comprar produtos que fazem mal à sua saúde, tanto para que preservem sua independência, ao não se subordinarem aos agrotóxicos para produzirem, já que existe uma ideia de que uso dos agrotóxicos são uma forma que “auxilia no aumento da produção”, ao acabar com as ervas espontâneas, bichos e fungos que podem interferir em uma positiva colheita. A agroecologia reaparece para desmentir tais ideias, com a saúde da terra, o consorciamento de diferentes plantas, o uso de biofertilizantes, também podem garantir uma positiva colheita. Numa das assembleias da APO-SM, como já apontamos anteriormente, foi passado o documentário “O Veneno está na Mesa”, o objetivo era discutir o uso dos agrotóxicos na plantação e quanto disso afeta tanto a saúde dos agricultores quanto o da população.

Além de produzir sem agrotóxicos, pode-se dizer que a maioria mantém relações de produção não-capitalistas, pois o trabalho é familiar⁵⁰ ou individual e a forma com que produzem é limpa (isto é, sem agrotóxicos) ou agroecológica, apontadas as devidas exceções ao Sr. Raul e Sr. Natal que possuem funcionários.

Aquilo que plantam, se torna importante para a vida de grande parte dos agricultores, porque dali sai sua fonte de renda (complementar ou total), saem parte dos alimentos que vão

48 Temos notícias que um ou outro agricultor acaba colocando fertilizante químico em suas plantações, mas no momento da entrevistas eles não confirmaram esta questão, tanto porque uma das regras para plantar em baixo dos linhões da AES Eletropaulo é não usar agrotóxicos.

49 Com insumos químicos.

50 Como dito anteriormente, participação do casal.

consumir, sem agrotóxicos. Caso tivessem que comprar estes alimentos, tanto a qualidade, quantidade e periodicidade, seriam menores. Sr. Paraná, da Sra. Conceição e do Sr. Geraldo, da Sra. Telma e seu marido, como já dito, tem como principal fonte de renda a horta que mantém, é dali que retiram, também, parte considerável dos alimentos que compõem sua dieta alimentar.

Para os agricultores e agricultores da horta do Takebe, a horta é de grande relevância se torna essencial pois dizem saber de onde vem o que estão comendo, pois são eles que plantam, além de que possibilita-lhes terem acesso a alimentos sem veneno por um custo muito baixo.

O ambiente da horta tornou-se, também, um lugar de sociabilização: a horta do Takebe, com aproximadamente 40 pessoas – muitas mulheres –, aproximou a vizinhança, onde há relações de ajuda mútua e solidárias. Elas se ajudam, quando uma amiga está doente, a outra irriga os canteiros; quando é época de mexer nos canteiros, se ajudam entre si, mesmo que não seja preciso, ajudam a limpar o canteiro, retirando as plantas espontâneas, uma dá semente para outra quando ganham, trocam mudas. Enfim, a horta possibilitou o estreitamento dos laços de solidariedade entre elas.

A questão do acesso à água pode representar um problema para a agricultura no espaço urbano, pois não existe uma definição legal para o uso da água para o cultivo de alimentos por parte dos municípios. Sem acesso à água fica difícil a permanência na terra. Na horta do Takebe, em Diadema, por exemplo, no começo da horta não tinha água no local, os agricultores traziam água em baldes e galões de suas próprias casas para aguar seus canteiros. Além disso, não existe uma tarifa específica para a atividade agrícola no espaço urbano, tem agricultores que são cobrados pela água que usam e outros que não são. Mesmo nas hortas nos terrenos da AES Eletropaulo, ocorre isso nos terrenos em que realizamos o trabalho de campo localizados em Santo André, Mauá, Diadema e São Paulo, os agricultores tem acesso a água e não é cobrada taxa por parte das respectivas empresas de saneamento e esgoto. Já os agricultores que estão sob a administração da AGDS, e que usam terrenos da AES Eletropaulo pagam a taxa pelo fornecimento da água à empresa de saneamento da cidade.

Nos terrenos pertencentes ao município de Santo André, existem agricultores que recebem a conta da empresa de saneamento para pagar e outros não, Sr. Antônio, por exemplo, chega a pagar em média 200 reais de conta de água por mês.

Sra. Claudinete, da horta do Vila Olinda, em Diadema, puxou a mangueira de seu vizinho, pois ali em seu terreno não tem relógio de água, dividindo a conta entre ela e seu vizinho.

Muitos agricultores conhecem a importância de sua atividade, como afirma logo abaixo o Sr. Raimundo da horta do Capuava que, além de dedicar-se à agricultura ele cria passarinhos na horta, soltos, tendo sabiá, pombinha do ar, rolinha, pássaro preto, canarinho da terra. Contou-me uma história que um rapaz queria prender uns tico-tico e ele não deixou, disse: “Aqui também é tem proteção aos animais, eu protejo os animais também”. Comenta ele comigo

Eu vou falar a verdade para você, se todo mundo começar a correr da roça e ir pra cidade, daqui uns tempos ninguém consegue comer. Não é verdade?!
(Trecho da entrevista com Sr. Raimundo da horta do Capuava em Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2013.)

A Sra. Augusta, da horta do Takebe, diz que seu neto pequeno tem acompanhado ela na horta, quando não está na escola, para aprender desde cedo a dar importância à terra:

Você pega um pé desse aqui e compara com os do mercado. Dura mais. Como uma coisa dessa faz mal para a gente. Não faz. Pelo contrário, faz é bem para a nossa saúde, eu não faço mais minha unha, olha minha unha como é que é. Eu estou é pouco me lixando, o importante é que eu me sinto bem, que eu gosto. Meus netos já sabem, pode trazer o João Pedro com 3 anos, ele já sabe o que é escarola, as vezes ele confunde, alface e coentro, tudo ele fica falando. Nos primeiros dias ele vinha comigo, agora ele está na creche. Os besourinho, ele sabe os besouros, tatuzinho bolinha, a minhoca, tudo ele já sabe. Eu falei, tem coisa melhor do que isso? Eu dou a enxadinha para ele ... E aqui vai ser geração para geração. (Trecho da entrevista com Sra. Augusta, da horta do Takebe em Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

A agricultura urbana é uma atividade que pode ser realizada em poucos canteiros ou em grandes espaços, entretanto, não em vasos ou garrafas pet. A diversidade do cultivo pode ser grande ou limitada, dependendo do objetivo principal da horta: consumo próprio ou comercialização.

2.6. Trabalho

O trabalho no cultivo é realizado em grande parte pelo agricultor isolado ou pela família (no seu conjunto ou em parte). São exceções aqueles que tem algum funcionário contratado, Sr. Natal é um deles. Todavia há agricultores que tem terrenos maiores (5000 m²) que contratam trabalho de algum jornaleiro, para trabalhos mais pesados, principalmente quando estes agricultores são mulheres.

Já informamos acima que para muitos agricultores a renda proveniente da horta não é a única. Apesar de praticarem a agricultura há algum tempo, a dedicação exclusiva, para esta parcela deles, só foi possível com a aposentadoria, que acaba servindo de complementação da renda. Dos entrevistados, 11 recebem aposentadoria. Além deles, há casais de agricultores que realiza alguma atividade externa remunerada, nem sempre formal. Encontramos pedreiro, diarista, jardineiro, catadora de recicláveis, um agricultor que também faz carretos, etc, todos que tentam complementar sua renda com estas outras atividades. Como salientado anteriormente, entre todos os entrevistados, encontramos apenas dois casais que vivem exclusivamente da agricultura urbana. Há também dois agricultores com emprego estável, mas nos horários em que não estão trabalhando estão na horta – ao menos quatro vezes por semana e nos dias de folga. Além disso, nas hortas que visitamos encontramos mulheres que se dividem entre as tarefas domésticas e o trabalho na horta há mais de 20 anos, são mulheres que estão todos os dias na horta, preparam o café, vão para a horta, vão para suas casas preparar o almoço, levar filhos na escola e voltam para a horta quando o sol está mais fraco, ficando até escurecer, Sra. Cida, no Marajoara, em Santo André, Sra. Augusta e Sra. Conceição na horta do Takebe em Diadema, são alguns exemplos. Vale dizer, ainda, que o trabalho é estendido no verão, já que o sol demora mais a se pôr. Desta maneira, quem optou ou foi levado por suas condições a cultivar alimentos nos grandes centros urbanos, em certa medida, ainda é submetido ao ritmo ditado pela natureza, este ritmo, em muitas situações, se “impõe” sobre o ritmo da Metrópole, ainda que “em relação” direta com este.

Cabe salientar novamente que em geral o que encontramos são relações de produção não-capitalistas, inseridas numa lógica capitalista, pois o urbano enquanto local em que o capital se produz e reproduz, torna difícil a vida na cidade. O modo de vida urbano toma proporções de consumo, especialização e isolamento, bem como impossibilita o acesso a

terra. Em grande parte, podemos encontrar agricultura no urbano devido a disponibilidade de terrenos públicos, sejam eles concedidos pelas empresas de serviço público (como AES Eletropaulo, Sabesp, etc) ou pelas próprias prefeituras.

Apesar de o trabalho ser, geralmente, individualizado ou entre o casal, foram descritos diversos momentos em que entre os agricultores e agricultoras intercambiam ajuda. Não é em forma de mutirão como ocorre entre os camponeses, mas o princípio da solidariedade e da mutualidade estão embutidos nestas ajudas. Nos disse Sra. Regiane⁵¹, sobre o trabalho na horta

Porque aqui a gente nunca faz só nada. Que sempre tem alguém aqui que ajuda, pelo menos aqui, a parte de cima, é assim, pelo menos essa parte a gente é muito unida.... (Trecho da entrevista com Sra. Regiane da horta do Takebe em Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

Sra. Conceição, também do Takebe, sobre a ajuda das outras agricultoras, diz que quando a prefeitura disponibiliza algumas sementes para os produtores, “*quando ele dá para meninas, elas dividem comigo*”; e a respeito de seu cultivo comenta

“Você vai ficar admirada, deu uma abóbora aqui, que deu para 11 pessoas comer. Assim né [me mostrou o tamanho que deu], mas eu dividi né ...” (Trecho da entrevista com Sra. Conceição da horta do Takebe em Diadema. Realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

Entre os agricultores da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM) também ocorre ajudas. Sra. Sebastiana e Sr. Genival, por exemplo, colocam os produtos que Sr. Manoel produz juntos com os seus na barraca que são responsáveis.⁵² Andreia e Sra. Terezinha, que são companheiras da APO-SM, compraram juntas um carro para carregar os cultivos dos agricultores para a feira e fazer as entregas do AgroSampa Delivery. Para nós, essas ações de ajuda e troca são momentos em que os agricultores se aproximam, mas também, torna possível a reconstrução dos vínculos próximos, que não está limitada a ter uma horta na mesma área, mas recria o sentimento de identificação e de importância do outro como parte de si. É importante esclarecer que o terreno em que estes agricultores e

51 Da horta do Takebe/Diadema, que possui 8 canteiros

52 Toda a montagem e desmontagens das barracas da feira é de responsabilidade deles.

agricultoras se encontram não está dividido por cercas ou portões, é livre o acesso a todas as hortas e canteiros, além disso, motivo pelo qual acreditamos que suas relações pessoais são transformadas, na medida em que se transforma sua forma de ver o acesso e o trabalho na terra, no meio urbano.

Entre os outros agricultores essa ajuda fica bem limitada a venda, ou seja, nos terrenos onde as hortas não estão divididas por cercas, um vende para o outro, quando aquele está ausente, repassando o dinheiro da venda logo se encontram. Além disso, também foi citado entre um e outro que, de vez em quando, agam o plantio um do outro quando o agricultor não está presente.

2.7. Comercialização

Ao falarmos sobre a comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores urbanos, encontramos, pelo menos, duas formas que diferenciam a venda dos seus produtos. Como já mencionado em outro momento neste capítulo, a maioria dos agricultores tem como principal objetivo na produção agrícola, a venda. Outra parte deles, vendem, mas o consumo é o principal objetivo. Já vimos, também, que grande parte dos agricultores se especializaram em culturas que têm procura entre os consumidores, alguns aumentam a produtividade e se especializam ainda mais em alface e coentro, buscando expandir, mesmo que com limites, sua produção. Sr. Natal, da horta do Marajoara, por exemplo, adquiriu um outro terreno ao lado do seu de um antigo comodatário⁵³, neste outro terreno tinha basicamente mamoeiros, bananeiras, milho e algum espaço para hortaliças, em pouco mais de um ano foi possível ver a mudança ocorrida no terreno, os mamoeiros foram todos arrancados e, em seu lugar, novos canteiros de alface e coentro, e um pequeno espaço para cana-de-açúcar. Entre os agricultores urbanos dificilmente poderíamos dizer que o Sr. Natal é um empresário, entretanto, seu pensamento é de empreendedor capitalista. Para alguns o aumento da renda é mais importante, para outros, a renda e o acesso aos alimentos se complementam. Mesmo estando a produção de ambos subordinada à circulação, as relações que podem se estabelecer a partir daí são múltiplas, como veremos mais adiante.

A comercialização de todos agricultores, ocorre diretamente, porém sob diversas

⁵³ A venda de lotes não é permitida dentro dos terrenos da AES Eletropaulo, no entanto, isso ocorre ocasionalmente, para repassar o terreno os comodatários “pedem” o valor do investimento colocado ali.

formas. Queremos dizer que suas vendas não encontram-se mediadas por atravessadores, são eles próprios produtores e “vendedores” do que produzem, o que permite ganhos maiores. Muitos agricultores comercializam diretamente em seus terrenos e, no geral, os preços podem variar de agricultor para agricultor. Por exemplo, um pé de alface crespa pode custar entre um e três reais. Os principais consumidores são moradores do bairro ou pessoas que trabalham próximo às hortas. Os compradores chegam a todo momento, principalmente na hora do almoço.

Os agricultores de Diadema também encontram nos moradores do bairro, seus principais consumidores. Já ocorreu de alguns produtores não conseguirem comercializar toda a produção, então, por estarem vinculados ao programa de agricultura urbana da Prefeitura, estes agricultores puderam usar o estacionamento do prédio da Secretaria de Segurança Alimentar para vender os produtos excedente. Mesmo com a possibilidade de comercializar a produção, ocorre de haver doação de algum alimento por parte dos agricultores, isso acontece quando chega alguma pessoa ou vizinho que não tem dinheiro para comprar. Os motivos levantados pelos agricultores para tal ação foram para evitar o roubo e também porque o dinheiro não pode ser um empecilho para que as pessoas não comam. Disse Sra. Claudinete, de uma das hortas da Vila Olinda: *“As vezes a pessoa vem comprar e não tem dinheiro, pode levar, sem problema...”* (Trecho da entrevista com Sra. Claudinete. Realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013). A Sra. Regiane, da horta do Takebe, também disse que *“Não é porque a pessoa não tem um dinheiro que vai deixar de comer uma cebola, um pé de alface. Não! Não tem dinheiro leva do mesmo jeito”* (Trecho da entrevista com Sra. Regiane da horta do Takebe. Realizada por Michele Rostichelli, em fevereiro de 2013). Estas pessoas vivem na periferia da Metrópole, suas moradias são em grande parte ocupações regularizadas pela prefeitura. Além disso, originários do meio rural e de famílias com origem camponesa, parte de suas ações ainda refletem sua origem e tradição, baseados nos princípios de solidariedade e de ajuda mútua em relação aos outros.

Uma das famílias de produtores que cultivam no terreno da AES Eletropaulo no Rudge Ramos vende o que produz – principalmente alface e coentro – em outro bairro, já que costumam vender muito pouco no local onde cultivam, dada a grande quantidade de produtores. Aos domingos levam seus produtos ao lado de uma padaria no bairro do Sacadura Cabral, periferia de Santo André, e costumam vender tudo o que levam. Chegam a vender um

pé de alface ou uma rama de coentro por um real cada um.

Também foi perguntado se os agricultores vendiam para grandes supermercados ou companhias de abastecimento e disseram que não costumam, pois o mercado compra em um valor muito baixo e, portanto, não é interessante para eles vender para estes locais. A exceção ocorre quando a produção é muita e não tem escoamento, nos disse Sra. Conceição, da horta do Rudge Ramos, *“Na época que tem bastante, a gente vende. Mas os mercados só querem comprar de graça da gente”* (Trecho da entrevista com Sra. Conceição da horta do Rudge Ramos. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013).

Já os agricultores da Associação de Agricultores Orgânicos de São Mateus (APO-SM) vendem seus cultivos tanto em seus terrenos quanto na Feira da Agricultura Limpa que ocorre no Parque do Carmo, Zona Leste de São Paulo. Para a feira estes agricultores têm um problema que é a pouca diversidade de sua produção. Como sabem desta problemática, estão tentando sua solução adotando duas medidas diferentes: a curto prazo, comprando algumas frutas e legumes de produtores orgânicos de outros lugares para ser comercializado ali e, a longo prazo, trabalham permanentemente incentivando a diversidade da produção para eles próprios e para conseguirem comercializar. Como estão nos terrenos da AES Eletropaulo e da Sabesp, não podem ter cultivos de grande porte, como algumas árvores, por exemplo. A APO-SM também criou um panfleto para distribuição pública e deste grupo também saiu um grupo menor de entregas a domicílio, a AgroSampa Delivery, com produção dos próprios agricultores.

Há uma outra questão interessante decorrente da produção e comercialização local e direta que é a redução do desperdício. Sabe-se que na medida que o espaço urbano se expande tende a expulsar o cultivo de alimentos para mais longe. Neste processo de transportar a produção via atravessadores até os locais de abastecimento – como o CEAGESP⁵⁴ em São Paulo – e depois ao mercado consumidor – feiras livres, sacolões, mercados, etc – há grande desperdício, além destes alimentos chegarem com seu período de consumo já limitado. Com os agricultores urbanos, aquilo que eles produzem é retirado da terra ou do pé no momento do consumo e, portanto dura mais e produz menos desperdício.

54 Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, criada em maio de 1969, como resultado da fusão de duas empresas, o Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do estado de São Paulo (CAGESP), ambas mantidas pelo governo de São Paulo.

2.8. A agricultura urbana por eles próprios

Para além da pesquisa científica, do levantamento bibliográfico acerca da agricultura urbana, para nós é importante também ouvir, aqueles que estão envolvidos com esta atividade, o pensam sobre esta prática no espaço urbano. Deste modo, uma das perguntas realizadas dizia respeito ao que eles pensavam sobre agricultora na cidade, considerando que a cidade cada vez mais parece extinguir os espaços possíveis para cultivo.

É curioso verificar como os pensamentos e as palavras em alguns momentos se diferenciam entre si e em outros se assemelham, dependendo do lugar em que realizamos a entrevista, ao tratarmos a agricultura urbana.

Alguns dos agricultores da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM) apontam para questões mais sociais, como a questão do distanciamento da juventude em relação à terra e à natureza. Diz Sr. Genival sobre o cultivo de alimentos na cidade

Eu penso assim sabe: A importância é acreditar nele. É saber que o tem aqui é bom, é muito importante porque não dá doença nas pessoas. E outra, é muito importante sabe porque? Porque a pessoa não vai no supermercado comprar, ela vem direto aqui. Sabe o que está comprando, sabe o material que está comendo. É assim que funciona. Cada dia está diminuindo, diminuindo o espaço de plantar e isso é o que está preocupando, e outra, a questão dos jovens. O jovem não quer saber da mãe terra. Isso é complicado, porque o dia em que eu morrer, quem vai cuidar da natureza. Só Deus. Tem que se preocupar muito com os jovens, nesse trabalho que você está fazendo. Se ele puxar para a agricultura, agricultura dá dinheiro, agricultura é boa. (Trecho da entrevista com Sr. Genival. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

A Sra. Telma e a Sra. Terezinha falam da questão da saúde, mas também comentam sobre a possibilidade de acesso a alimentos orgânicos a um custo mais baixo pela população mais pobre. Assim, dizem

Um jeito de trazer, de trazer mais conforto para a população local, porque plantar na cidade, você vê que na cidade as coisas são mais difícil, né! Tem o comércio dos mercados né, CEASA, mas o pessoal não tem mais quintal para plantar né. Então esse projeto é muito bom

por isso, porque vai beneficiar a gente que planta e a população local, a população de baixa renda né, que vai ter uma coisa melhor, uma verdura orgânica, sem veneno, né. E vai ter uma coisa de qualidade, boa, mais barato né. Mais uma fatura na mesa. (Trecho da entrevista com Sra. Telma. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

Eu acho bom. Porque o pessoal volta ao tempo antigo de plantar as coisas que comem. E sem veneno, porque essas comidas que estão nas feiras públicas estão cheia de tóxico. Se cada um começar a fazer horta para o próprio consumo, aí é tudo de bom. Então vai ter mais saúde. (Trecho da entrevista com Sra. Terezinha. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em março de 2013.)

A questão do acesso direto aos alimentos, bem como alimentos de qualidade, isto é, sem agrotóxicos, é sempre citado pelos agricultores. Assinalam alguns deles

É muito interessante porque o pessoal compra bem e se alimenta bem. Sabe o que está comprando, sabe da qualidade, a qualidade é boa. Tem muitas hortas pros lados de Mogi [das cruzeiras] que eles colocam muito veneno, aqui não. Aqui não pode! (Trecho da entrevista com Sra. Conceição, da Horta do Rudge Ramos, Av. Vivaldi, São Bernardo do Campo. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

Eu acho que eles são muito inteligentes. Porque eu falei, eu vi, eu fui para Santos sábado, e você acredita que eu levei cebolinha, coentro, couve, escarola. O pessoal, ficaram de boca aberta lá. Eu falei: tá vendo, eu tô vindo do centro de São Paulo trazendo verdura para vocês aqui. [...] Então nessa pergunta eu digo assim: é ser inteligente e saber lidar com as coisas difíceis, mas acreditar que ainda tem solução. Um pedacinho de terra ali, você pode cultivar ele né, trabalhar nele que ele dá bons frutos. (Trecho da entrevista com Sra. Augusta, da Horta do Takebe, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

Sr. Paraná equipara o trabalho na horta em seu terreno com o trabalho quando vivia no sítio de onde veio, pois o trabalho na terra é pesado e exige dedicação

Tem que gostar e ter coragem, porque o trabalho é pesado, é serviço de roça né, a mesma coisa. Eu acho que é uma boa. É uma coisa que, na verdade, é uma novidade na cidade. Um agricultor na cidade...risos... (Trecho da entrevista com Sr. Paraná, da Horta do Rudge Ramos, Av. Vivaldi, São Bernardo do Campo. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

Também encontramos agricultores como a Sra. Claudinete e a Sra. Cida que passaram a gostar de cultivar a terra, na medida em que passaram a cuidar da terra, por influência de seus maridos. A Sra. Cida, vai além, comentando sobre a futura raridade de terras para plantio na cidade.

Então é assim. Eu acho que é útil e favorável a todos. Todo mundo ganha. Porque tá plantando lá, você vai lá e vê, tá vendo como é feito, pode acompanhar. Então tá comendo uma coisa que sabe de onde vem. Como tá sendo molhado, a água que tá usando. Hoje somos agricultores que trabalhamos na horta, só que isso tá acabando. Porque eles tão aproveitando espaço que incentivam a produzir a comida. Daqui alguns anos ninguém mais quer a função. Arrumar mão de obra pra trabalhar na horta tá difícil. Eu vi uma reportagem de um agricultor que não pode crescer porque não tem mão de obra. (Trecho da entrevista com sra. Cida, da horta do Marajoara, Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em novembro de 2012.)

Ahhh, é bom, é importante, né, muito bom. Que nem, eu sou da cidade, então eu não dava valor a estas coisas, quando eu conheci meu matutinho, no caso meu marido hoje, eu aprendi com ele muita coisa, aprendi a gostar da terra...sabe...plantar, é...fazer alguma coisa. Que nem ontem a gente foi lá numa cidadezinha aí, num sítio, é... Meu filho tem 14 anos, e a gente já ensina a ele a gostar [da terra] também. (Trecho da entrevista com Sra. Claudinete, da Horta da Vila Olinda, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

São Caetano não tem mais lugar para construir. É um sacrifício para não construir uma igreja aqui. Eu acho que se o cara tiver uma casa e quiser fazer uma hortinha, eu acho que tá certo. Mesmo que for em cima de uma laje, de uma casa. Eu já vi uma horta em cima da laje. Se a pessoa tiver um lugar, vamos supor, se ele quiser fazer uma hortinha, plantar uma salsa, uma cebolinha, pros gastos da casa, ele pega aí umas tábuas, faz um quadrado com as tábuas, coloca estercó e planta. (Trecho da entrevista com Sr. Antônio, da Horta do Capuava, Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2013.)

A conservação de um meio ambiente saudável, também é apontado pelos agricultores urbanos ao falarem sobre sua atividade. A Sra. Conceição e o Sr. Avair nos disseram que

Eu acho uma boa ideia, muito bom, que conserva o lugar limpo e também faz uma economia do bolso, o dinheiro que vai gastar com a verdura, compra outra coisa. (Trecho da entrevista com Sra. Conceição, da Horta do Takebe, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

Eu acho que é uma boa né! Pelo menos mantem a área limpa né. Porque cria rato, aranha. Então você manter limpo é bom. Até os vizinhos agradecem. É bom para todo mundo da região. (Trecho da entrevista com Sra. Avair, Horta do Capuava, Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2012.)

Para ela foi muito bom, porque ela toma remédio controlado (toc e depressão), já chegou a tomar 4 comprimidos, mas as vezes não toma nenhum de tão entretida que fica na horta. Tirando todos os pensamentos negativos. A horta é uma terapia. (Trecho da entrevista com Sra. Regiane, da Horta do Takebe, Diadema. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em fevereiro de 2013.)

Eu acho bom né. Se todo mundo tivesse um pedacinho para plantar, pelo menos para comer, já era bom! É uma terapia para mim. [...] Aqui vende mesmo. As vezes a gente não dá conta. Coentro vende bastante. O que planta vende. Não há desperdício. (Trecho da entrevista com Sra. Elza, da Horta do Capuava, Santo André. Entrevista realizada por Michele Rostichelli em janeiro de 2013.)

Vemos assim, como os próprios agricultores se enxergam e como enxergam sua prática que realizam. Por este motivo, pensamos que criar políticas públicas para a agricultura urbana, deve envolver diretamente as vontades e necessidades destas pessoas e também deve partir deles próprios. Apontamos isso, porque o governo vem realizando diversas ações no sentido de promover e ampliar a prática da agricultura. É disso que trataremos no capítulo a seguir.

3. PRÁTICAS FOMENTADAS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Apesar de a agricultura ter um histórico de existência nos grandes centros urbanos já há muito tempo, esta prática ganha maior destaque na atualidade, sobretudo quando passa a ser alvo de incentivos de diversos governos, bem como de ONG's e agências internacionais voltadas para a promoção da agricultura urbana. Esta maior visibilidade vem ocorrendo, principalmente, porque ela está sendo vista como uma atividade importante para a garantia da segurança alimentar, principalmente nos países do terceiro mundo em que a fome ainda é um problema social. Encontramos programas e projetos específicos em agricultura urbana em Cuba, Argentina⁵⁵, México, Costa Rica, Continente Africano, Peru, Chile, Colômbia, Equador, Canadá, Alemanha, Rússia e Portugal (MADALENO, 2002).

O Brasil não foge deste contexto internacional. Também aqui a agricultura urbana vem se tornando mais visível e, portanto, alvo de pesquisas, a partir de 2003, quando o Programa Fome Zero⁵⁶ entrou em vigor. Dentre seus quatro eixos⁵⁷ de ação, disponíveis no próprio site do programa, a promoção da “agricultura urbana/hortas comunitárias” está presente no Eixo 1: Acesso aos alimentos. Desta forma, a agricultura urbana passou a ser um braço da política social do Fome Zero, fomentada pelo governo federal em conjunto com os governos municipais.

Como veremos a seguir, quando os programas e projetos de agricultura urbana partem de alguma política social dos governos (seja no âmbito federal, estadual ou municipal) ou de instituições oficiais (ONG's e agências internacionais) não há aprofundamento do debate em diversas questões, tais como a (des)organização do espaço urbano, o crescimento exacerbado das cidades, a especulação imobiliária e os espaços vazios, a própria existência da pobreza (quando esta população pobre não tem moradia, nem acesso aos serviços públicos, etc). Sabemos que a ideia destas políticas sociais não é pôr em debate tais questões porque isto significaria ter que mexer na estrutura social, política e econômica da sociedade de classes.

55 As experiências de agricultura urbana que ocorrem nestes dois países são importantes porque ocorrem num contexto de crise social: Cuba (1990) devido ao fim da União Soviética, com quem mantinha relações comerciais importantes e Argentina (2000) com a crise econômica no final dos anos 1990.

56 O Programa Fome Zero é “uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos [...]”. Que “articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam **superar a pobreza** e, consequentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.” [Grifo nosso] Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em 25/09/2013.

57 O Fome Zero possui 4 eixos de ações: Eixo 1: Acesso aos alimentos, Eixo 2: Fortalecimento da Agricultura Familiar, Eixo 3: Geração de renda e Eixo 4: Articulação, Mobilização e Controle Social. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-aco-es>>. Acesso em 25/09/2013.

Por outro lado, as práticas autônomas em agricultura urbana são um contraponto às práticas institucionalizadas, que também merece ser inserido nesta investigação, já que a partir destas experiências se tornou possível aprofundar determinadas questões que estão na base da sociedade atual, como aquelas acima citadas, bem como propor relações mais comunitárias e combativas nos seus diferentes processos de construção. Destacamos novamente dentre elas a South Central Farm (Los Angeles, EUA), a Huerta Orgázmika (Buenos Aires, Argentina), a Can Masdeu (Barcelona, Espanha) e a Casa da Lagartixa Preta (Santo André, Brasil).

Se no capítulo anterior demos ênfase às experiências práticas de agricultura urbana dentro de alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo, neste capítulo iremos discutir a agricultura praticada no espaço urbano a partir da perspectiva do envolvimento público, sem o qual alguns destes agricultores dificilmente se manteriam nesta atividade. É o caso, por exemplo, do município de Diadema, em que o poder público está envolvido em todo o processo, isto é, desde a limpeza dos terrenos até o suporte técnico e distribuição de sementes e adubo, fornecidos gratuitamente. Ao mesmo tempo que trazer ao conhecimento as práticas em agricultura urbana autônomas que estão encobertas, pois estas práticas ao optarem por não institucionalizarem, nos estimula a querer compreender como gerem-se e constroem esta prática. Entendemos que estas experiências, por serem também políticas, ao ocuparem terrenos particulares, organizarem-se em grupos de resistência, (re)construírem uma identidade local transbordada para outros lugares, ao construírem outras práticas políticas a partir da agricultura urbana, não recebem tanta atenção da mídia em geral ou de pesquisas e investigações acadêmicas.

3. 1. Agricultura Urbana e Políticas Públicas

O governo em todos os níveis, através das políticas públicas, visa criar um conjunto de ações e programas, para um determinado grupo social ou para todos, no sentido de tentar amenizar demandas e problemas sociais existentes nas mais diversas áreas como educação, saúde, assistência social, habitação, etc. Neste sentido, a prática da agricultura urbana vem sendo vista pelos órgãos públicos como forma de diminuir a pobreza, gerando renda e

assegurando alimentos (segurança alimentar) para esta parcela desfavorecida da população.

No Brasil, a partir do programa Fome Zero, foram realizadas diversas ações e políticas sociais, no sentido de promover a “redução da pobreza”. A promoção da agricultura urbana estava entre uma destas políticas.

No contexto internacional, pudemos encontrar dois casos de governos que tiveram envolvimento importante na promoção da agricultura urbana, a partir de políticas públicas. São os casos de Cuba e Rosário (município da Argentina), dos quais trataremos mais adiante.

3. 1. 1. Agricultura Urbana e Políticas Públicas no Brasil

No Brasil do início do século XX, a região central de São Paulo era abastecida com a agricultura praticada dentro da cidade e arredores (OLIVEIRA, 2010). Mesmo com a industrialização e a crescente urbanização, a agricultura praticada no interior do espaço urbano diminuiu mas não deixou de existir. A agricultura para o abastecimento da população foi sendo empurrada para a periferia do município de São Paulo (OLIVEIRA, 2010). Na Região do Grande ABC, por exemplo, até a década de 1970 existiam fazendas e chácaras que abasteciam, com algumas culturas específicas, os mercados de distribuição⁵⁸. Neste período, estas terras destinadas à agricultura sofreram com o crescimento da região, tendo sido loteadas. Ainda assim, atualmente, e com certa raridade, é possível encontrar casas – mais antigas – com quintais usados para o plantio de ervas medicinais, chás e flores para autoconsumo.

É importante salientar que o modelo de urbanização que constituiu-se conjuntamente à industrialização, e que proporcionou a consolidação do capitalismo como sistema hegemônico, engendrou diversas questões sociais. O acesso à terra se tornou privilégio de alguns e a permanência de pequenos agricultores e camponeses na terra difíceis. Além disso, o inchaço populacional dos centros urbanos de forma desordenada, principalmente nos países de terceiro mundo – o que inclui o Brasil –, resultou no agravamento de diversos problemas, como a dificuldade de acesso à moradia, aos serviços públicos e à alimentação.

Neste contexto vemos uma preocupação cada vez maior por parte de organizações supragovernamentais (como Banco Mundial e Organização das Nações Unidas) em relação

⁵⁸ Sobre isso encontramos duas reportagens no jornal Diário do Grande ABC. Estas reportagens estarão afixadas ao final desta dissertação, anexos 2 e 3.

aos problemas levantados acima, uma vez que isso deixa evidente a sociedade desigual que vivemos, ao tentar orientar os governos federais a maior intervenção no que diz respeito à diminuição da pobreza e, nesse sentido, o acesso aos alimentos é uma peça chave deste processo. Pois criar políticas públicas e programas sociais não exige transformações estruturais da sociedade. Não é necessário mexer na propriedade, para diminuir, aparentemente, a miséria social.

Para o governo brasileiro, sob o mesmo partido político desde 2003⁵⁹, a erradicação da pobreza se transformou em um “dever” social de suas gestões. Para tal objetivo foi criado pelo governo Lula, em 2003, o Programa Fome Zero, um programa que

articula políticas sociais com estados e municípios com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.⁶⁰

Desta maneira, a diminuição da desigualdade social é vista pelo governo federal como possibilidade a ser alcançada a partir do acesso aos alimentos. A ideia do Fome Zero é ser

uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.⁶¹

Diante desta perspectiva de diminuição da desigualdade social por meio do acesso aos alimentos foi criado, em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, por sua vez, criou a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), e passou a fomentar a agricultura urbana em âmbito local, por meio das prefeituras municipais.

O governo criou, ainda, uma coordenação específica para tratar da agricultura urbana, a Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU), onde está inserido o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (SISAN/MDS). Referido programa tem como

59 Tanto o anterior presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010), quanto a atual, Dilma Rousseff (2011–atualmente) pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT), que mantém uma mesma linha governamental.

60 Disponível no site do programa Fome Zero <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em 22/09/2013.

61 Idem.

objetivo

[...] apoiar e incentivar projetos estruturantes nas instâncias de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares. Visa resgatar a auto-estima de cidadãos produtivos e minimizar as desigualdades expressas na exclusão sócio-humana nas periferias das cidades, favelas e na condição de morador de ruas. Esta intervenção do governo favorece projetos que promovam a segurança alimentar e nutricional e que incluam o escoamento da produção de famílias urbanas e peri-urbanas agricultoras e beneficiadoras de alimentos, via comercialização de produtos alimentícios. (SESAN/MDS, 2007, p. 6)

Diversos mecanismos para a promoção da agricultura urbana, por parte do governo federal, vem sendo formulados desde 2006. Entre suas ações estão: 1) a abertura de editais de seleção públicas de projetos (que ocorreram em 2007, 2011 e 2012) destinados aos estados e municípios para a promoção da agricultura urbana, disponibilizando recursos financeiros aos municípios; 2) a criação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP's), no nível estadual, num total de doze distribuídos pelo Brasil⁶², segundo dados disponíveis no site do MDS⁶³. A ideia é que as CAAUP's sirvam como pontos de apoio aos agricultores urbanos, com o objetivo de dar assistência técnica e incentivar empreendimentos produtivos agroecológicos⁶⁴.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) defende que a agricultura urbana e periurbana é um

conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar

62 Segundo dados disponíveis no site do MDS, as CAAUP's estão localizadas nos estados da Bahia, Salvador - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Alagoas - Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (Ideral), Distrito Federal - Universidade de Brasília, Maranhão - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - MA), Maringá (PR)- Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), Minas Gerais - Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG), Piauí - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER-PI), Pará - Universidade Federal do Pará (UFPA), Paraná - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR), Rio Grande do Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Santa Catarina - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e São Paulo - Centro Paula Souza. Informações disponíveis em <<http://www.mds.gov.br/noticias/mds-inaugura-centro-de-apoio-a-agricultura-urbana-em-salvador>>. Acesso em 19/03/2012.

63 Sobre este assunto, é importante dizer que tentamos entrar em contato com o Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo, que funcionava no Centro Paula Souza, mas fomos informados de que o mesmo não estava mais ativo. Os funcionários informaram que o convênio com a dita instituição havia sido finalizado. Contato realizado em 10/04/2013.

64 Estes centros encontram-se ativos em Belém, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Joinville, Maringá.

produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais; cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.), e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (MDS, 2011, p. 4)⁶⁵

Muitas das categorias apresentadas acima pelo MDS estão descontextualizadas, o que torna impossível entender o que este Ministério está querendo expressar quando aponta para a “gestão urbana social e ambiental das cidades”. A questão que colocamos é de que a curto prazo estas ações podem, em certa medida, melhorar o acesso à alimentação, entretanto isso resulta numa melhoria da qualidade de vida no geral, já que os diversos problemas e contradições sociais, que inclui o acesso aos alimentos, não estão sendo colocados em debate.

Nos editais está claro que só podem participar da seleção pública estados e municípios (MDS, 2012, p. 4), tendo como beneficiários diretos “famílias pobres, agricultores urbanos e peri-urbanos, meeiros, arrendatários, desempregados; mulheres em condições de vulnerabilidade, jovens, idosos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e grupos organizados em cooperativas e associações” (MDS, 2007, p. 8). Como já dissemos, existe um forte controle por parte dos governos e, além disso, o governo federal, ao abrir os editais de seleção pública, coloca os municípios e estados como intermediários no que diz respeito ao acesso dos recursos para a agricultura urbana. Isto quer dizer que quem quer que se dedique a esta atividade não pode solicitar qualquer subsídio para atender suas necessidades, pois este depende de decisões, principalmente dos municípios. Para compreender os problemas e entraves que esse tipo de questão traz para a prática da agricultura urbana tomemos o exemplo da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), no município de São Paulo. Os agricultores associados compram sementes e mudas de terceiros para poderem plantar, alegando que com a muda pronta é mais rápida a produção. Para sair dessa situação eles queriam uma estufa para produção de suas próprias mudas, a qual seria de uso coletivo da associação mas eles, mesmo organizados em uma Associação não podem participar diretamente dos editais públicos do MDS, ação reservada às prefeituras e unidades

⁶⁵ Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais/2011/editais-2011-2/selecao-publica-de-projetos-de-agricultura-urbana-e-periurbana/arquivos/1edital-2011.pdf>>. Acesso em 16/03/2012.

federativas. Se fossem construir alguma estufa, isso teria que ser realizado contraindo um empréstimo bancário, ou com a contribuição dos associados⁶⁶, proposta por algumas das agricultoras que defendem a construção da estufa, dizendo que se deve agir e não ficar esperando um terceiro fazer alguma coisa. No entanto, essa proposta não foi aceita, porque alguns deles já acham o valor contribuído alto (no momento das entrevistas dez reais por família), então preferiam que a estufa viesse com o apoio de outros setores da sociedade. É importante dizer que a prefeitura de São Paulo mantém um Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no município – do qual falaremos mais adiante – e há certo esforço dos técnicos do programa em ajudar estes agricultores, mas este ainda é um problema não solucionado. Desta forma, esta dependência do dinheiro público centralizado na figura dos municípios, aparece como um entrave às necessidades dos próprios agricultores organizados.

3. 2. Agricultura urbana: Panorama brasileiro

No Brasil, a prática da agricultura urbana ganhou visibilidade e recursos públicos para sua promoção a partir de 2006, momento em que, de fato, passou a ser fomentada e expandida, tanto pelo governo federal, quanto por alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo – o qual falaremos mais adiante. Contudo, não podemos deixar de salientar, novamente, que hortas, roça e agricultores são encontrados, no espaço urbanizado, muito antes deste período. Prova disso é a pesquisa quantitativa promovida pelo MDS, em conjunto com o IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible e a REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, entre 2006 e 2007, que constata que as experiências de agricultura urbana mais antigas – com mais de 10 anos de existência – são aquelas em que a “sociedade civil, academia e setor privado”⁶⁷ estão envolvidos de forma independente, ou seja, experiências em que o poder público quase não se envolve, ao menos diretamente, são quantitativamente maiores (quadro 7).

66 Que já tem uma contribuição mensal de dez reais.

67 Por sociedade civil a pesquisa *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção – Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras* esta pesquisa entende as “iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas por ONG, OSB, movimentos sociais, **grupos de produtores e agricultores urbanos**, universidades e pelo setor privado, **na maior parte das vezes sozinhos**, mas em algumas situações também em parceria com o poder público” (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 16) [grifo nosso].

Quadro 7: Experiências de agricultura urbana promovidas pelo Governo Federal, Prefeitura e Governo Estadual e Sociedade Civil e Setor Privado

Tabela 7		Regiões Sul e Sudeste							
Promotor / Financiador	Total	Produção				Comercialização	Transformação	Serviços	Auto-consumo, troca e doações
		Veg.	Ani.	Ins.	Extr.				
Governo Federal	20	14	5	7	-	10	4	9	15
Prefeitura / Gov. Estadual	17	12	2	4	-	11	2	4	13
Sociedade civil e setor privado	40	26	3	7	1	24	9	19	15
Total	77	52	10	18	1	45	15	32	43

Fonte: Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção – Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras⁶⁸

Autor: LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 31.

Esta pesquisa, chamada *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção – Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*⁶⁹, tinha por objetivo a identificação e caracterização da agricultura urbana em onze regiões metropolitanas do país, chamando a atenção para a quantidade de experiências mapeadas nas nove Regiões Metropolitanas investigadas, mais de 600 entre o período citado anteriormente.

As 11 Regiões Metropolitanas pesquisadas (Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA)) desenvolvem uma intensa e muito variada atividade de AUP. Uma lista inicial foi elaborada identificando mais de 600 iniciativas, maioritariamente de produção com destino tanto ao ato do consumo como à comercialização. Destas, 160 experiências desenvolvidas em 52 municípios das regiões metropolitanas foram aprofundadas, incluindo tanto metrópoles (com mais de 2 milhões de habitantes), quanto municípios medianos e pequenos (com população entre 10.000 e 30.000 habitantes); com taxas de urbanização próximas dos 100% (apesar de haver municípios com taxas por volta dos

68 Disponível em <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em 14/03/2012.

69 Elaborado por Alain Santandreu (IPES/RUAF) e Ivana Cristina Lovo (REDE – IPES/RUAF), financiada por Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN e Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados – DPSD. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDAQFjAB&url=http%3A%2Fwww.redemg.org.br%2Farticle_get.php%3Fid%3D100&ei=HFtUUoj9LYTS9gTH4IGgCw&usq=AFQjCNFkmPIQ5IPOneVJ6yr4a7C01PIlgA&bvm=bv.53537100,d.eWU&cad=rja>. Acesso em 10/05/2012.

35%); e com níveis de pobreza relativamente altos (que, em alguns casos, chegam a 30%). (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 5).

Além da questão quantitativa das experiências de agricultura urbana, esta pesquisa também apontou diversos pontos qualitativos e, para isso, fez uso de diversos conceitos, ao fim pouco explorados, ao considerar, que a agricultura urbana é uma maneira democrática de constituir a cidadania e avançar na participação da “sociedade civil” para um Brasil melhor, promovida e apoiada pelo poder público.

Está certo que a prática da agricultura urbana tem se tornado, cada vez mais, para aqueles os agricultores que a pratica, uma atividade importante na questão de acesso aos alimentos sem agrotóxicos, hoje nicho de mercado, assim como uma forma de renda indireta, e direta também, mas a agricultura em si, isolada, não é por si só transformadora da sociedade.

Em trabalho de campo foi possível verificar a diversidade de objetivos com a horta, históricos familiares, local de onde vieram (campo ou cidade), se estão organizados em grupos ou isolados, o bairro onde vivem (bairros periféricos com serviços públicos limitados ou mais próximos ao centro), etc. E os governos (em todos os níveis) ao centralizarem o acesso aos recursos públicos, não consegue dar conta desta diversidade e mantém sob controle a utilização do recurso, definindo a forma com a prática da agricultura urbana se dará.

O MDS aponta que a agricultura urbana é uma maneira de promover a “participação democrática”, ao mencionar que “implementando e apoiando ações [de agricultura urbana] em articulação com as três esferas de governo e a sociedade civil, respeitadas as especificidades regionais, culturais e a autonomia do ser humano, e estimulando a participação democrática” (MDS, 2007, p. 5). Os autores dessa pesquisa, incorporando as ideias e concepções do MDS afirmam que esta atividade é "uma oportunidade de saída, democrática, participativa e construtora da cidadania, que necessita ser promovida e apoiada tanto pelo poder público como pelas organizações da sociedade civil preocupadas por um futuro melhor para o Brasil" (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 25). Entretanto, A democracia e a autonomia não podem estar restritas ao acesso a fomentos e programas sociais, pois a participação realmente democrática dentro da esfera governamental será sempre limitada. A real autonomia e a participação democrática [direta] só podem se realizar quando construídas pelos sujeitos envolvidos, constituída pela organização dos próprios agricultores.

Neste sentido, os autores fazem referência à autogestão ao citar os desafios da prática da agricultura urbana. Para eles, a necessidade de se

ter uma ação mais firme em termos de apoio à comercialização é unanimidade dentre os atores, que acreditam que o fortalecimento financeiro e econômico, aliado à busca pela **autogestão**, poderia levar várias iniciativas, como as hortas ligadas ao Programa Fome Zero e outras à superação do estágio inicial de produção basicamente para o autoconsumo (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 66-67). [grifo nosso]

Ao mesmo tempo em que consideram isso, contradizem seu discurso – de autonomia e autogestão⁷⁰ – ao apontarem que deve-se “fortalecer a institucionalidade e a normatização para o desenvolvimento da AUP [agricultura urbana e periurbana]” (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 77). Desta forma, podemos ver um discurso contraditório entre autonomia e institucionalidade, que de modo algum caminham juntos. A autonomia dos agricultores só pode ser potencializada se os agricultores urbanos se organizarem desde dentro, de forma independente. A autogestão, realizada a partir de sua própria organização, pode garantir um meio de conscientização política por parte destes agricultores, por exemplo ao solidarizarem-se com os problemas um dos outros, os quais, no espaço urbano, envolvem outras questões para além da atividade agrícola propriamente dita. Assim, não negamos a necessidade de políticas públicas para o pequeno agricultor da cidade – bem como para a agricultora camponesa –, porém, tais políticas devem garantir uma alternativa possível de continuidade destes sujeitos na terra e, antes disso, políticas que venha das demandas dos próprios agricultores, isto é, tenham como base as vozes e as necessidades dos agricultores da cidade e dos camponeses no campo. Da mesma forma, a autogestão não pode estar limitada à questão econômica, significando a gestão de um negócio por parte dos indivíduos. A autogestão tem um sentido e uma prática mais profunda daquilo que a pesquisa acima pretende expor. A autogestão está ligada à uma prática social e política de busca por autonomia e por organização horizontal e de apoio mútuo.

Os autores desta pesquisa, afirmam que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁷¹ aparece como alternativa de acesso ao crédito, enquanto

70 A partir da visão anarquista e sindicalista, autogestão significa “gestão direta dos trabalhadores”. Em geral a autogestão significa organização decisória horizontal e por meio de assembleias, autofinanciamento, sem subvenções dos governos ou de Ong's ligadas à governos, baseada na ideia de apoio mútuo e solidariedade entre as pessoas e grupos.

71 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criada pelo decreto Presidencial nº

incentivo para a agricultura urbana. Nas palavras dos autores “Com relação ao financiamento, é citado, em todas as regiões, a ausência ou dificuldade de acesso ao crédito, como por exemplo o Pronaf, pelos agricultoras e agricultores urbanos e periurbanos” (LOVO & SANTANDREU, 2007, p. 66). Atualmente, o Pronaf é uma política de crédito para o agricultor familiar rural, implementada em 1996 e retificada pelo governo Lula em 2006, a partir do Programa Fome Zero. A ideia central do Pronaf é a de combater as desigualdades sociais do campo, estimulando a “produtividade sustentável” da agricultura familiar. Encontramos diversas críticas ao Pronaf em dissertações e artigos, ao apontarem que esta política de crédito tende a inserir na agricultura familiar e camponesa os mesmos parâmetros produtivistas da agricultura capitalista, além de contribuir para o endividamento do agricultor e de sua família, nos casos em que não conseguem saldar a dívida. Pudemos verificar, nestes artigos, que os maiores beneficiários do Pronaf são os agricultores familiares rurais com maior estabilidade e que possuem renda anual relativamente alta (AQUINO, SCHNEIDER, s/d). Além disso, quanto maior a renda, maior o valor do empréstimo⁷². É importante enfatizar que o Pronaf é uma política de acesso ao crédito (empréstimo com prazos e juros diferenciados), isto é, é uma política de financiamento e, portanto, endividamento do camponês.

Já estivemos presentes em uma discussão sobre o acesso ao crédito do Pronaf como ponto de reivindicação para os agricultores urbanos no Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana, realizado em março de 2012, em Guarulhos, do qual trataremos com mais detalhes adiante. Neste Congresso era visível que esta discussão vinha enquanto reivindicação de cima para baixo, ou seja, era defendida principalmente pelos representantes das prefeituras municipais ou de Associações que mantinham alguma relação

1.946/1996, retificada pela Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País” (Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 16/07/2013). Atualmente o Pronaf está inserido no eixo 2: Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Programa Fome Zero.

72 Até 2006 os grupos beneficiários do Pronaf eram divididos segundo a renda anual, em “A”, “B”, “A/C”, “C”, “D” e “E”, em que os primeiros eram advindos da reforma agrária e os últimos com renda superior a 110 mil reais, segundo dados de 2007/2008 ((AQUINO, SCHNEIDER, s/d, p. 5). Após a resolução nº 4.107, de junho de 2012, os grupos, os grupos “C”, “D” e “E” foram extintos, criando outras categorias para o crédito como: Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos - Investimento, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte e Microcrédito Rural. Informações disponíveis em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 21/08/2013.

com vereadores dos municípios, mais do que pelos próprios agricultores urbanos. Pensamos que esta discussão – sobre o acesso ao crédito do Pronaf –, está ainda no início e exige muito cuidado e análise por parte dos agricultores urbanos, já que os principais afetados serão eles.

Se por um lado, o acesso ao crédito do Pronaf significaria o endividamento do agricultor urbano, por outro, o que garante a permanência de muitos agricultores nesta atividade é o apoio concedido pelas prefeituras municipais, ao fornecerem, em diversas ocasiões, sementes, adubo, água, apoio técnico, etc. Por outro lado, este processo é o que permite, também, o controle desta atividade por parte das mesmas prefeituras, pois cada prefeitura estabelece como será seu projeto ou programa de promoção à agricultura urbana, e dificilmente participam agricultores locais do desenvolvimento do programa/projeto. Pudemos encontrar no trabalho de campo tanto experiências interessantes que partiram da iniciativa dos municípios, quanto experiências em que a prefeitura recebeu a verba do edital público e pouco beneficiou os diversos agricultores urbanos que estão presentes no município. Outro fato que pode ocorrer também é a interrupção de iniciativas e programas em andamento quando da mudança do partido político na gestão de governo. Foi o que ocorreu no município de Santo André, por exemplo: até 2007, a gestão era do Partido dos Trabalhadores (PT), quem mantinha o “Programa de Hortas Comunitárias”⁷³. No entanto, nas eleições ocorridas no mesmo ano, foi eleito o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que parou de apoiar drasticamente as atividades do programa municipal. Mesmo com a volta do PT, em 2013 na gestão municipal, a programa ainda não foi retomado. Segundo relatos dos próprios agricultores que permaneceram nos terrenos, a falta de apoio da prefeitura levou muitos dos vizinhos, também produtores, a desistirem das hortas, pois a prefeitura deixou de disponibilizar isenção do pagamento da água, sementes, ferramentas (como mangueiras, enxadas, etc.), apoio técnico, realizava cursos de formação para os agricultores, etc. Este ocorrido nos mostra dois lados: 1) a debilidade da agricultura urbana quando dependente do poder público, resultando no abandono desta atividade por parte dos agricultores e 2) quanto mais independente e maior for a dedicação à atividade, mais certa está a permanência dos agricultores na produção agrícola.

Trabalharemos ainda, de forma mais aprofundada, o Fórum Metropolitano de

73 O “Programa de Hortas Comunitárias” não estava oficializado, ou seja, não tinha um decreto-lei institucionalizando tal programa. Fazia mais parte de uma política de governo, que caminhava em conjunto com a política nacional do Governo Lula.

Agricultura Urbana e Periurbana, que organizou o Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana em março de 2012 no município de Guarulhos, analisando o contexto em que surge e a que se propõe, bem como seus membros participantes e sua importância para consolidação dos fomentos disponibilizados à agricultura urbana se constituam dentro de uma política pública federal, e que sejam reconhecidos como produtores agrícolas.

3.3. Programa de agricultura urbana: as experiências dos Municípios de São Paulo e Diadema

Como temos assinalado, a prática da agricultura vem sendo há muito tempo praticada no espaço urbano e a Região Metropolitana de São Paulo não foge a esta característica. Além da vivência no lugar⁷⁴, ao realizarmos a primeira sondagem em campo nos deparamos com inúmeros agricultores e agricultoras nos diferentes municípios que compõem esta região. São agricultores que trabalham há anos na terra, e que compõem uma variedade enorme de envolvidos e envolvidas: aposentados, mulheres, jovens; com formas diversas de produção, indo desde o trabalho coletivo e caixa coletivo, até produção familiar, com apropriação individual de cada membro da família daquilo que é vendido; pessoas que encontraram um apoio, no caso da prefeitura, para cultivar a terra e deixar de adquirir esses produtos no mercado para economizar, até pessoas que cultivam sua horta há 20 anos e o fazem porque o trabalho na “terra significa vida”, como ocorre com alguns dos mais velhos.

Também pudemos encontrar, oficialmente, nove programas e projetos em agricultura urbana nos municípios de Diadema, Embú, Embú-Guaçu, Guarulhos, Osasco, Mauá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano, onde cada município estabelece suas diretrizes e departamento responsável pelo programa. O fato de a agricultura urbana não ter uma legislação comum, faz com que cada local (Município e Unidade Federativa) tenha suas próprias diretrizes. Em São Paulo a agricultura urbana está ligada à Supervisão de Abastecimento, em Guarulhos e Osasco ao Desenvolvimento Social e Economia Solidária, em Diadema, à Secretaria de Segurança Alimentar, etc. O que pudemos encontrar em comum é que todos estes municípios que promovem a agricultura urbana têm como gestor alguém do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas Prefeituras seguem a linha da política nacional do PT,

⁷⁴ Nasci, e ainda sou moradora do município de Santo André, o que me possibilitou acompanhar de perto as transformações ocorridas neste lugar.

ao promoverem as diversas diretrizes que constam no Fome Zero.

Desta maneira, é possível afirmar que a Região Metropolitana de São Paulo é rica em experiências em agricultura urbana, tanto no que diz respeito àquelas institucionalizadas, quanto as que ocorrem no âmbito mais independente.

3.3.1. São Paulo

O município de São Paulo é um dos que criaram, dentro da Região Metropolitana de São Paulo, legislação específica para a atividade da agricultura urbana. O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP, foi criado em 2004 pela Lei 13.727/04, Decreto 51.801/10, com o objetivo de apoiar e incentivar a agricultura localmente, bem como possibilitar alternativa de renda para as pessoas envolvidas na atividade. Segundo informações disponíveis na página da Prefeitura, os objetivos do programa são

[...] apoiar e incentivar a produção local, auxiliando na implantação de projetos de hortas (comunitárias, educativas, medicinais, de autoconsumo e com geração de renda), de criação de pequenos animais, de pomares e produção de plantas ornamentais. Os participantes acompanhados pelo PROAURP têm acesso à orientação técnica, agroecológica, ferramentas, sementes e outros insumos. (PMSP)⁷⁵

Segundo Gonçalves “a criação do PROAURP [...] consistia em organizar os Núcleos de Agricultura Urbana – NAU's – que tinham como intuito recuperar áreas públicas degradadas através da produção de canteiros de hortaliças” (2010, p. 41). Atualmente são 8 NAU's⁷⁶, que, conforme informações de Nadiella Monteiro da Supervisão Geral de Abastecimento de São Paulo (ABAST), em 2010 eram 180 hortas educacionais e para autoconsumo, e mais de 100 agricultores, em São Mateus e Paralheiros atendidos.

O que se destaca na legislação deste programa é a possibilidade de implementação de

⁷⁵ Informações disponíveis na página da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091>. Acesso em 20/02/2012.

⁷⁶ Núcleo Sul 1: territórios da subprefeituras de M'Boi Mirim e Campo Limpo Paulista. Núcleo Norte 1: subprefeituras da Freguesia do Ó, Perus e Pirituba. Núcleo Norte 2: subprefeituras Casa Verde, Santana, Tucuruvi, Jaçanã e Vila Guilherme. Núcleo Leste 1: Itaquera, São Mateus e Cidade Tiradentes. Núcleo Leste 2: Ermelino Matarazzo, Penha, Vila Prudente e Aricanduva. Núcleo Leste 3: São Miguel, Itaim Paulista e Guaianases. Núcleo Centro-Oeste 1: Butantã, Lapa e Pinheiros. Núcleo Centro-Oeste 2: Ipiranga, Mooca, Sé, Vila Mariana.

experiências de agricultura urbana em terrenos privados. De acordo com a legislação do PROAURP

Art. 1º

§ 2º - A implementação do programa se dará em áreas públicas e privadas do município.

[...]

Art. 4º - O Executivo cadastrará as áreas privadas compatíveis para a implementação do programa, com prévia concordância dos proprietários.

§ 1º - O Executivo poderá oferecer incentivo fiscal ao proprietário de terreno sem edificação ou com edificação que não comprometa a implementação do programa, com redução do IPTU (PMSP).⁷⁷

Entre os objetivos deste programa estão: combater a fome, incentivar a geração de renda, incentivar a venda direta do produtor, reduzir o custo dos alimentos para os consumidores de baixa renda, isto é, “tirar os participantes da condição de vulnerabilidade social em que viviam” (GONÇALVES, 2010, p. 41), pois “grande parte do público-alvo desse programa não possui empregos formais e vive nas áreas periféricas da cidade” (GONÇALVES, 2010, p. 41).

O programa viabilizou, entre suas ações, a criação das Casas da Agricultura Ecológica com intuito de dar suporte técnico aos agricultores. Nestas Casas ocorrem cursos de formação técnica com a promoção da agroecologia fortemente presente, cursos sobre o uso das plantas medicinais, jardinagem, etc.

O PROAURP, além de promover diretamente a criação de hortas comunitárias para autoconsumo e abastecimento local, também auxilia experiências já existentes, como é o caso dos agricultores organizados na Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), que recebem visitas técnicas periodicamente. Os técnicos auxiliam no estudo do solo, na liberação de terrenos junto à prefeitura, na disponibilização de adubo, neste momento, a partir da demanda dos agricultores, estão verificando a possibilidade de uso de uma estufa pertencente à Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Atualmente, a Prefeitura também liberou o uso de espaços públicos das praças para a prática da agricultura urbana, como são os exemplos das hortas presentes na praça do Ciclista na av. Paulista e a praça das Corujas, na Vila Madalena, como também liberou o uso de espaços públicos, como parques, para a comercialização direta dos produtos cultivados pelos

⁷⁷ Legislação do PROAURP disponível na página da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) em <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=13012004L20137270000>. Acesso em 15/02/2012.

agricultores. É o caso, por exemplo, da Feira do Parque do Carmo e da Feira do Parque do Ibirapuera, que ocorrem todos os sábados pela manhã.

Não obstante, a política pública não garante o incentivo e fomento por parte do governo a estas atividades. Algumas ONG's e associações vem construindo uma “Plataforma da Agricultura Orgânica da Cidade” e, entre suas reivindicações, está aquela de “transformar a ABAST (Supervisão Geral de Abastecimento de São Paulo) na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de São Paulo”⁷⁸ dando a ela orçamento próprio e independência para gerenciar a agricultura na cidade, pois atualmente, a ABAST é uma supervisão dentro da Secretaria das Subprefeituras”⁷⁹. Outro ponto citado é a substituição da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pela DAF (Declaração de Aptidão à Produção Familiar), que possibilitaria o acesso aos créditos diretamente por parte dos produtores, estejam eles no espaço rural ou urbano, onde já discutimos algumas questões relativas a esta mudança. Além disso, também reivindicam diversos pontos dentro das temáticas de apoio a produção e infraestrutura.

Ademais, cabe ressaltar que até o momento não foi concretizado o levantamento dos terrenos privados e públicos do município de São Paulo, como previsto no PROAURP. Segundo Machado

[...] A prefeitura chegou a desenvolver um relatório em parceria com o INCRA, por meio da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, em que foram listadas outras catorze áreas possíveis de se implantar a agricultura na Metrópole. Nos dados apresentados no Projeto Casulo – Agricultura Urbana (2004), resultante do convênio com INCRA⁸⁰ – Prefeitura, essas catorze áreas distribuídas entre São Mateus, Vila Prudente, Itaim, Mooca, Guaianases, Vila Mariana, Itaquera e Butantã contariam com mais ou menos 309 famílias trabalhando, somando em torno de 1.545 pessoas que seriam diretamente beneficiadas. O convênio, contudo, foi congelado desde o início de 2005 sem terem sido esclarecidas as causas de seu fechamento, emperrando um importante avanço que teria o programa do município. (*apud* GONÇALVES, 2010, p. 42)⁸¹

78 Quando da criação do PROAURP, a Prefeitura Municipal de São Paulo estava sob a gestão da Marta Suplicy (PT), seu mandato foi até dezembro de 2004, quando entra o novo prefeito eleito, José Serra, este, acaba com a SEMAB (Secretaria Municipal de Abastecimento), e cria a Supervisão Geral de Abastecimento de São Paulo.

79 A Plataforma de Apoio a Agricultura Orgânica da Cidade está disponível em <http://www.5elementos.org.br/5elementos/files/pdf/downloads/Plataforma_Agricultura_Organica.pdf>. Acesso em 20/08/2013.

80 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). [Nota nossa]

81 MACHADO, I. *Vivendo da terra em chão de concreto – Considerações acerca da agricultura na metrópole de São Paulo*. Trabalho de Graduação Individual apresentado no Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Desta maneira, podemos constatar, mais uma vez, a fragilidade das políticas públicas. Mesmo que oficializada pelos órgãos governamentais, a aplicação daquilo que está previsto em lei, ainda depende do governo e se não há grupos reivindicativos organização O tipo de política pública dirigida para a agricultura urbana, nos níveis federal, estadual e municipal, garante a dependência do produtor urbano por parte destes governos. Já citamos anteriormente que as experiências de agricultura urbana com maior tempo de existência são aquelas promovidas pela sociedade civil, fato que é corroborado pelo *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção – Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Além disso, durante nossa pesquisa de campo pudemos conhecer diversos agricultores urbanos que praticam esta atividade há mais de 20 anos, sem auxílio dos fomentos dos governos, agricultores com histórico de vida rural.

3.3.2. Diadema

O Município de Diadema, não diferente dos outros municípios da Região do ABC, possui hortas realizadas pela população há algum tempo, prática vista como uma forma de ter alguns alimentos usados no dia a dia, sem ter que comprá-los. Diadema tem uma particularidade, pois é um dos municípios mais populosos do país, são 12.536,99 habitantes por km² ⁸², em parte, resultado do processo de migração dos anos 1970. Para se ter ideia, atualmente, a prefeitura não dá autorização para construção de casas, apenas edifícios ou pequenos prédios. A ocupação do município ocorreu sem qualquer ordenamento, ao andar pela cidade, nos deparamos algumas das consequências dessa ocupação: moradias sem acabamento, ruas estreitas, etc. (imagem 13 e 14).

82 Dados retirados do Censo Demográfico do IBGE 2010. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351380>>. Acesso em 12/03/2013.

Imagem 13: Jardim Inamar, Diadema

Fonte: Ferramenta GoogleMaps. Acesso em 15/10/2013.

Imagem 14: Rua dos Sindicalistas – Diadema

Fonte: Ferramenta GoogleMaps. Acesso em 15/10/2013.

Dado este contexto, o governo municipal passou a incentivar a criação de hortas comunitárias e públicas no final dos anos 1980, mas é só a partir de 2003 que a agricultura urbana se torna uma política pública do governo municipal, tendo sido oficializada pelo Programa de Hortas Comunitárias e Educação Ambiental, lei nº 2.272/2003, decreto nº 5.875/2004. Em 2009 houve adequação da lei, estabelecendo o Programa de Agricultura Urbana.

A criação desta política pública fez com que o governo municipal pudesse receber verbas do governo federal para expandir a agricultura urbana como alternativa de renda para a população de Diadema. Em 2004 houve a primeira intervenção do município, que em convênio com o MDS, realizou uma capacitação em agroecologia e criou quatro hortas. Em 2007 o município também recebeu verba do edital público promovido pelo governo federal. Em 2009 criou a Secretaria de Segurança Alimentar onde o Programa de Hortas Comunitárias está inserido. Trata-se de um total de vinte e seis hortas: catorze hortas escolares, três hortas ocupacionais e nove hortas comunitárias.

Quase todas as hortas onde realizamos as entrevistas foram criadas pelo Programa da Prefeitura de Diadema. A criação de uma horta pode ocorrer de duas formas: por iniciativa da própria prefeitura ou por solicitação dos moradores do bairro.

Na maioria das hortas criadas pela Prefeitura é ela quem realiza grande parte do processo, isto é, desloca funcionários da frente de trabalho para a limpeza do terreno (retirada de entulho, pedras, etc) e preparação dos canteiros. A Prefeitura oferece ainda cursos de capacitação, instalação e isenção da água, sementes, adubo, etc. Alguns destes agricultores urbanos recebem também a renda cidadã⁸³ da prefeitura. Os terrenos utilizados são os da AES Eletropaulo (sob os linhões de transmissão de energia), da Petrobrás, UBS's e escolas municipais e estaduais.

No trabalho de campo encontramos hortas comunitárias em que cada participante pode ter dois canteiros cada⁸⁴, como na horta do Takebe, como também hortas maiores (média 300m²) como as da Vila Olinda em que uma família cuida do terreno todo, tiram parte de sua

83 “O Programa Renda Cidadã concede recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.” Retirado de <www.diadema.sp.gov.br/cidadao/guiadeservicos/147-p/1882-programa-renda-cidada.html>. Acesso em 12/03/2013.

84 Na horta do Takebe, cada membro da família pode ter 2 canteiros cada, pois o cadastro de interesse realizado junto à prefeitura é individual. Desta forma, uma família que tem mais membros cadastrados, podem ter mais de 2 canteiros. Ocorre também, como vimos, de pessoas desistirem dos canteiros e passam para aquele agricultor mais próximo.

renda mensal direta e indireta dali.

3.4. Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo

O Congresso Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana ocorreu entre os dias 20 e 23 de março de 2012, no município de Guarulhos, proposto pelo Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo e realizado por diversas prefeituras em conjunto com ONG's, associações e outros órgãos públicos⁸⁵. Este Congresso teve como objetivo aprofundar o debate acerca da segurança alimentar e da agricultura urbana, bem como construir uma carta de reivindicações a ser enviada ao governo federal. Sua programação contava com diversos momentos de apresentações dos projetos das prefeituras e de algumas associações de produtores. Foi interessante verificar como o debate está sendo posto pelas prefeituras, bem como pelas associações/cooperativas que mantêm estreita relação com suas respectivas prefeituras. O acesso Pronaf-crédito foi uma das questões e reivindicações colocadas ao discutir-se o Projeto de Lei proposto pelo deputado federal João Paulo Cunha (PT)⁸⁶, que propõe a ampliação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para os agricultores urbanos. Outra questão posta foi a inserção da agricultura urbana como política pública estabelecida por lei pelas prefeituras, o que em teoria garantiria a continuidade do programa ou do projeto de agricultura urbana, independente da mudança da gestão das prefeituras. No último dia de Congresso, os presentes foram separados em subgrupos de discussão, onde cada grupo deveria apontar uma debilidade e reivindicação da prática da agricultura urbana. Tais considerações seriam inseridas em uma carta a ser enviada para o governo federal em conjunto com o Projeto de Lei.

85 Entre as entidades organizadoras e apoiadoras estavam: Prefeitura de Diadema, Prefeitura de Embu das Artes, Prefeitura de Embu Guaçu, Prefeitura de Guarulhos, Prefeitura de Mauá, Prefeitura de Osasco, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Suzano, Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo, Movimento de Apoio de Agroindústria de Pequeno Porte – MAAPP, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB-SP, Associação de Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno - APAFA, Cooperativa de Agricultores Familiares de Guarulhos e Região – AGROVERDE, Colônia de Pescadores Z1- Capatazia de São Bernardo do Campo, Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo - AAO, Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH – USP LESTE, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Conselho de Alimentação Escolar de Guarulhos e ONG Cidade Sem Fome. Disponível em <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/17590>>. Acesso em: 14/08/2012.

86 Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores em 2008, reeleito em 2010.

Sobre este Congresso, do qual estivemos presente nos dias 21 e 22, foi possível constatar a baixa participação de agricultores e agricultoras urbanas. A presença de alguns agricultores foi possibilitada por algumas prefeituras que providenciaram o transporte. Nas palestras houve pouca participação dos agricultores, bem como nas discussões que aconteceram. Entre os que mais participaram, estavam os representantes das prefeituras e os líderes das associações e cooperativas. Tampouco foi aprofundada a discussão entre as políticas públicas e as políticas de endividamento dos agricultores. Ainda que estabelecida por lei, a continuidade de diversas experiências de agricultura urbana não pode ser garantida. Um exemplo disto é o PROAURP, no município de São Paulo. O programa, estabelecido em 2004 pela gestão PT foi, em certa medida, deixado em segundo plano pelo governo do PFL/DEM, entre 2006 e 2012.

A nossa crítica é que o Congresso e o Fórum Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana, organizado no plano dos governos, sem a forte participação dos agricultores urbanos deixou de aprofundar diversas questões que envolvem a própria prática e os próprios envolvidos, já que os problemas enfrentados por eles são grande, como pode ser observado no capítulo 2, e que foram pouco discutidos neste espaço.

3.5. Agricultura urbana no mundo

Como dissemos no início deste capítulo, as práticas de agricultura urbana podem ser encontradas em diversos locais ao redor do mundo, principalmente porque, atualmente, mais da metade da população mundial ocupa o espaço urbano, segundo dados da Organização das Nações Unidas (2011). Muitas destas experiências podem ser encontradas nos países do Terceiro Mundo, tanto de forma independente, quanto fomentadas por agências internacionais, como a Rede Internacional de Centro de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAF) e o IPES – Promoción del Desarrollo Sostenible, por exemplo. Estas agências focalizam suas ações, em especial, nos Continentes Africano, Asiático e Latino-americano, onde a condição de miséria e a desigualdade social se faz mais visível, principalmente porque nestas regiões e países existe, ainda há um número grande de pessoas que passam e/ou morrem de fome.

Segundo dados de Madaleno, em lugares como o Quênia da década de 1980, 62% das

famílias produziam parte dos alimentos que consumiam através da agricultura urbana, enquanto cidades na Ásia (Singapura e Bamako) já eram praticamente autossuficientes em relação à alimentação (2002). Isso ocorre porque a população pobre, ao buscar melhores oportunidades de vida nas cidades, muitas vezes, é colocada em condições ainda piores do que aquelas de onde vieram, o que os leva a buscar alternativas para viver e a agricultura acaba sendo uma das opções.

Dentre as experiências internacionais conhecidas mais importantes podemos citar Cuba e Rosário (Argentina).

3.5.1. Agricultura urbana em Cuba

Cuba é um dos exemplos mais emblemáticos quando se trata de agricultura urbana, pois é um dos países, proporcionalmente, com maiores experiências nesta prática. Estima-se hoje que a população cubana é pouco mais que 11 milhões de habitantes, sendo a população urbana de 8.463.054⁸⁷ habitantes. Destes moradores urbanos, existem aproximadamente **350 mil agricultores urbanos que cultivam mais de 70 mil hectares de terras**, contribuindo para a relativa autossuficiência alimentar do país (DUEÑAS *et. al.* 2009, p. 26)⁸⁸.

A agricultura é uma das atividades mais importantes em Cuba, especialmente após o fim da União Soviética. Tanto o governo, quanto a população, precisaram buscar alternativas para garantir o abastecimento alimentar interno. Este país, não muito diferente de outros países da América Latina, tinha, até meados de 1960, sua base na grande concentração de terras com monoculturas (cana-de-açúcar, tabaco e gado) voltadas à exportação, privilegiando esse tipo de uso da terra em detrimento da produção para alimentação (CRUZ, s/d., p. 334). O advento da Revolução Cubana, em 1956, transformou a estrutura fundiária do país, ao mesmo tempo em que consagrou a Revolução Verde (uso de maquinários, agroquímicos, etc). Esta revolução realizou a reforma agrária, distribuindo terras a particulares, às cooperativas coletivas e às *granjas del pueblo*, “para exploração pública feita por trabalhadores assalariados e administrada pelo Estado” (MARCOS; FABRINI, 2010, p. 79). Marcos e Fabrini (2010)

87 Dados retirados da Oficina Nacional de Estadística e Información, República de Cuba. Disponível em <http://www.one.cu/aec2011/esp/03_tabla_cuadro.htm>. Acesso em 20/09/2013.

88 Artigo disponível em <http://subscriptions.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=236813&a_id=211&a_seq=0>. Acesso em 14/05/2012.

apontam que a “exploração coletiva da terra (90%) favorecia a implantação de uma agricultura planificada, de escala e sobre bases tecnológicas avançadas, sendo a cana-de-açúcar o principal produto destinado ao mercado externo” (p. 81), ou seja, o sistema de cultivo promovido pelo Estado foi o de produção em larga escala de algumas culturas (como tabaco e cana-de-açúcar) com uso sistemático de fertilizantes químicos, herbicidas, combustível e equipamentos e máquinas importadas (MARCOS; FABRINI, 2010, p. 81). No que se refere aos insumos e maquinários necessários à agricultura cubana, todo ele provinha da URSS e dos países socialistas.

Entretanto, com os diversos embargos impostos pelos E.U.A. e o fim da União Soviética em 1989 – responsável por fornecer ao Estado Cubano créditos, produtos, maquinários, agrotóxicos e pela compra de grande parte de sua produção – ocorreram diversos problemas decorrentes de sua especialização no monocultivo e da consequente dependência do país à importação de alimentos, isso porque, apesar da alteração na estrutura fundiária, a agricultura convencional para exportação era privilegiada em detrimento da produção para o autoconsumo.

Deste modo, a população cubana passou a buscar alternativas para escapar a falta de alimentos, haja vista os problemas mencionados acima. agravada como apenas dito pelo embargo e pelo fim da União Soviética, expandindo por todo o território as experiências de agricultura urbana, já praticada por uma parcela da população para o autoconsumo (CRUZ, s/d., p. 339). A população passou a aderir, cada vez mais, ao plantio em seus quintais e em terrenos vazios, o resultado foi o envolvimento cada vez maior das pessoas e a consequente institucionalização desta prática por parte do Estado cubano, no sentido de ampliá-la e melhorá-la (CRUZ, s/d., p. 338).

Assim, o governo cubano criou, em 1994, o Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), atuando em conjunto com o Ministério da Agricultura e com diversos funcionários, especialistas e produtores de distintos ministérios e instituições (CASTELLÓN, s/d., p. 80). Em 1997 criou o Programa Nacional de Agricultura Urbana, dando continuidade às políticas de incentivo a esse tipo de produção, contando hoje com 28 subprogramas de produção e apoio para agricultura no espaço urbano (CRUZ, s/d., p. 338). A partir de 2000, com a evidente importância da prática da agricultura urbana em Cuba, a atividade passou a ser tratada no Plano de Ordenamento Territorial (CRUZ, s/d., p. 346). Essas políticas foram no

sentido de regulamentar o uso do solo urbano, assim como de regular e controlar a produção, que passou a ficar sob responsabilidade do Estado Cubano. Em lugares menos férteis o governo definiu a produção organopônica⁸⁹ e em solos mais férteis as hortas intensivas. Toda a produção agrícola urbana é orgânica ou agroecológica, além de existirem também algumas práticas da permacultura⁹⁰. Ao institucionalizar a agricultura urbana, o Estado criou diversos mecanismos de organização e coordenação destes produtores. De acordo com Santiago Rodríguez Castellón

El grupo ejerce influencia hasta el nivel de base a través de los grupos provinciales y municipales. Estos grupos territoriales están responsabilizados con la organización, el desarrollo y el control de esta actividad en su territorio. Entre sus actividades está presente la estrecha coordinación entre todos los organismos y factores que, de una u otra forma, se encuentran relacionados con la producción, el procesamiento y la distribución de alimentos en el perímetro de cada municipio y provincia, en primer lugar con el Poder Popular (CASTELLÓN, s/d., p. 80)

O governo passou a autorizar a ocupação e uso provisório de espaços livres e de propriedade estatal, para produzir alimentos em benefício próprio, criando-se as hortas populares (CRUZ, s/d., p. 341). Aqueles agricultores urbanos que usufruem dessa possibilidade devem repassar 10% de sua colheita para o Estado, que a direciona para escolas e creches. Passaram a produzir arroz popular, plantas medicinais e condimentos secos, frutas, criar animais (galinhas, patos, gansos, porcos), matéria orgânica, sementes, alimento animal, além de plantas ornamentais e flores, tudo de forma orgânica, sem uso de grandes maquinários e insumos químicos (CASTELLÓN, s/d., p. 87-88).

Foram vários os benefícios alcançados para a população quanto à alimentação. Além da produção para o autoconsumo ter sido ampliada – a partir da ampliação e variedade dos cultivos –, a relação produção-consumidor passou a ser direta, ou seja, através de mercados locais. Houve também certa mudança de hábito alimentar no que diz respeito ao consumo de frutas e vegetais, garantia da fonte de renda para diversos agricultores, a incorporação de

89 A técnica organopônica consiste em abrir valas em solos com baixa fertilidade, preenchê-las com terra e matéria orgânica, protegê-las com diferentes materiais, e usá-las então como viveiros e sementeiras.

90 A permacultura é um método para planejar, atualizar e manter sistemas jardins, hortas, vilas, aldeias e comunidades a partir de uma cultura permanente, que envolve os campos da ecologia, do social, econômico e cultural, utiliza-se de práticas de comunidades e culturas tradicionais. Foi desenvolvida por Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970, baseando-se no modo de vida integrado à natureza das comunidades aborígenes tradicionais da Austrália.

novos produtores e melhoramento do ambiente da cidade.

Pela gravidade da situação que a população cubana foi impelida a viver, foi necessário encontrar outros meios para escapar da fome. A prática da agricultura foi o meio pelo qual muitos moradores do espaço urbano cubano continuaram garantindo a alimentação necessária para si e suas famílias. A partir de uma prática popularizada, o governo cubano teve o papel de institucionalizar esta atividade, e o fez ampliando a prática da agricultura urbana para todo o território, disponibilizando o uso dos terrenos vazios, bem como tentando organizar os produtores. Cuba, hoje, é uma referência em agricultura urbana, tanto na questão social, de alternativa da população para buscar a soberania alimentar; quanto na questão técnica, pois tiveram que desenvolvê-la na medida em que as terras começaram a cansar devido ao uso intensivo do solo (foto 19 e 20)⁹¹. É importante dizer que atualmente⁹², são pelo menos 350.000 agricultores urbano, que cultivam aproximadamente 70.000 hectares de terra (DUENÃS *et. al.*, 2009, p. 26).

Foto 19: Agricultora urbana em Cuba

Fonte: Página Cuba Debate⁹³

Autor: Desconhecido

91 <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/08/20/reanima-cuba-los-huertos-urbanos-fotos/>>

92 Segundo dados de 2009, publicados na revista Leisa Revista de Agroecologia. Vol. 25. Setembro de 2009. Disponível em <[http://subscriptions.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p\[_id\]=236813](http://subscriptions.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p[_id]=236813)>. Acesso em 20/07/2013.

93 <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/08/20/reanima-cuba-los-huertos-urbanos-fotos/>>

Foto 20: Agricultura urbana em Cuba

Fonte: Página Cuba Debate⁹⁴
Autor: Desconhecido

3.5.2. Agricultura urbana em Rosário (Argentina)

O município de Rosário, na Argentina, também tem importante experiência de agricultura urbana existente na cidade desde meados da década de 1980, impulsionadas, também, pela crise vivida no país no final dos anos 1980, a qual teve como consequência o aumento do índice de inflação. Neste momento a cidade de Rosário foi deveras afetada, com a

94 <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/08/20/reanima-cuba-los-huertos-urbanos-fotos/>>

estagnação das exportações agrícolas e falência de muitas indústrias, gerando desemprego em massa e aumento da pobreza. Esse processo foi agravado com a crise econômica dos anos 2000, onde pudemos verificar que o índice de desemprego chegava a quase aos 19% da população. Neste contexto, a prática da agricultura urbana ganhou destaque ao se transformar numa alternativa frente aos problemas decorrentes da crise. Tal foi a importância que esta prática foi atingindo que ela foi incorporada ao plano urbano da cidade, passando a compor o Plano Diretor Municipal (da Secretaria de Planejamento), a partir de 2003 com o projeto "Otimização do uso de espaços vazios para AU [agricultura urbana]"⁹⁵.

Um dos incentivos econômicos utilizados pelo município para estimular a expansão da agricultura urbana foi promover a isenção de impostos aos proprietários de terrenos urbanos que os cedessem, quando vazios, para a produção agrícola (RUAF, 2006, p. 2006 *apud* COUTINHO, 2007, pg. 32). Outro projeto de incentivo à prática da agricultura no espaço urbano foram os bairros produtivos. De acordo com Terrile (*apud* Coutinho, 2007)⁹⁶

Esse programa foi associado aos projetos habitacionais destinados a pessoas carentes. Criaram-se diversos espaços nos bairros: “praça produtiva, rua produtiva, parques – hortas, hortas didáticas, onde um processo participativo possibilitou a legitimação destes espaços pela comunidade”. (p. 32)

A capacitação em relação à agricultura é oferecida pelo município, que além da produção propriamente dita (hortas produtivas orgânicas, produção e manejo sustentável de plantas aromáticas e medicinais e reciclagem de resíduos) incorporou, também, questões sociais como: economia solidária, associativismo, organização comunitária, consumo ético, solidário, construção de redes⁹⁷. Segundo dados disponíveis no site do Município de Rosário, a prática da agricultura urbana conta com 640 hortas para o consumo familiar e comunitário (inclui terrenos vazios, praças e parques), 140 hortas que comercializam em feiras, 5 feiras semanais localizadas em praças públicas e uma agroindústria de transformação de produtos. A produção também é baseada na agroecologia ou na produção orgânica, ou seja, sem uso de

95 Em parceria com o Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU/ALC), do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), o Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (CIID/IDRC) do Canadá e o IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

96 TERRILE, Raúl. Texto temático Módulo 1, A agricultura urbana no planejamento territorial das cidades. In: *Curso-Oficina-Planejamento e implementação multi-atorial de políticas e programas de ação em Agricultura Urbana*. Programa Cidades Cultivando para o Futuro, IPES, HUAUF. Belo Horizonte, Brasil, 2006.

97 Dados retirados e disponíveis na página do Município de Rosário. Disponível em <http://www.rosario.gov.ar/sitio/desa_rrollo_social/empleo/agricul.jsp>. Acesso em 15/03/2012.

agrotóxicos. As feiras livres se tornaram importantes pois eliminam a necessidade dos atravessadores na relação produtor-consumidor (fotos 21, 22, e 23)

Foto 21: Horta no Parque La Tablada, Rosário

Fonte: Municipalidad de Rosário <www.rosario.gov.ar>. Acesso em 13/08/2013.

Foto 22: Família de Agricultores urbanos de Rosário

Fonte: Flickr <<http://www.flickr.com/photos/binner/28056356/>>. Acesso em 13/08/2013.
Autor: Desconhecido

Foto 23: Feira Livre no parque em Rosário

Fonte: Municipalidad de Rosário <www.rosario.gov.ar>. Acesso em 13/08/2013.

Estas experiências tem sua importância em momentos de crise econômica já que os mais afetados num momento destes é a população pobre, que sofre as consequências, mas também criam soluções. A agricultura urbana, desta forma, é utilizada para suprir um problema fundamental que é a alimentação, e recebe grandeza maior ao expandir-se com o apoio e fomento dos governos e do Estado. No entanto, à esta expansão, via governos e Estado, agrega-se a institucionalização da atividade.

A alimentação e a terra/solo, em nossa opinião, são alguns dos principais pilares de reprodução do capitalismo e deveria constar nas lutas anti-capitalistas. Não é por acaso que dia após dia vemos crescer o distanciamento entre produtor e consumidor, o maior uso de agrotóxicos nos plantios, o controle por parte do Estado de entrada e saída de sementes crioulas, o desenvolvimento científico de plantas transgênicas, o controle da agricultura camponesa e familiar, que poderíamos aqui citar muitas outras questões. Por isso, nossa constatação é que quanto mais institucionalizada uma experiência, que começa de forma independente, menos contestatória e combatente vai se tornando.

Tomar conhecimento das experiências institucionalizadas são relevantes para podemos vislumbrar a possibilidade e a capacidade que uma prática como agricultura e hortas urbanas podem adquirir no âmbito territorial, quando massificadas, e claro, oferecer uma alternativa para a população para não haver fome generalizada.

Noutro sentido, as experiências autônomas em relação ao mercado capitalista e ao Estado, constroem uma vivência, também, política. Essas experiências são ainda mais importantes porque elas trazem a luz outras formas de organização e prática da agricultura urbana para além da questão alimentar, problematizando a propriedade privada da terra, destacando as culturas ligadas a terra e a um modo de vida não-capitalista, fazendo frente a problemas sociais e ambientais nos seus locais de ação. Por isso, destacamos algumas experiências autônomas como forma abrir nosso campo de visão para outras possibilidades e outros caminhos que podem ser percorridos quando se quer construir um outro mundo.

4. PRÁTICAS AUTÔNOMAS DE AGRICULTURA URBANA

As experiências em agricultura urbana não se limitam ao âmbito institucional, dos fomentos e do controle por parte do Estado. Temos conhecimento de diversas experiências que aconteceram e, atualmente, se mantem à margem da institucionalidade. Isso ocorre porque estas experiências mesclam à ação política a necessidade de segurança da reprodução da vida, já que o capitalismo garante a desigualdade social.

Estas experiências autônomas se tornam políticas na medida em que questionam valores da sociedade capitalista, como a propriedade privada, a concentração e acesso à terra, acesso a alimentos sem agrotóxicos – que hoje constituem nicho de mercado, vendidos a preços altos nos mercados e feiras de orgânicos. Ao preservarem essa independência frente aos governos, não ficam vulneráveis às suas políticas sociais, nem ficam dependentes dos programas e editais, de suas decisões e controle. São experiências que mantêm sua autonomia por princípio, motivo pelo qual sofrem com a repressão dos governos.

As experiências autônomas com agricultura urbana, apesar de pouco conhecidas e pouco divulgadas, são importantíssimas porque revelam uma alternativa ao modo de vida urbano. Estas experiências reúnem uma parcela da população desfavorecida, a população imigrante, indivíduos que mantêm uma visão política mais definida (anarquista) e estão sendo realizadas em terrenos ocupados. São experiências fortalecidas pelas crises econômicas, como também, pela necessidade de se conseguir viver no espaço urbano, constituindo-se enquanto criação e resistência destas populações.

A independência preserva o gérmen da autonomia⁹⁸. Como veremos, esses sujeitos que vivem no espaço urbano, a partir da autonomia e da ação política, constroem-se enquanto *huerteros y huerteras*⁹⁹ agricultores, recuperando tradições populares de suas famílias, buscando, também, conhecimentos com base na agroecologia e permacultura. É o caso, por exemplo, da *South Central Farm*, em Los Angeles, E.U.A. Outras experiências problematizam as questões decorrentes deste urbano constituído com o capitalismo elegendo a ocupação e a agricultura urbana como prática de outra forma de se apropriar dos lugares no espaço urbano, além de recuperar e recriar os vínculos próximos e de vizinhança a partir da produção de alimentos realizada de forma coletiva, como os casos da *Huerta Orgásmika*, em Buenos Aires, Argentina e da *CanMasdeu*, em Barcelona, Espanha. A *Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”*, tem uma horta no quintal de seu espaço enquanto ação política de

98 Entendida por Cornelius Castoriadis, a grosso modo, como conhecimento de si e do todo em ação.

99 Como costumam se definir. Horticultores e horticultoras em português.

transformação cotidiana e social. Cotidiana ao buscar na agricultura e nos conhecimentos tradicionais maneiras de ter menos presente sem suas vidas relações mediadas pelo dinheiro; e social porque outras pessoas e espaços são também envolvidos, dentro e fora do espaço. Por isto, não é uma experiência que encontra-se isolada, diversas pessoas e vizinhos vem se aproximando do espaço através da proposta da horta comunitária, os membros do espaço já foram procurados por escolas, creches e grupos autônomos para colocar em discussão a produção de alimentos, hortas e saúde desde uma perspectiva política.

Por esta especificidade da ação política é que daremos atenção a estas quatro experiências, já citadas, que foram, e ainda vão, além da produção dos alimentos nas cidades, por terem tem uma visão e ação para além da produção de alimentos ao trazer para o campo político problemas dos espaços urbano e rural, como as relações mediadas pelo mercado, a relação da alimentação com a saúde, a especulação imobiliária e a propriedade privada da terra, a luta por permanecerem em seus locais e a construção de outras pautas em conjunto com movimentos sociais, etc.

4.1. South Central Farm (Los Angeles, E.U.A)

A *South Central Farm*, também conhecida como *South Central Community Garden*, foi uma experiência de horta urbana localizada no setor sul de Los Angeles, Califórnia (E.U.A.)¹⁰⁰, área residencial e industrial (imagem 15), entre os anos de 1994 e 2006, quando as pessoas envolvidas nesta horta foram desalojadas.

A população do setor Sul havia sofrido uma grande mudança demográfica nos últimos trinta anos, de moradores predominantemente afro-descendentes passou a uma maioria latina, principalmente originária do México¹⁰¹, dada a crescente imigração de pessoas daquele país para os EUA.

¹⁰⁰ É importante dizer que existem mais de 15 mil hortas comunitárias organizadas e mais de 1 milhão de jardineiros/as nos EUA, a maioria dos envolvidos/as nas hortas são de origem latina-americana (PEÑA, 2006).

¹⁰¹ São imigrantes e descendentes originários de Chiapas, Oaxaca, Guerrero, Michoacán, Zacatecas, etc.

Imagem 15: South Central Farm e arredores. A direita área industrial do Setor Centro Sul, a esquerda área residencial.

Fonte: NASA¹⁰²

O terreno onde se formou a *South Central Farm* era ocupado por 350 famílias moradoras do bairro, medindo aproximadamente 5,5 hectares. Ali eram cultivados entre de 100 a 150 espécies de plantas, sob a forma de plantio agroecológico. Cultivavam espécies da herança mesoamericana que não eram encontradas em lojas de comércio para venda, muitas das quais consideradas “daninhas”¹⁰³, mas que preservavam forte relação com sua cultura de base indígena e camponesa, além do significado espiritual.

A história do bairro (setor Sul-Central) e do terreno, ocupado pela *South Central Farm*, é complexa, tem um histórico de movimentação comunitária forte. Seus moradores, até final da década de 1980, era, de uma grande maioria, negra, e, a partir desse momento, passou a ser ocupado, majoritariamente, por imigrantes latinos. Na década de 1980 a Prefeitura de Los Angeles queria construir um incinerador de lixo municipal, então, devido ao interesse público neste terreno, o município comprou o terreno compulsoriamente, de seu dono, Ralph Horowitz¹⁰⁴, por cinco milhões de dólares. Entretanto, a insatisfação e organização da

102 Retirada de <http://en.wikipedia.org/wiki/File:South_Central_Farm_NASA_1.png>. Acesso em 14/03/2012.

103 As chamadas “ervas daninhas”, são em grande maioria plantas espontâneas, que crescem da terra sem terem sido plantadas. Muitas delas têm propriedades medicinais e terapêuticas, e outras são comestíveis.

104 Acionista majoritário da Alameda-Barbara Investment Company, atuante no setor imobiliário.

comunidade fez com que este incinerador nunca fosse construído¹⁰⁵. Em 1992 iniciou-se um motim neste bairro contra a libertação de quatro policiais que haviam espancado um jovem negro. Foram três dias de motins, 53 mortes, mais de quatro mil feridos e um bilhão em prejuízos para proprietários e município. Desta forma, tanto a prefeitura como ONG's locais começaram a buscar maneiras de recuperar o bairro, o que levou o Banco de Alimentos do bairro a propor ao município de Los Angeles a concessão do uso gratuito do terreno do bairro do Setor Sul-Central para cultivo e produção de alimentos por parte dos moradores do bairro, sendo aprovada pelo município. A partir de 1994, os moradores, em grande maioria imigrantes mexicanos, passaram a cultivar e a produzir na terra (imagem 16).

Imagem 16: Terreno da South Central Farm em 1994

Fonte: Retirado do programa Google Earth (aplicativo de fotos antigas). Acesso em 14/04/2012.

Em 2002 o antigo proprietário entrou novamente com pedido na justiça para reaver estas terras, justificando que queria construir galpões de armazenagem. Foi então que os

¹⁰⁵ Desde que a comunidade parou a construção do incinerador, o antigo proprietário, Ralph Horowitz por três vezes, em 10 anos, tentou recuperar estas terras, sendo as três vezes negadas, por razões nunca divulgadas pela Câmara Municipal.

huerteros e huerteras, como se reconheciam, se organizaram¹⁰⁶, dando origem, de fato, à *South Central Farm*. Neste mesmo ano, o município de Los Angeles, a portas fechadas, vendeu o terreno a Ralph Horowitz, pela mesma quantia de 5 milhões de dólares, pagas na década de 1980. A primeira reintegração de posse data de 2004, quando a horta urbana estava em pleno funcionamento (fotos 24 e 25).

Foto 24: Terreno da South Central Farm em 2006

Fonte: Retirada de <<http://chroniclesoftimes.com/south-central-farm-la/>>. Acesso em 14/04/2012.

Autor: Lane Barden

¹⁰⁶ Até 2003 não havia a *South Central Farmers* enquanto organização. Eram apenas moradores do mesmo bairro, imigrantes, muitos deles ilegais, que se (re)criaram como *huerteros y huerteras*.

Foto 25: Visão mais ao solo da South Central Farm em 2006

Fonte: Retirada de <<http://blog.archpaper.com/wordpress/archives/1534>>. Acesso em 14/04/2012.

Em 2006, o judiciário de Los Angeles deu causa ganha para o antigo proprietário. A partir deste momento a luta dos *campesinos* da *South Central Farm* contou com o apoio de muitas pessoas, ativistas, cantores e cantoras, atores e atrizes famosas¹⁰⁷. Essa comoção fez com que o proprietário apresentasse uma proposta de preço para venda do terreno de 16,3 milhões de dólares, que os *huerteros* da *South Central Farmers* tinham que arrecadar em 2 meses. Sete dias restantes para o despejo eles haviam logrado juntar 490 mil dólares. As duas principais lideranças dos *huerteros* (Tezozomoc e Rufina) se encontraram com a Fundação Annenberg¹⁰⁸ que propôs completar o valor que faltava para a compra do terreno. Ralph Horowitz, proprietário do terreno, se negou a vendê-lo e em junho de 2006 a reintegração de posse foi feita, sendo destruídos todos os cultivos, árvores e o que mais havia. O terreno ficou na terra batida e continua assim até os dias atuais (imagem 17). Por algumas divergências de organização, o grupo acabou se dividindo em dois: uma parte aceitou a oferta da prefeitura de Los Angeles, de concessão de algumas terras sob os linhões de transmissão de energia, e o outro grupo, que não aceitou tal oferta, continuou sendo denominado de *South Central Farm* e

107 Danny Glover (ator), Zack de la Rocha (vocalista do Rage Against the Machine) e Joan Baez (cantora de folk) são alguns deles.

108 Associação para constituição e defesa de espaços públicos.

usou parte do dinheiro arrecadado para comprar uma parcela de terras na parte rural de Los Angeles.

Imagem 17: South Central Farm após a reintegração de posse. O terreno encontra-se deste modo até os dias atuais

Fonte: Ferramenta GoogleMaps. Acesso em 15/04/2012.

A declaração de Ralph Horowitz, proprietário do terreno, na época foi:

Ainda que tivessem angariado 100 milhões de dólares, esse grupo não poderia comprar esta propriedade. Não é questão de dinheiro. Não gosto da causa deles, não gosto da conduta deles. Não a venderia por preço algum. Aonde leva esse tipo de mentalidade, de que 'eu lhes devo'? No que isso ajuda os Estados Unidos? Todo mundo diz: 'Você me deve'. É bom para o nosso país, que todos devam e ninguém tenha obrigações? Não vejo dessa forma. O que deveriam dizer aos contribuintes de Los Angeles e a mim é: 'Este é um país muito amável. Muito obrigado por nos deixarem ter estes jardins. Obrigado, obrigado, obrigado!'.¹⁰⁹

Os *huerteros* e *huerteras* do bairro Setor Sul-Central se organizavam de forma horizontal e em assembleias (foto 26), criaram seus próprios acordos coletivamente, ainda que as lideranças, Tezozomoc e Rufina, tivessem certa referência e peso político, por terem boa retórica e serem bons oradores. Eram essas lideranças que estavam à frente das negociações

109 Disponível no documentário *The Garden* (O Jardim – 2008).

em relação ao terreno. A questão política sempre esteve presente entre os agricultores urbanos da *South Central Farm* – um de seus participantes era o diácono Alexander, ex-Pantera Negra¹¹⁰. Josefina, uma das *huerteras* disse no processo judicial que “*os governos nós fazemos nós mesmos, pois somos nós que pagamos seus salários*”. Um dos cartazes colocados nas cercas da *South Central Farmer* era “UM PROJETO DO POVO E PARA O POVO”. Tinham, não podemos afirmar que todos, consciência da importância da terra para a vida. Josefina logo após o despejo disse: “*Para mim é a história da vida, porque sem terra não somos nada. O que somos sem a terra? Tente plantar algo no cimento e você não vai ter nada. É a vida simplesmente, é a vida!*” Um outro *huertero* dizia que a maior herança que seu pai havia deixado era trabalhar a terra. Sabia-se, e os *huerteros* também o sabiam, que “a sobrevalorização do espaço urbano para fins comerciais e industriais era a causa mais profunda deste conflito” (PEÑA, 2006, p. 10).

Foto 26: Assembleia dos *huerteros* da South Central Farm

Autor: Jonathan McIntosh

110 Grupo político de proteção à comunidade negra dos EUA, principalmente nas periferias, contra a violência policial, originado em 1966. Era um grupo revolucionário, que lutava pela garantia dos Direitos Civis para negros e pobres. Além da defesa das comunidades, os Panteras Negras também mantinham escolas de formação política e treinamento de artes marciais para crianças e jovens, um programa de segurança alimentar para famílias mais pobres e defendiam a isenção de impostos e um projeto de reparação pelos séculos de exploração, humilhação e genocídio da população negra. Foram reprimidos pelo Estado, sendo presos e mortos ao longo da década de 1970 e início de 1980 quando acabou.

111 Retirado de <http://en.wikipedia.org/wiki/File:South_Central_Farm_51.jpg>. Acesso em 12/03/2012.

Os *huerteros* do *South Central Farm*, para além do plantio que assegurava seu acesso à alimentação saudável e remédios naturais, criaram e recuperaram o laço de identidade de comunidade local e de sua origem. Na concretude da cidade que isola, construíram uma experiência para além da dependência de fomentos e decisões por parte do governo. Foi uma experiência autônoma, de auto-organização e recuperação de suas raízes culturais tradicionais, onde a posse e uso da terra era comunitária, e os valores da solidariedade e da ajuda mútua foram sendo reconstruídos. O lugar a que foram colocados na sociedade urbana americana, o de trabalhadores imigrantes pobres, engendrou a resistência. A garantia da existência destes *huerteros y huerteras* urbanos como seres humanos passou pela recuperação das tradições familiares concomitantemente à sua construção enquanto sujeitos políticos. Ao grito de “Terra e Liberdade” proposto por Emiliano Zapata na Revolução Mexicana de 1910, lutaram comunitariamente pela terra e por manter-se nela, contra a especulação imobiliária e também contra a discriminação, por serem imigrantes.

Peña¹¹², que esteve no local catalogando as diferentes espécies de plantas ali presentes, encontrou diversas atividades que visavam e retomavam a cultura e a tradição de grande parte dos *huerteros*, como por exemplo, festivais de colheita. A própria assembleia era o local de encontro e formação política. Assim, Peña afirma em seu artigo que

o jardim é uma expressão comum do poder político de uma comunidade que se afirmou através da procura de espaço para apoiar as famílias locais, incentivando o convívio, a mistura de gerações e etnias, e, portanto, a reprodução do original, bem como a identidade, formações e práticas culturais através do conhecimento do lugar. (PEÑA, 2006, p. 06) [do inglês, tradução livre]¹¹³

Uma das lideranças do *South Central Farm*, Tezozomoc, que tem proximidade com as ideias anticapitalistas e anarquistas, em entrevista à revista Clamor Magazine¹¹⁴ disse

Meu desafio é as pessoas questionarem esses fundamentos, questionar sua visão de mundo. Uma vez que você pode fazer isso, você terá uma chance de lutar. Porque a primeira pergunta que sai da boca de um jornalista é [sobre] "direitos de propriedade"? Por que isso irrita tanta gente? Particularmente

112 Retirado do artigo *Farmers Feeding Families: Agroecology in South Central Los Angeles* por Devon G. PEÑA, apresentado no National Association for Chicana and Chicano Studies. Disponível em: <<http://www.josealamillo.com/keynotespeech.pdf>>. Acesso em 05/06/2012.

113 Original em inglês, tradução livre.

114 Retirado de <<http://clamormagazine.org/issues/36/people.php>>. Acesso em 05/06/2012.

nesto continente, por causa da luta pela terra. Precisamos fazer essas perguntas fundamentais.¹¹⁵

O acesso àquela terra e a criação da *South Central Farm* pelos *huerteros* foi necessário para trazer à luz as anteriores práticas provenientes da herança familiar. A herança tradicional mexicana, indígena e camponesa, ganhou novo território, não apenas porque estes agricultores passaram a plantar, mas porque, este processo criou a mobilização e existência deles enquanto sujeitos políticos. Neste sentido, o lugar reterritorializa-se. O lugar vazio, homogêneo, ganha vida na diversidade e na solidariedade, na construção comum das pessoas enquanto seres políticos capazes de mudar e reconstruir o lugar a partir do seu reconhecimento no outro.

4.2. Huerta Orgázmika (Buenos Aires, Argentina)¹¹⁶

A crise econômica que atingiu a Argentina em fins de 2001, além dos problemas econômicos, gerou e fortaleceu práticas políticas autônomas, bem como movimentos de resistência, concretizando-se nas assembleias populares de bairro¹¹⁷. Assinala Javier Walter Ghibaudi

Seus membros são vizinhos sem maior organização prévia e identificáveis como pertencentes a um estrato social “médio” – em relação a seu nível de renda. Formam-se, num primeiro momento, para coordenar a realização de reivindicações diante do poder público – principalmente ante o confisco recente de depósitos bancários. Logo, vão ganhando em formalização e passam a se ocupar de outras demandas mais ligadas ao âmbito local mais restrito – ajuda a refeitórios comunitários, fornecimento de serviços de saúde, etc.

Os caminhos encontrados para enfrentar a crise foram vários: ocupações de fábricas, tanto para colocá-la para produzir quanto para moradia, movimento dos piqueteiros¹¹⁸ – que

¹¹⁵ Original em inglês, tradução livre.

¹¹⁶ Origem do nome Huerta Orgázmika: “Se le dio el nombre de “Orgázmika” a la huerta, pasando ya a tener características particulares como todas las huertas con las se entabló una relación tanto afectiva como de intercambio de conocimientos y semillas, generando una red de huertas orgánicas de dimensiones nacionales e internacionales.”(Desconhecido, 2007, p. 8)

¹¹⁷ E também na ocupação e gestão direta dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹¹⁸ Ficaram conhecidos desta forma pois faziam piquetes em estradas e outros lugares, aparecem na história Argentina já na segunda metade da década de 1990, eram trabalhadores desempregados e lutavam por melhores condições de vida. O nome vem de piquete. Um de suas ações é o bloqueio de rodovias para parar a circulação de mercadorias. Na crise de 2001 tiveram papel importante ao ocupar e autogerir as fábricas,

além de trabalho, realizavam diversos piquetes por melhores condições de vida –, ocupações de prédios que davam lugar a centros sociais autogeridos e, também, ocupações de praças para a constituição de hortas comunitárias.

Foi neste contexto que, em 2002, surgiu na cidade de Buenos Aires a *Huerta Orgázmika*. Em um terreno público federal da empresa ferroviária Sarmiento, entre a rua Rojas, ao lado de uma praça pública, ocupado e recuperado por parte da população do bairro de *Caballito* (imagem 18). O grupo que deu origem à *Huerta Orgásmika* tinha como forma de plantio uma combinação entre agroecologia e permacultura, promovendo, a partir de atividades abertas ao público em geral, questionamentos em relação à alimentação, desde a problemática dos alimentos industrializados ("*food not bombs*" - "comida, não bombas") até a alimentação saudável, motivando encontros de culinárias dos diferentes locais da América Latina. Além disso, uma vez por semana o espaço da *Huerta* servia para a recreação de crianças do bairro através de jogos e sua reaproximação com a terra, produção de pães e remédios naturais, como parte de suas atividades regulares.

Otra de las realidades que asumimos por propia decisión fue la de auto organizarnos autónomamente sin depender de ningún organismo, consiguiendo todos los materiales para el desarrollo de la huerta y ayudados también por las personas que entendían que el proyecto es beneficioso para toda la sociedad (Desconhecido, 2007, p.7)¹¹⁹.

aos colocar em discussão temas como a dívida externa, o anti-imperialismo, a guerra do Iraque, a luta contra a ALCA, a questão indígena, até o pedido de anistia irrestrita para os agitadores.

119 Texto disponível em <http://argentina.indymedia.org/uploads/2007/07/proyecto_huerta-web.pdf>. Acesso em 21/03/2012.

Imagem 18: Localização da Huerta Orgázmika no bairro de Caballito, Buenos Aires, Argentina

Fonte: Aplicativo Google Earth. Acesso em 14/03/2012

Os envolvidos na construção da *Huerta Orgázmika* tinham uma ideia política da importância da existência das hortas nas cidades, bem como a ideia de que a própria existência da *Huerta* não poderia estar isolada, de que teriam que envolver cada vez mais os demais moradores do bairro. Pautaram suas ações a partir daí, passando a ter uma grande proximidade com um Centro Social Autogerido, chamado La Sala, "realizando en conjunto charlas, eventos artísticos, cooperativas de producción y consumo, y talleres educativos" (Desconhecido, 2007, p. 7). Assim, diziam que

La función de la huerta orgánica en el barrio, en la ciudad y hacia todos los sitios donde se proyecte, es tanto cultural y social como ecológica, de diseño urbano, medioambiental, pública, comunitaria, educacional, autónoma, horizontal, orgánica, experimental, de libre acceso y sin fines de lucro. La ausencia de huertas comunitarias en la zona, de centros culturales y de lugares que promuevan y desarrollen prácticas sobre ecología y sustentabilidad, hacen de la “Huerta Orgázmika” de Caballito un lugar de referencia social y cultural tanto en el barrio como fuera del mismo. (Desconhecido, 2007, p. 4)¹²⁰

¹²⁰ Texto disponível em <http://argentina.indymedia.org/uploads/2007/07/proyecto_huerta-web.pdf>. Acesso em 21/03/2012.

Seus participantes eram vizinhos, jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas mais velhas, reunindo algo em torno de 30 pessoas, que colocavam em discussão a problemática da cidade em nossos dias. Para a participação na *Huerta* não era necessário qualquer requisito além do respeito mútuo, estar interessado e aparecer no local. Participar dela, por sua vez, exigia responsabilidades, razão pela qual tinham alguns princípios norteadores como o consenso para as tomadas de decisões e a horizontalidade como forma de organização, evitando assim que a *Huerta* se constituísse num agrupamento hierárquico. "Las decisiones tomadas son a través del CONSENSO en ASAMBLEA de todas/os las/os integrantes que la conforman. La HORIZONTALIDAD es la forma organizativa que la huerta elige para trabajar"¹²¹ (Desconhecido, 2007, p. 8).

Tinham como objetivos a qualidade de vida, a partir da soberania alimentar, a economia social, no caso da *Huerta*, ser um espaço educativo e de aprendizagem, promovendo os vínculos de troca.

Es por esto que se organizan actividades periódicas de distinta índole. Se han desarrollado jornadas lúdico-recreativas de aprendizaje, talleres sobre sustentabilidad, ecología, ambientales, autogestión, construcciones naturales, identificación y uso de plantas medicinales, preparación de compost; jornadas de intercambio de semillas orgánicas con otras huertas de la provincia de Buenos Aires; bandas de música en vivo, proyecciones de películas y documentales, clases de yoga y talleres de cocina de otras culturas. (Desconhecido, 2007, p. 11)¹²²

Dividiam o trabalho a partir do que cada um se propunha a fazer, o que era cultivado podia ser retirado por todos os que dela participavam¹²³. Folhas para plantas medicinais e temperos poderiam ser utilizados por todos, inclusive por aquele vizinhos que não estavam cotidianamente envolvidos na *Huerta*. Produziam hortaliças em geral e tinham algumas árvores também. Apenas uma pequena parte da alimentação dos participantes provinha da *Huerta Orgázmika*, porém a horta comunitária serviu, também, para o encontro dos vizinhos e retomada do cotidiano coletivo (Foto 27).

121 Grifos do autor.

122 Texto disponível em <http://argentina.indymedia.org/uploads/2007/07/proyecto_huerta-web.pdf>. Acesso em 21/03/2012.

123 Não encontramos registro sobre a quantidade de cultivos plantada e distribuída.

Foto 27: Huerta Orgázmika em atividade

Fonte: Retirada de <<http://www.flickr.com/photos/orgazmika/>>. Acesso em 15/03/2012.

Autor: Desconhecido

Com a possibilidade de reintegração de posse por parte do governo, que tinha uma proposta de revitalização da praça, em 2007 os participantes da horta comunitária solicitaram à administração pública do município de Buenos Aires o ingresso da *Huerta* no projeto de remodelação da praça Giordano Bruno, pois a reestruturação da praça poderia acarretar na destruição deste espaço comunitário. A proposta feita pelos participantes da *Huerta* não foi aceita, dando início a diversas tentativas de reintegração de posse a partir de então. Com a reintegração de posse em 2009, a horta foi totalmente destruída (fotos 28 e 29). Os participantes, vizinhos e assembleantes que construíram a *Huerta Orgázmika* foram retirados à força e sem ordem judicial, ocorrendo também a prisão de 22 pessoas. Escreve este Autor Desconhecido, sobre a ideia dos participantes da *Huerta* "la comunidad que conforma la huerta, no cree en la existencia de una amenaza exterior que implique la necesidad de rejas que regulen el acceso de las personas en horarios específicos" (Desconhecido, 2007, p. 14)¹²⁴.

¹²⁴ Texto disponível em <http://argentina.indymedia.org/uploads/2007/07/proyecto_huerta-web.pdf>. Acesso em 21/03/2012.

Foto 28: Processo de reintegração de posse da Huerta Orgázmika

Fonte: Retirado de

<<http://picasaweb.google.com/huertaorgazmika/HuertaOrgazmikaDestruccionDenunciaResistenciaApoyo#5342972132770204818>>. Acesso em 11/03/2012.

Autor: desconhecido

Foto 29: Processo de reintegração de posse da Huerta Orgázmika, onde ela foi toda destruída

Fonte: Retirado de <<http://www.flickr.com/photos/orgazmika/3543793018/in/photostream>>.

Acesso em 11/03/2012.

Autor: Desconhecido

4.3. CanMasdeu (Barcelona, Espanha)¹²⁵

CanMasdeu é um espaço ocupado situado no Parque Nacional de Collserola, no distrito de Nou Barris, periferia de Barcelona, a 10 minutos a pé da estação de metrô do mesmo nome. Constituiu-se neste lugar com diversos projetos: moradia coletiva, horta comunitária, iniciada em 2002 e um Centro Social, inaugurado em 2004, existente até hoje.

O distrito de Nou Barris, tem histórico de lutas sociais desde a década de 1950, quando passou a receber migrantes vindos de outras regiões da Espanha (Aragão, Andaluzia, Extremadura e Galícia), em busca de melhores condições de vida. O bairro, sem qualquer serviço público, nem moradias, foi construído pelos próprios moradores, que construíram suas próprias moradias, estradas, ligação de água e esgoto. Para ter ideia da combatividade de seus moradores, em 1962 conseguiram fechar uma indústria que despejava gases tóxicos próximos ao distrito, após a ocupação desta por parte dos moradores dali. Além disso, é importante lembrar que o início dos anos 2000 foram anos com diversas manifestações pelo mundo contra o modelo de globalização neoliberal, contra o encontro do G-8¹²⁶ ocorrido na Itália, além de mobilizações bem sucedidas por parte da população de Barcelona “con las movilizaciones masivas contra el Plan Hidrológico Nacional y la Cumbre de la Unión Europea del Capital y la Guerra” (TENDERO & TUDELA)¹²⁷.

Em fevereiro de 2002 ocorreria o Encontro Internacional sobre Mudança Climática na Espanha. Algumas pessoas que viriam para este Encontro foram as responsáveis por ocupar *CanMasdeu*, ao final de 2001, o que “frustró el plan consistorial de construir un complejo residencial de lujo para las jubiladas del Colegio de Médicos de Barcelona” (TENDERO & TUDELA). Ao final deste encontro as pessoas que haviam ocupado CanMasdeu decidiram ficar, pois a elas já haviam se somado outras pessoas do bairro. Tinham um projeto comum naquele momento, o de “recuperar el uso social del valle y los usos tradicionales hortícolas y

125 Informações retiradas do site da própria comunidade. Disponível em: <<http://www.canmasdeu.net/?lang=en>>. Acesso em 31/09/2013. Existem um documentário sobre CanMasdeu produzido pelo canal de televisão espanhol TVE disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=btSfomWx5NI>>, partes 1 e 2. Acesso em 21/08/2013.

126 Grupo de países mais ricos e industrializados do mundo. Naquele momento integravam este grupo os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e a Rússia. Se encontram anualmente para discutir e decidir grande parte das políticas econômicas globais.

127 Artigo escrito por Guillem Tendo e Kike Tudela, intitulado “Can Masdeu, projecte de projectes. Deu anys sembrant autonomia” (em português, CanMasdeu, projeto de projetos, Dez anos semeando autonomia). Disponível em: <<http://www.canmasdeu.net/can-masdeu-projecte-de-projectes-deu-anys-sembrant-autonomia/?lang=en>>. Acesso em 21/08/2013.

forestales de su suelo” (TENDERO & TUDELA), somado àquele de defesa do parque de Collserola. Em 2005, com a ação judicial de reintegração de posse acontecendo, realizaram uma campanha de permanência no terreno que mobilizou a população do distrito, bem como da cidade. Esta mobilização, no entanto, não foi suficiente para ganhar a causa por parte dos ocupantes, mas foi o bastante para que os donos do terreno não fossem adiante com a reintegração de posse. Afirma Guillem Tendo e Kike Tudela

La campaña contra el juicio civil marcó, sin embargo, un punto de inflexión, a partir del cual se puede afirmar que el proyecto inicia una segunda etapa : la prioridad deja de estar en la proyección pública y la implicación en las luchas de la ciudad, tareas que, aunque no se abandonan, sí pierden peso relativo, y se centra en el trabajo con el barrio ya consolidar los proyectos que se desarrollan en el valle. De alguna manera, este cambio de etapa es fruto de una reflexión y una apuesta que con los años irá tomando fuerza y haciéndose más explícita: la voluntad de crear comunidad y de aprender a vivir la resistencia y la construcción de alternativas de una forma sostenible, para poder hacerlo durante mucho tiempo y cada vez mejor (TENDERO & TUDELA).

O espaço de *CanMasdeu* era um antigo hospital particular para doentes com hanseníase desocupado há mais de 50 anos. Por ser um antigo hospital possuía um grande terreno com uma grande edificação (foto 30), que possibilitou o uso do espaço para moradia dos primeiros ocupantes, bem como o uso comunitário dos vizinhos do bairro. A moradia, o Centro Social e a Horta Comunitária possuem âmbitos de organização e decisão diferentes, contudo, existem princípios que norteiam todos eles: autogestão, autonomia, horizontalidade e ecologia.

Foto 30: Moradia de *CanMasdeu*, onde antigamente funcionava um hospital de leprosos

Fonte: Página da Internet do Can Masdeu¹²⁸

Os moradores de *CanMasdeu* nunca ultrapassaram a cifra de trinta pessoas. Existe divisão de tarefas e todos devem aprender um pouco de tudo, manutenção elétrica, hidráulica, cortar lenha, cozinhar, limpeza e organização do espaço. A horta é trabalho de todos. Existe um acordo em que todos os moradores devem dedicar 20 horas por semana aos afazeres cotidianos de manutenção do espaço. Todas as decisões são tomadas em assembleia.

Segundo relato dos próprios moradores de *CanMasdeu*, **80% dos produtos que consomem vem da horta**, o restante conseguem mediante troca ou compra de produtores locais ecológicos ou de mercados do bairro. No terreno há muita variedade de hortaliças e árvores frutíferas.

Já a horta comunitária conta com a participação de, aproximadamente, 100 pessoas. O uso do terreno e as ferramentas é compartilhado por todos, como e com quem vão produzir é decidido por eles próprios, alguns trabalham individualmente, outros trabalham em conjunto com outros vizinhos. Para as discussões e decisões existem as assembleias, que são mensais, e as comissões. A dinamização das assembleias

¹²⁸ Disponível em <<http://www.canmasdeu.net/wp-content/uploads/2012/01/can-masdeu-i.jpg>>. Acesso em 20/08/2013.

recae normalmente en las habitantes de Can Masdeu, y en esta asamblea se gestionan aspectos como la obtención y distribución del agua, la tierra y el estiércol, la rehabilitación y el mantenimiento de las bases y el sistema centenario de riego, la participación en la vida asociativa del barrio o la organización de comidas y fiestas populares en las que se refuerza el sentimiento de grupo. (TENDERO & TUDELA)

Can Masdeu possui quatro principais eixos:

- **horta comunitária:** na ocupação, os vizinhos aposentados viram a possibilidade de constituírem uma horta comunitária. Hoje são 30 parcelas com pouco mais de 100 pessoas. Estas decisões são todas tomadas em assembleias organizadas de forma horizontal e pela autogestão. (fotos 31 e 32)
- **Ponto de Integração de Collserola (PIC):** Centro Social inaugurado em 2004 “para potenciar la vocación de espacio de encuentro , desarrollar actividades gratuitas abiertas a todos y servir de plataforma para la difusión de las ideas que inspiran el proyecto” (TENDERO & TUDELA). Além disso o Centro Social se abre a outros grupos e pessoas “aproximadamente uno de cada tres domingos , las habitantes de Can Masdeu ceden el espacio a otros colectivos para que gestionen el interurbano y la comida popular y puedan financiar así sus luchas y proyectos” (TENDERO & TUDELA).
- **o Coletivo de Vida:** moradia coletiva, que nunca teve mais que 30 membros.
- **a educação agroecológica:** Can Masdeu serve de exemplo a inúmeros colégios, institutos, centros de recreação, escolas e faculdades, que podem realizar visitas e apredender na prática e com as experiências deles a agroecologia, pois assinam que “esta definición original [agroecologia] iba indisolublemente unida a su dimensión comunitaria, al deseo explícito de avanzar hacia una politización profunda de la vida cotidiana” (TENDERO & TUDELA).

Foto 31: Horta Comunitária de Can Masdeu

Fonte: Página da Internet do Can Masdeu¹²⁹

Foto 32: Horta Comunitária de Can Masdeu

Fonte: Página da Internet do CanMasdeu¹³⁰

129 Disponível em <<http://www.canmasdeu.net/wp-content/uploads/2012/01/can-masdeu-i.jpg>>. Acesso em 20/08/2013.

130 Disponível em <<http://www.canmasdeu.net/wp-content/uploads/2012/01/can-masdeu-i.jpg>>. Acesso em

Além disso, participam de inúmeras manifestações e movimentos sociais e ecológicos como ações diretas contra empresas de petróleo, contra a Guerra do Iraque, realizam jornadas e debates com os temas “Campos de trabalho, resistência e intercâmbio”, “Jornadas de Reflexão dos Movimentos Sociais”. Sob a temática da agroecologia promovem atividades, oficinas de autogestão da saúde, culinária, etc.

CanMasdeu se tornou uma alternativa econômica e social para o momento da atual crise. Seus próprios moradores dizem que é preciso uma mudança de pensamento, pois o trabalho diário é com o intuito de manter o projeto comunitário e de vida comunitária. *CanMasdeu* (re)criou os vínculos de vizinhança e o espírito de luta, já enraizado na população do distrito de Nou Barris ao abrirem-se para os vizinhos e possibilitar a apropriação do espaço a partir dos valores de apoio mútuo, solidariedade e autonomia.

4.4. Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”

Outra experiência de horta urbana é o que vem sendo desenvolvido na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”. Esta é um centro social político de linha de pensamento e prática anarquista, sede do Coletivo Ativismo ABC. É um espaço alugado desde 2004 e que tem como um de seus objetivos a (re)construção de relações sociais para além do mercado e do Estado, baseados na autogestão, no apoio mútuo, na agroecologia, etc.

A Casa da Lagartixa Preta, como é chamada, está localizada na região central do Município de Santo André. O terreno mede cerca de 400m², 100m² de área construída e quase 250m² de quintal não cimentado. Neste espaço além da horta, há diversas de atividades como cineclubes, debates, cursos livres¹³¹ e biblioteca comunitária. Um dos motivos que levou a Casa da Lagartixa ser ali e não em outro lugar, foi a possibilidade de usar a área do quintal de terra para a construção de uma horta comunitária, voltada para os integrantes do coletivo e para a vizinhança. Desta maneira, os quase 10 anos de permanência no mesmo lugar fez com que tanto o espaço quanto os membros do coletivo se tornassem uma referência no que diz respeito às práticas de alternativas e busca por relativa autonomia quando tratando-se de

20/08/2013.

131 Os temas das atividades são diversos, podemos apontar o anarquismo, saúde natural, mercado, movimentos sociais nacionais (MST, MTST) e internacionais (movimento estudantil no Chile, movimento contra a Copa do Mundo na África do Sul, movimento de ocupações de casas na Espanha e França), etc.

hortas, plantas medicinais e agroecologia.

A maioria de seus integrantes são a terceira geração de migrantes que abandonaram o espaço rural ou cidades pequenas do interior do Estado de São Paulo para viver nos grandes centros urbanos de São Paulo e Região. Por isso, recuperar a relação com a terra, trazendo para o debate político a recuperação dos conhecimentos tradicionais camponeses dos mais antigos, passou a ser uma das linhas de ação do Coletivo.

Em 2004, a horta ainda não constituía-se como um projeto de ação do coletivo. A ideia então era plantar árvores e algumas hortaliças para consumo próprio. O mato e capim ali presentes foi tomando forma e ganhando canteiros, realizados de uma forma experimental e por pessoas que nunca ou pouco haviam praticado o cultivo, com exceção de uma das integrantes cujos pais possuíam uma chácara. A partir de 2006, esta integrante passou a influenciar as transformações ocorridas na horta. O curso de permacultura e a aliança formada com o grupo Germinal¹³² foi influenciando cada vez mais os outros. O objetivo da criação da horta passou a ser mais claro. Sabia-se que daquela horta não seria possível retirar todos os alimentos consumidos pelos integrantes da Casa da Lagartixa Preta, mas ela poderia fornecer algumas hortaliças, como também plantas medicinais e temperos, a partir da agroecologia e permacultura. Por conta destas plantas medicinais e espontâneas, alguns vizinhos passaram a procurar a Casa da Lagartixa Preta.

Em 2008, foram realizados o Encontro Eco-libertário (imagem 19) e o Mutirão Agroecológico aberto ao público em geral. Neste momento, algumas técnicas da permacultura e da agroecologia foram implementadas no espaço, como captação de água da chuva, círculo de bananeiras para reaproveitamento da água da pia, consórcio de plantas, árvores de pequeno porte, como banana, pitanga, romã, goiaba, etc. Além disso, os membros do coletivo passaram a dar oficinas de hortas em pequenos espaços, uso de ervas medicinais, realizam debates sobre a relação entre a alimentação e a saúde em outros lugares (centros sociais, escolas, espaços autônomos, etc), com o objetivo de discutir a ecologia e a produção de alimentos a partir de um viés mais crítico e transformador.

132 Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal.

Imagem 19: Cartaz da Atividade de Mutirão Ecológico aberto ao público

1º Fim-de-semana Eco-Libertário

Participe das atividades do 1º Fim-de-semana Eco-Libertário na Casa da Lagartixa Preta,
realizado pelos coletivos Ativismo ABC e Erva Daninha.

06/07 - sexta-feira

11h - Almoço Freegan especial do 1º Fim-de-semana Eco-Libertário.
Coleta de alimentos e preparo do almoço comunitário.

17h30 - Exibição do documentário "Surplus" e o curta "Ilha das Flores", em seguida bate-papo.

07/07 - sábado

10h — Oficina de compostagem

14h — Rolê freegan; reconhecimento de plantas daninhas, coleta urbana, guerrilha jardineira, fontes de recursos
(ex.: árvores frutíferas e todas tantas possibilidades do freeganismo)

18h — Exibição do filme "Eles Vivem", em seguida bate-papo

08/07 - domingo

10h — Oficina de horta orgânica, construção da horta-mandala na Casa da Lagartixa Preta

16h — Guerrilha Jardineira; plantio de árvores na região, intervenção urbana
Traga algum alimento para nosso pique-nique!

Venha conhecer práticas de Permacultura, agricultura ecológica, freeganismo... Traga seus conhecimentos e conhecidxs!

Informações: ativismoabc@riseup.net ou 9335-3869

<http://ativismoabc.guardachuva.org/>

www.fotolog.com/ativismoabc

<http://ervadaninha.sarava.org/>

Casa da Lagartixa Preta - Malaguena Salerosa
Rua Alcides de Queiros, 161 - Casa Branca
Santo André, SP

Fonte: Acervo pessoal

O coletivo Ativismo ABC também conta com uma publicação trimestral. Uma coluna contínua é a “Plantas Espontâneas da Casa da Lagartixa”, onde são colocadas as diferenças entre plantas espontâneas e ervas daninhas, apontando para as encontradas na horta da Casa, além das propriedades e usos medicinais.

Não obstante ser um espaço relativamente pequeno, a Casa da Lagartixa aparece como laboratório de experiências, ao buscar a recuperação dos laços entre os vizinhos e com a terra. Muitos vizinhos vêm até o espaço atrás de ervas medicinais, buscando e levando mudas de ervas medicinais, ainda que essa presença não seja contínua.

A horta da Casa da Lagartixa Preta, não é uma horta para comercialização, mas para autoconsumo e aprendizagem das técnicas. O que é retirado em abundância é compartilhado com os vizinhos do bairro: bananas, abóboras, couve, são alimentos que mais são compartilhados. O cafezinho vem da própria horta, onde se realiza todo o processo, desde colher os grãos até a moagem dos grãos. Durante alguns meses, tem goiaba branca, pitanga, alface, batata-doce, milho, feijão-guandú e sempre tem inhame, chuchu, temperos, chás, fumo,, tudo em 250 m² de terra (fotos 33 e 34) . A horta serve como lugar de conversa, de palpites, de recordação da memória esquecida.

Foto 33: Fotos de mutirões e atividades abertas ao público na Casa da Lagartixa Preta

Fonte: Acervo pessoal. 2008-2009.

Foto 34: Horta da Casa da Lagartixa Preta

Fonte: Acervo pessoal. 2009

A importância da existência destas experiências está no fato delas mostrarem que existem outras possibilidades para além da institucionalidade, para além das reformas sociais, pois suas propostas vão para além de uma simples reforma, ao entenderem que o problema está num sistema que se sustenta pela exploração, pela desigualdade e pela propriedade privada. Ao enxergarem isso, suas propostas potencializam pequenas transformações locais, mas que não deixam de dialogar com o global. Se organizam e propõem formas de organização e de se relacionar entre si que partem da ajuda mútua, da auto-organização, das assembleias horizontais (em que todos têm poder de voz e voto), além de colocarem em debate os problemas da sociedade capitalista, na qual estão inseridos e buscando maneiras de superá-la. Enfim, estas experiências autônomas surgem em contraponto à institucionalização da vida, ao devolver para as próprias pessoas a inspiração de uma sociedade melhor, mais igual e mais livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciarmos esta dissertação, tínhamos uma ideia ainda muito romântica acerca da prática da agricultura urbana. Tínhamos uma visão de que toda a relação com a terra e, neste caso, na agricultura, seria a premissa para a constituição de relações sociais mais solidárias, baseadas em laços comunitários e na ajuda mútua. Do trabalho de campo concluímos que relações sociais com outros princípios não existem a priori, mas podem ser construídos e potencializados, também, a partir da relação com a terra, ao serem recriados outros modos de vida. Neste sentido, o trabalho de campo foi essencial para conflitar aquilo que pensávamos com a realidade, no que diz respeito a tudo aquilo que envolve a agricultura urbana.

Ao investigar a agricultura urbana, buscamos compreender o urbano, para pensarmos em alternativas de resistência no seu seio. Pudemos entender que com o passar do tempo, na medida em que o capitalismo foi se desenvolvendo e mediando as relações sociais através do mercado, criando um modo de vida urbano, os laços comunitários que nos parecem o alicerce de construção dessas alternativas de resistência, estão ficando cada vez mais no passado.

As leituras acerca do processo de urbanização e da constituição da sociedade urbana foram importantes porque nos permitiu compreender como o nosso espaço de estudo foi se constituindo, impondo um novo modo de vida, quebrando laços comunitários e individualizando e privatizando diversos aspectos da vida. Igualmente foi necessário realizar as leituras a respeito da prática da agricultura urbana em diferentes locais e com diferentes visões para podermos delimitar o que entendemos por agricultura urbana quando falamos dela.

Enquanto conseguíamos resolver nossas problematizações propostas, outras apareciam. Agricultores ou horticultores? Manter como cada um se autodenomina ou denominá-los desde nossa perspectiva? Neste sentido, ao nos referirmos aos produtores de alimentos agrícolas, preferimos usar o critério de como cada um se autodetermina, entendendo que autodeterminar-se como agricultor urbano, hoje, remete-nos a conceitos e definições disseminados por órgãos e agências internacionais (como Banco Mundial e ONU) e também pelo Estado, reproduzido pelos agricultores e horticultores urbanos. Para uma melhor clarificação a respeito deste tema, seria necessária uma nova proposta de investigação, e para o que nos propusemos discutir [a agricultura urbana] nesta dissertação achamos melhor manter a agricultura urbana enquanto atividade.

Algumas das questões que compreendemos é nem tudo é agricultura urbana, mas muita coisa pode ser cultivo/cultivada em diversos espaços. A atividade da agricultura urbana não é o plantio em vasos ou garrafas pet, nem acontece nos pequenos terraços de apartamentos, como apontado por alguns autores. A agricultura urbana é uma combinação de diversos fatores, que inclui o cultivo de hortaliças e espécies vegetais com o objetivo de produzir alimentos, para autoconsumo, para comercialização, ou os dois, que envolve pessoas que tem parte importante do seu tempo dedicado a agricultura, tendo-a como atividade principal ou complementar, mas que mantém, também, uma subjetividade da sua relação com a terra.

Em nossa área de estudo, encontramos a ocorrência desta atividade, principalmente, em terrenos em que a especulação imobiliária não pressiona, terrenos em que as edificações estão proibidas e, em teoria, não podem ser realizadas. Estes terrenos onde ocorre a agricultura urbana são, em grande parte, terrenos particulares de empresas de prestação de serviços públicos, como aqueles sob os linhões de distribuição de energia da AES Eletropaulo; terrenos de empresas públicas (Sabesp e Petrobrás), terrenos pertencentes a prefeitura ou praças públicas e, em menor quantidade, terrenos de proprietários particulares.

Um fato importante, que diz respeito aos agricultores, é que eles, em grande parte, têm um histórico rural. Suas famílias vem da tradição de cultivo da terra para produzir alimentos para o autoconsumo e parte de seus familiares, ainda hoje, permanecem na terra. Este é um fator importante para compreendermos a prática da agricultura urbana. Em meio o urbano, acabaram por ocupar a terra e plantar. Encontramos na pesquisa de campo, agricultores que mantém sua horta há mais de 20 anos, em geral em terrenos localizados próximos às suas casas. Não produzem tudo o que consomem, mas consomem o que produzem. A produção de alimentos é a principal fonte de renda (direta ou indireta) para a maioria dos agricultores. O fato é que para estes agricultores, a renda não é o único motivo para a prática da agricultura urbana. A necessidade está posta, mas junto a isso, a tradição familiar, a disponibilidade da terra, o gostar de plantar e comer aquilo que planta, a influência do marido com o trabalho na terra, entre outros. Além disso, percebemos que existem diferenças de relações interpessoais dependendo do local onde está a horta, o que pode apontar para uma questão de classes colocada. Contudo, para afirmarmos isso com rigor científico, seria necessário aprofundar o estudo. Assinalamos isso porque nas experiências

localizadas nos bairros de classe média os agricultores pareciam mais desunidos, porque cada qual tinha seu lote, cada qual com sua entrada e ferramentas, enquanto que nos bairros mais pobres, localizados nas periferias dos municípios, podia-se notar mais reciprocidade entre os agricultores. Foi ali que nos deparamos com relatos e práticas de ajuda mútua entre os agricultores e com pessoas do bairro, que, mesmo sem dinheiro, saíram com algum alimento doado pelos agricultores.¹³³

A agricultura urbana se faz presente na maior parte dos casos através do cultivo de hortaliças. Ainda que alguns agricultores possuam em seu terreno árvores frutíferas e flores, a maioria deles acabam se especializando em algumas culturas, porque são as culturas mais compradas pelos consumidores. Outros preferem manter certa diversidade, como é o caso dos agricultores da APO-SM, porque consomem o que cultivam e, também, mantêm a feira de produtos orgânicos.

Destes agricultores, existem aqueles que estão inseridos em programas e projetos governamentais, e aqueles que mantêm sua atividade por conta própria. Além disso, conhecemos e tentamos aprofundar, a partir das pesquisas via internet, documentários, práticas de agricultura urbana que mantêm um caráter autônomo ao mesmo tempo que estão inseridos na produção de alimentos. Articulam isso para fora do local de moradia, dando espaço para que as pessoas da vizinhança possam participar. Isto não quer dizer que as ações destas experiências estejam limitadas pela agricultura urbana. A prática da agricultura urbana, nestes casos, é o meio pelo qual propõem e constroem um modo de vida solidário e autônomo para dentro e para fora em contraposição ao modo de vida urbano. Para dentro porque *South Central Farm*, *Huerta Orgásmika*, *CanMasdeu* e Casa da Lagartixa Preta transformaram e continuam transformando o cotidiano das pessoas envolvidas, (re)criando um outro modo de vida mais próximo, a margem do capitalismo, ainda que dentro do capitalismo; e para fora, porque acabam envolvendo, dentro de suas práticas, pessoas do bairro, da redondeza, de outros espaços, formando redes e consolidando territórios sob tais perspectivas. Com críticas e resistência pela ação prática, ao ocuparem terrenos particulares, ao trazerem a questão da especulação imobiliária, da carestia de vida, dos lucros das grandes empresas, ao viverem coletivamente e disponibilizar o terreno para que outras pessoas o possam usar, ao abrir um Centro Social Comunitário, ao influenciarem as pessoas a partir das ideias de horizontalidade

133 Como uma das agricultoras de Diadema que nos disse que dava algum alimento se a pessoa não tivesse dinheiro, dizia ela: “não tem dinheiro, leva assim mesmo”.

e ajuda mútua, fora dos moldes da sociedade capitalista, estas experiências, por mais que dispersas, não estão isoladas.

Assim, a prática da agricultura urbana, ocorre principalmente pela necessidade de melhoria das condições de vida. É uma atividade por meio da qual as pessoas, sejam indivíduos, famílias ou grupos (associações de bairro e/ou de produtores) buscam produzir parte daquilo que consomem, seja com ou sem ajuda dos fomentos. A agricultora urbana é uma atividade essencial porque, de fato, garante o acesso à alimentação para uma parcela da população pobre, garantindo também renda para outras despesas como a moradia e o transporte, por exemplo.

O governo brasileiro – com o PT na gestão – vem propondo, desde 2004, diversas políticas sociais no sentido de diminuir a desigualdade social, diminuindo a pobreza, enquanto resultado do acesso à alimentação e aumento da capacidade de consumo da população pobre. Este é o contexto de surgimento do programa Fome Zero, que tem num de seus eixos a promoção da agricultura urbana e hortas comunitárias, enquanto forma de assegurar, principalmente a população de baixa renda, alimentos. Mesmo que para muitos agricultores urbanos o fomento seja importante, porque seria uma garantia de conseguir permanecer na atividade, é preciso discutir em que moldes este fomento está chegando aos agricultores. Da mesma forma que a demanda vinda de cima sobre o acesso aos créditos do Pronaf por parte dos agricultores, necessita de mais discussões, com a efetiva participação daqueles que praticam a agricultura urbana. O Estado não pode ser o direcionador das políticas públicas sociais, estas políticas devem surgir a partir das demandas da sociedade e dos grupos sociais organizados. Para tanto, essa sociedade deve perceber que o fazer política não está relegado ao âmbito da política institucional de votar e ser votado.

Por mais que órgãos governamentais e supragovernamentais tenham um discurso oficial de combate à fome e à pobreza, esta questão é tratada superficialmente. Estes órgãos oficiais não aprofundam o debate e não discutem as estruturas. Tanto porque a ideia não é esta. A ordem econômica e social deve ser mantida como está. O papel de discutir a pobreza enquanto resultado da desigualdade social decorrente de um sistema econômico e de vida dividido em classes sociais, onde o poder é exercido de cima para baixo, é papel das pessoas, organizadas em movimentos, em grupos. Desta forma, a discussão acerca da agricultura urbana deve ser realizada, principalmente, por aqueles que estão diretamente envolvidos na

atividade.

Enxergamos possibilidades e potencialidades na agricultura urbana. Ao menos em algumas experiências foi e é possível verificar que os laços de solidariedade e de vizinhança, puderam ser recriados a partir dessa atividade.

É preciso compreendê-la, olhando para a própria prática. Pudemos encontrar agricultores mais solidários com os outros e agricultores que tem na produção de alimentos um negócio. Assim, pensamos que destes casos mais solidários podemos retirar ensinamentos e estratégias para fortalecer relações outras que queremos criar. Sonhar faz parte do mundo das possibilidades, e das possibilidades podem vir ações. E destas ações, mudanças.

BIBLIOGRAFIA

- **Livros e Artigos**

ARRUDA, Juliana. *Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

AQUINO, Adriana Maria de, *Agricultura urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Documentos EMBRAPA 160. Dez/2002.

AQUINO, Juacir R.; SCHNEIDER, Sergio. *(Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural*. Artigo apresentado na I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 10 a 12 de novembro de 2010, Natal, Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/%28DES%29CAMINHOS%20DA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20CR%C3%89DITO%20DO%20PRONAF%20NA%20LUTA%20CONTRA%20A%20POBREZA%20E%20A%20DESIGUALDADE%20SOCIAL%20NO%20BRASIL%20RURAL.pdf>>. Acesso em 20/06/2013.

BOOKCHIN, Murray. *Municipalismo Libertário*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

BOOKCHIN, Murray. *Ecologia Social e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BOOKCHIN, Murray. *Las Políticas de la Ecologia Social*. Barcelona: Virus Editorial, 2010.

BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisar-Participar*. In: _____ (Org.). *Pesquisa Participante*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-16.

BRANDÃO, Carlos R. *Participar-Pesquisar*. In: _____ (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 7-14.

BOUKHARAEVA, Louiza; CHIANCA, Gustavo; MARLOIE, Marcel. *Agricultura urbana como fenômeno universal. Agricultura Urbana: dimensões, experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

CAMPILAN, D.; DRECHSEL, P.; JÖCKER, D. **Métodos de monitoreo y evaluación y su adaptación a la agricultura urbana y peri-urbana**. Disponível em: <www.ruaf.org/conference/methods/papers/au_metodos_topico5_monitoreo_evaluacion_es.doc>. Acesso em: 29 abr. 2002.

CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo**. *Teorias e políticas*. Mercator, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**. *Estudos Avançados*, v. 23, p. 313-316, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2004b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles; *Urbanização e Mundialização: Estudos Sobre a Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLÓN, Santiago Rodríguez. **La agricultura urbana y la producción de alimentos: la experiencia de Cuba**, CEEC, U.H. Disponível em <http://www.nodo50.org/cuba/sigloXXI/economia/castellon4_310503.pdf>. Acesso em 26/01/2012.

CASTORIADIS, CORNELIUS. *As encruzilhadas do Labirinto*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CIEZA, Ramón I.; DAVIES, Leonardo; GÓMEZ, Sebastián. Las mujeres en la agricultura urbana: un estudio de caso en Argentina. *Leisa Revista de Agroecología*: 25-27, May. 2003. Disponível em <<http://cid-af5c2d6739f33d21.skydrive.live.com/browse.aspx/.Public>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura urbana: Análise e reflexão sobre os marcos legais e Normativos do município de Belo Horizonte*. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2007. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.ufmg.br%2Fdspace%2Fbitstream%2Fhandle%2F1843%2FMPBB-87YHD5%2Fagriculturaurbana_praticaspopulares_insercao_polit_publicas.pdf%3Fsequence%3D1&ei=ISdtUryfLPjJ4APT_IHACg&usg=AFQjCNH5Q1Do9TaxTz1M8F3WxnjKLG-jfw&bvm=bv.55123115,d.dmg&cad=rja>. Acesso em 30/08/2013.

CRUZ, María Caridad. **El Desarrollo Urbano Sustentable y La Agricultura Urbana en Cuba. El Caso de la Ciudad de la Habana**. *Fundación Antonio Núñez Jiménez de la Naturaleza y el Hombre*. Red ÁGUILA (Agricultura Urbana e Investigación en América Latina) s/d.

DAMIANI, Amelia Luisa. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. *Cidades, Presidente Prudente*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 79-95, 2004.

DAMIANI, Amelia Luisa. O urbano no mundo da mercadoria in *Dilemas Urbanos*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 367-369.

DAMIANI, Amelia Luisa. **Amelia Luisa . A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana**. *Revista da ANPEGE*, v. 5, p. 51-70, 2009.

DUEÑAS, F; PLANA, D; SALCINES, I.; BENITEZ; MEDINA, L.; DOMINÍ, M. *Uma historia exitosa que puede mejorar aún más. Revista de Agroecología – Leisa*. p. 26-27, Septiembre de 2009.

FERNANDES, Evandro Noro. *Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolizado paulista: uma análise da porção sul do município de São Paulo*. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Universidade São Paulo.

FERREIRA, Rubio J.; CASTILHO, Cláudio J. de M. **Agricultura Urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial**. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE - DCG/NAPA, v. 24 n° 2: 6-23, Mai/Ago. 2007.

FUNES-MONZOTE, Fernando. La agricultura cubana en camino a la sostenibilidad. *Leisa Revista de Agroecología*, p. 21-23, Jul. 2001. Disponível em <<http://cid-af5c2d6739f33d21.skydrive.live.com/browse.aspx/.Public>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2010.

GONÇALVES, Bárbara Carvalho. *No Asfalto se Colhe a esperança: a experiência da agricultura urbana agroecológica como prática de desenvolvimento local auto – sustentável na região Metropolitana de São Paulo*. Trabalho de Graduação Individual (Departamento de Geografia). Universidade de São Paulo, 2010.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *RER*, Rio de Janeiro, vol. 45, no 02, p. 301-328, abr/jun 2007 – Impressa em abril 2007.

HALDER, Severin J. B. Agricultura urbana en las favelas de Río de Janeiro. *Red Leisa*. Disponível em <<http://cid-af5c2d6739f33d21.skydrive.live.com/browse.aspx/.Public>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2010.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KIRWAN, Emma. **La canasta comunitaria: una plataforma urbano-rural para la seguridad alimentaria**. *Leisa Revista de Agroecología*: 26-29, Die. 2008. Disponível em <<http://cid-af5c2d6739f33d21.skydrive.live.com/browse.aspx/.Public>>. Acesso em 28/06/2011.

KROPOTKINE, Pedro. *Campos, Fábricas y Talleres*. Disponível em: <<http://www.kclibertaria.comyr.com/lpdf/1159.pdf>> Acesso em: 20 de Dezembro de 2010.

KROPOTKINE, Pedro. *A conquista do pão*. Lisboa: Guimarães Editores: 1975. (3ª Edição)

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. São Paulo: Humanitas: 2008. 3ª reimpressão.

LOVO, Ivana Cristina; SANTANDREU, Alain. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras*. Documento referencial geral, Versão Final. Belo Horizonte, 2007.

LUZ, Fabiana C. da; SANTANA, Josefa M.; BARBOSA, Mayra Dias; MACIVUNA, Vanessa Costa. *Os Novos Caminhos na Luta pela Reforma Agrária: o caso da Comunidade da Terra Irmã Alberta*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo: 2009. p. 1-11.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura Urbana**. *EMBRAPA Documentos 48*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Jul/2002.

MADALENO, Isabel Maria, *A cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e Tecnologias, 2002.

MADALENO, María Isabel; ARMIJO Z., Gladys. **Agricultura Urbana en Metrópolis Iberoamericanas: Estudios de Casos en Santiago de Chile y Lisboa, Portugal**. *Investigaciones Geográficas*, agosto, número 54. Universidade Nacional Autónoma de México. Distrito Federal: México, 2004. p. 36-54.

MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In. *Boletim Paulista de Geografia* Nº 84. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006. p. 105 -134.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. *Os Camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n. 19, jul./dez. 2002, p. 95-112.

MARTINS, José de Souza Martins. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MDS. 2011. Edital de Seleção Pública nº 04/2011 - Apresentação de Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais/2011/editais-2011-2/selecao-publica-de-projetos-de-agricultura-urbana-e-periurbana>>. Acesso em 15/07/2013.

MDS. 2007. Edital de Seleção Pública nº 014/2007 - Apresentação de Projetos de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais/editais-anteriores/2007/arquivos/edital-01.2007.pdf/view?searchterm=Edital%20de%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20n%C2%BA%2001/2007>>. Acesso em 15/07/2013.

MORAES, Maria Blassioli. Movimentos Sociais e o Processo de Urbanização. Disponível em <<http://diversitas.fflch.usp.br/files/06-%20Movimentos%20Sociais%20e%20o%20Processo%20de%20Urbanizacao.pdf>>. Acesso em 29/04/2013.

MOUGEOT, Luc J. A. **Agrucultura Urbana: Concepto y definición.** *Revista Agricultura Urbana*. Vol. 01, N 01. Ed. Espanhol. PGU-ALC/CNUHA-HABITAT; IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible. Quito. Abril. 2001. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>> Acesso em: 10/06/2011.

MOUGEOT, Luc J. A. **Agricultura Urbana: conceito e definição.** *Revista Agricultura Urbana*, nº 1, 2009, jul/2000. Disponível em <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>>. Acesso em 13/11/2011.

NOLASCO, Camille Lanzarotti. *A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG*. Juiz de Fora, 2009. (Mestrado em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais). Universidade Federal de Juiz De Fora. Disponível em <<http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/Nolasco.pdf>>. Acesso em 28/09/2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI** in *O Campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEÑA, Devon G. *Farmers Feeding Families: Agroecology in South Central Los Angeles*. Keynote Address presented to the National Association for Chicana and Chicano Studies Washington State University, Pullman, WA, March, 2006. Disponível em <www.josealamillo.com/keynotespeech.pdf>. Acesso em 13/04/2012.

PROYECTO de Huerta Orgánica "Huerta Orgázmika" de Caballito. Buenos Aires, 2007. (Documento desenvolvido pelos participantes da horta)

PESSÔA, Cristiane Cardoso. *Agricultura Urbana e Pobreza: Um estudo no município de Santa Maria - RS*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

PESSÔA, Cristiane C; SOUZA, Marcelino de; SCHUCH, Ilaine. *Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria - RS*. Artigo publicado em 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m07t02.pdf>>. Acesso em: 30/01/2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografia Agrária da Crise dos Alimentos*. Publicado em 25/03/2009. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 15/12/2010.

RANASINGHE, T. T. *A novel living concept in urban communities: family business garden*. *Internacional Journal of Sustainable Development and World Ecology*, vol. 10, nº 3, p. 239-245.

SANTANA, Antônio C. P. *Organização da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistanos: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SANTILLÁN, Trinidad A.; TORAL, José; MÉNDEZ, Juan L. Sostenibilidad y agricultura campesina: la introducción agrosilvopastoril en los altos de Chiapas, México. *Leisa Revista de Agroecología: Ocho estudios de caso*, p. 18-23, 2003. Disponível em: <<http://cid-af5c2d6739f33d21.skydrive.live.com/browse.aspx/.Public>>. Acesso em 29 de janeiro de 2010.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2008. 5ª edição, 1ª reimpressão.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Disponível em <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em 13/12/2011.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. *Mana*, vol. 11, nº 2. Out. 2005. p. 577-591.

SILVA, José Graziano. “O novo rural brasileiro”. *Revista de Economia*, Belo Horizonte, vol. 7, n. 1, p. 43-81. Disponível em <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf> Acesso em: 15/03/2012.

SOUZA, Marcelo L. de. **O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista**. *Revista Território*: 67-99. Jun/Jul. 2000.

TENDERO, Guillem; TUDELA, Kike. **Can Masdeu, projecte de projectes. Deu anys sembrant autonomia**. Artigo disponível em: <<http://www.canmasdeu.net/can-masdeu-projecte-de-projectes-deu-anys-sembrant-autonomia/?lang=en>>. Acesso em 15/07/2013.

TERRILE, R.; MARIANI, S.; DUBBELING, M. **Agricultura Urbana en Camilo Aldao (Argentina) Sustentable**. *Agricultura Urbana y Alimentación de Caribe: PROGRAMA DE GESTION URBANA IDRCCFPIPIPES*, 2000. Análisis de Políticas Públicas de en el Marco de un Desarrollo Local las Ciudades de América Latina y el PGU ALC/HABITAT – PNUD.

VEIGA, José Eli da Veiga. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Editora Autores Associados. Campinas: São Paulo, 2002.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí-RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

- **Sites**

AGRICULTURA URBANA – MDS

Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/agricultura-urbana>>. Acesso em 23/07/2013.

CAN MASDEU

Disponível em <<http://www.canmasdeu.net>>. Acesso em 15/02/2013.

CASA DA LAGARTIXA PRETA “MALAGUEÑA SALEROSA”. Disponível em <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta>>. Acesso em 15/02/2012.

CLAMOR MAGAZINE (Sobre a South Central Farm). Disponível em <<http://clamormagazine.org/issues/36/people.php>>. Acesso em 12/02/2012.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Disponível em <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acesso em 13/09/2013.

PROGRAMA FOME ZERO

Disponível em <www.fomezero.gov.br/>. Acesso em 12/06/2013.

HUERTA ORGÁZMIKA E CENTRO SOCIAL LA SALA. Disponível em <<http://orgazmika.blogspot.com.br/>>. Acesso em 13/02/2012.

HUERTA ORGÁZMIKA

Disponível em <http://argentina.inhttp://argentina.indymedia.org/uploads/2007/07/proyecto_huerta-web.pdf>. Acesso em 14/04/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 13/02/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/governo/>>. Acesso em: 30/03/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA

Disponível em: <<http://www.diadema.sp.gov.br/>>. Acesso em 15/04/2012.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. Disponível em <<<http://www.rede-mg.org.br>>. Acesso em 30/03/2011.

SOUTH CENTRAL FARM. Disponível em <<http://www.southcentralfarmers.com/>>. Acesso em 13/02/2012.

ANEXOS

ANEXO 1
Questionário – Entrevista

1. Identificação

- a) Nome
- b) Idade
- c) Local de origem
- d) Local onde planta
- e) Tamanho do terreno (lote) em que planta
- f) São quantas pessoas na família

2. Antes daqui, o sr.(a) já tinha contato com a agricultura?

- a) Se sim, onde? Fazia o que/De que forma? [profissão anterior]
- b) Se não, em que momento se interessou ou o que o motivou? por que?

3. Há quanto tempo o sr.(a) está neste local, praticando a horticultura (plantando)?

4. E como o Sr. teve acesso a terra? É sua, foi concessão, arrendamento???? Você paga algum aluguel para poder usá-la? Concessão

- a) Se sim, quanto?
- b) O contrato, caso seja concessão ou arrendamento, é de quanto tempo?

5. O que o sr.(a) tem plantado no terreno? (Ciclo curto?) Saberria dizer **quanto de cada aproximadamente**? O Sr.(a) usa veneno/adubo químico?

6. Porque estas culturas citadas foram escolhidas? Já plantou outras coisas? Se sim, o que? Por que parou?

7. Como tem acesso as mudas? Você mesmo a faz? Compra?

8. Aqui na horta quantas pessoas trabalham? E como dividem o trabalho? E como dividem o fruto do trabalho (dinheiro, alimentos plantados?)

9. O trabalho aqui na horta, o sr.(a) realiza sozinho ou tem ajuda de outras pessoas? Quem são estas pessoas: da família, empreiteiros, diaristas?

- a) Quantas vezes por semana?
- b) Essa a atividade é remunerada? Quantas vezes por mês?
- c) Qual é a remuneração, isto é, quanto paga? Que tipo de trabalho ela realizada?
- d) Se não forem pessoas da família. Elas não ajudam por qual motivo?

10. O objetivo do sr.(a) em ter uma horta é, majoritariamente: para o autoconsumo, direto para venda, venda e consumo, troca ou vende só o que sobra (excedente)?

a) O sr.(a) saberia dizer qual é a porcentagem de quanto para quanto? (de quanto para consumir e de quanto para vender?)

b) Se for para venda, quem costuma comprar o que o sr.(a) produzem? Costumam vender em algum lugar, como feiras livres, mercados, etc? Vende direto ou entrega para atravessador?

11. Com a horta qual é a média de sua a renda mensalmente?

12. E quanto à economia (renda indireta), quanto o sr.(a) acredita deixar de gastar no mercado, feira, etc, com o que você produz?

13. O sr.(a) exercia, ou ainda exerce, outra atividade remunerada, isto é, tem emprego para acrescentar à renda familiar? O que?

14. Pensando no que comentamos anteriormente, dessa característica da cidade. O que você pensa sobre a produção de alimentos, na cidade?

15. Vocês constituem ou participam de algum grupo de horticultores? Se sim, qual o papel deste grupo? (produz/comercializa juntos)?

Apenas para os agricultores urbanos que estão em municípios que mantêm programa ou projetos

16. O sr.(a) chegou a receber algum auxílio da prefeitura?

a) Qual/como era esse auxílio? Cursos, ferramentas, mudas, adubo, etc?

b) Não

17. O que o Sr achou desse projeto/recurso? houve algum tipo de dificuldade? Quais foram as facilidades encontradas com esse auxílio da prefeitura?

18. Quais foram as dificuldades encontradas?

19. Você acha que outras pessoas que produziam, sentiram dificuldade para continuar produzindo, sem a ajuda da prefeitura?

19. Quais foram as dificuldades que o sr.(a) encontrou, sem essa ajuda?

21. Agradecimentos. Gostaria de acrescentar algo?

ANEXO 2

Reportagem do Diário do Grande ABC sobre a história agrícola da Região

DIÁRIO DO GRANDE ABC

30 DE SETEMBRO DE 1992

grande abc, MEMÓRIA.....

No Mato da Estrada

ADEMIR MEDICI

Repórteres de suplementos agrícolas de jornais de São Paulo costumavam vir a Santo André, na década de 40, para produzir matérias sobre a plantação de tomates e abobrinhas do *Mato da Estrada*. O alvo eram as plantações existentes junto à avenida Pareira Barreto, entre Vila Assunção e Bairro Paraíso, nas grandes áreas baldias hoje ocupadas pelo Parque Central, inaugurado domingo último pela Prefeitura de Santo André.

Quem fala dos repórteres e das plantações é José Delfino de Oliveira, 77 anos de idade, natural de Paraisópolis, sul de Minas Gerais, e que morou por quase 30 anos no *Mato da Estrada*, hoje Parque Central: "Era *Mato da Estrada* por causa dos matos do terreno da estrada de ferro. Era dali que a Estrada tirava água pra fazer o trem andar".

José Delfino mudou a área em 1945. Os três anos anteriores ele havia trabalhado para o Martinelli, com sítio onde é hoje o Jardim Alvorada, na divisa com o Haras São Bernardo. Em 45, arrendou meio alqueire no *Mato*

da Estrada, onde nasceram nove dos seus 14 filhos com a esposa Ana Rosa de Gouveia. Hoje os filhos todos estão criados. José Delfino e a mulher moram no Jardim Bom Pastor.

Nos tempos primeiros do *Mato da Estrada* a família Oliveira era vizinha dos japoneses que também arrendavam terras junto à Estrada de Ferro São Paulo Railway para o plantio de verduras e legumes ou criação de frangos. Entre os japoneses estavam os Figuti, Sakawa e Shibata. Na área havia tatu, lagarto e cobra. Derrubava-se o mato e destocava-se. Arava-se tudo, aproveitando-se as nascentes formadoras do córrego Carapetuba. Caminhões saíam carregados de produtos. José Vieira, um português, mantinha plantação de bananeiras.

A família de José Delfino criava vacas e bezerros. E tirava mais de 100 litros de leite por dia, vendido nas redondezas através de biguás carregados pelos filhos. O filho mais velho era o *Zé Leiteiro*. Na foto, José Delfino e a filha Maria Tereza, no início dos anos 60. Não se falava em Parque Central. Era o *Mato da Estrada*, um grande sítio enclavado perto do centro de Santo André.

ADEMIR MEDICI é jornalista e membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Reprodução: Reinaldo Martins

José Delfino e sua filha Maria Tereza, no início dos anos 60: criação de vacas e bezerros

ANEXO 3

Reportagem do Diário do Grande ABC sobre a história agrícola da Região

DIÁRIO DO GRANDE ABC

1 DE OUTUBRO DE 1992

grande abc, MEMÓRIA.....

Agrião junto ao córrego Carapetuba

ADEMIR MEDICI

Os anos 40, em Santo André, marcavam um momento de grandes transformações econômicas e sociais. De um lado, o crescimento do parque industrial; de outro, as manifestações sociais do período pós-Estado Novo, que levaram, inclusive, à vitória da chapa política *Candidatos de Prestes*, em 1947, sem que se concretizasse a posse dos eleitos em 1948.

O mineiro José Delfino de Oliveira, nesta década, trocou a agricultura pela cidade do subúrbio de São Paulo e arranhou emprego na Rhodiaseta, hoje Rhodia Têxtil. Alcançou o cargo de contramestre e permaneceu seis anos na fábrica. Precisou demitir-se, no entanto, já que não suportou os gases emanados do sistema de produção. Foi quando Delfino retornou às origens rurais, aqui mesmo em Santo André, ao começar a lidar com gado de leite no *Mato da Estrada*, hoje Parque Central, bem perto da Casa Publicadora, espaço hoje absorvido pelo Mappin.

O espaço era de fato rural, com o aprovei-

tamento de cada centímetro de terra. Em frente ao que é hoje o Hospital Brasil havia uma grande plantação de agrião junto ao ainda não-retificado córrego Carapetuba. Lavradores arrendavam terras da *São Paulo Railway*, a *Inglesa*, que logo depois seria incorporada pelo governo brasileiro.

José Delfino arrendou meio alqueire através de um intermediário, o alemão Carlos Back. Naquele meio alqueire existiam uma casa com um *puxado*, uma *casinha WC* e um chiqueiro. Pelo arrendamento, José Delfino pagou três mil e quinhentos cruzeiros, dos quais ainda guarda o recibo, assinado pelo alemão Back em 11 de março de 1945.

As fotos são da década seguinte e mostram filhos de José Delfino na área arrendada do atual Parque Central. Permaneciam as imagens de um espaço campestre, com cavalos, estradinhas de terra, capim e muito verde, numa cidade industrializada.

Os arrendatários se encontravam em festas juninas e novenas. Soltavam balões, estouravam rojões e assavam batata-doce. Uma santa que vinha da matriz de Vila Assunção percorria todas as casas no mês de maio.

ADEMIR MEDICI é jornalista e membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Reprodução: Reinaldo Martins

Sto. André, anos 50: filhos do mineiro José Delfino, na área onde é hoje o Parque Central